

**NAÇÃO E PORTUGALIDADE NA OBRA LITERÁRIA DE  
LUÍS DE ALMEIDA BRAGA**

Maria Odete Campos S. F. Cordeiro Gonçalves

**NAÇÃO E PORTUGALIDADE NA OBRA LITERÁRIA DE  
LUÍS DE ALMEIDA BRAGA**

Dissertação de Mestrado em Estudos Literários,  
Culturais e Interartes apresentada à Faculdade  
de Letras da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2009

“Cabe-nos a nós por isso, – minoria que por acaso nos julguem –, reconstruir, antes de mais nada, a fisionomia moral da Nacionalidade, indo beber ao património das gerações transactas os estímulos sagrados que nos abrirão, de par em par as portas misteriosas do Futuro”.

*A Nação Portuguesa*. Lisboa, 2ª Série: 1, Julho 1922, p. 3.

## ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>I – Circunstâncias e percurso de um intelectual nos inícios do século XX.....</b>	<b>10</b>
1. Contextos: biográfico e epocal .....	11
2. Aprendizagens em exílio.....	17
2.1 Vivência na Bélgica: entre <i>Pão Alheio</i> e <i>Alma Portuguesa</i> .....	17
2.2 Prelúdios do ideário integralista.....	28
2.2.1 Da recepção de Charles Maurras e Paul Bourget no meio literário português.....	28
2.2.2 A maturação de um projecto político e cultural.....	39
<b>II – Para uma cultura portuguesa enraizada: alguns módulos segundo</b>	
<b>Luís de Almeida Braga .....</b>	<b>56</b>
1. Noções basilares de “Portugalidade” .....	57
1.1 Para uma noção de “Pátria” .....	57
1.2 O valor da “Terra” .....	62
1.3 Família: “as pedras do lar” .....	65
1.4 A Tradição como “força renovadora do país” .....	66
1.5 A “Fé” e a dimensão religiosa.....	69
1.6 Elogio das Colónias.....	72
	3
2. Depuração e restituição de mitemas literários portugueses .....	77

3. <i>Sob o pendão real, A revolta da inteligência e Espada ao sol:</i>	
dos equívocos entre o ideário integralista e o Estado Novo.....	83
<b>Conclusão .....</b>	<b>91</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>95</b>

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

A. H. M. S. – Arquivo Histórico Municipal de Sintra

Cx. – Caixa

GIS – Gabinete de Investigações Sociais

U. C. P. – Universidade Católica Portuguesa

Vol. – Volume

## Introdução

A presente dissertação visa assinalar e esclarecer criticamente o percurso existencial e intelectual de Luís de Almeida Braga, através da sua projecção editorial, numa baliza cronológica que se alonga de 1913, data da publicação da revista *Alma Portuguesa*, até 1970, ano em que vem a lume o derradeiro ensaio de Almeida Braga, *Espada ao Sol*.

A problemática do nosso estudo contempla um ajuste cronológico que recolhe marcas da tradição nacionalista dos finais de oitocentos, desenvolvidas em torno de uma consciência crescente dos valores intrínsecos ao sentido de nação, nomeadamente os da história, da cultura, da religião e outrossim da tradição e costumes, plasmada século XX adentro na sociedade portuguesa de que o Integralismo Lusitano será um expressivo intérprete.

Ao recuperarmos o tema da nação, num tempo em que esta tem vindo a ser rebatida, ou questionada sobretudo enquanto “nação moderna”, move-nos o interesse em aprofundar alguns nexos da questão tal como ela se colocava no início do século XX. Pretende-se contribuir, assim, para o estudo de um período e de um movimento que, tendo ficado conhecido sobretudo pela sua dimensão política, não deixou de apresentar feições culturais e literárias de relevo. Do contacto com outras culturas, fruto da deslocação física e intelectual do escritor, ressalta na obra de Almeida Braga uma certa idiosincrasia de diálogo que constrói ou descobre sentidos para uma identidade cultural num sentido perene e essencialista, inverso, por isso, às reflexões actuais sobre a matéria, onde se enfatizam o construtivismo não essencial e a mutabilidade da identidade. E o interesse pelo repensar da noção de identidade em Almeida Braga e no movimento integralista de que é um dos expoentes, encara-se aqui na sua polivalência emergente da análise dos discursos literário, ideológico, político e religioso.

A tessitura do presente estudo contempla uma abordagem comparatista radicada no princípio de “mise-en-relation” com função heurística, entre não só diferentes contextos culturais e literários, nomeadamente os das culturas portuguesa e francesa, como também entre áreas científicas e disciplinares diversas, ou seja, convocando os domínios da literatura, da história e das ideias políticas, de modo a compreender os nexos assumidos pela representação da “identidade nacional” num determinado tempo e espaço.

A abordagem ora proposta funciona ainda como um diálogo entre Literatura e História, tal como apresentado por Maria de Fátima Marinho em *Um poço sem fundo: novas reflexões sobre Literatura e História* (2005), ou ainda por Manuel de Gusmão, quando este assume a literatura enquanto “construção histórico-antropológica” (2001), subjacente à noção de “historicidade múltipla da história” que, no parecer de Certeau (1974), implica “o movimento que liga uma prática interpretativa a uma praxis social”.

A partir de uma experiência de partilha, vivida por Almeida Braga em diversos exílios, subsume-se, então, a constante busca da identidade através da alteridade. Os textos produzidos no decurso dessas experiências no estrangeiro proporcionam também uma abordagem de carácter imagológico, permitindo uma nova visão, mais abrangente, de nação e de identidade na espessura temporal acertada.

De acordo com o plano inicialmente traçado, o presente estudo divide-se em duas partes, subdivididas em capítulos, isto por nos parecer a estruturação mais ajustada ao método e à natureza dos fins em vista.

A primeira parte, “Circunstâncias e percurso de um intelectual nos inícios do século XX”, inicia-se com um capítulo “Contextos: biográfico e epocal” onde se contempla o estudo dos elementos mais relevantes das origens familiares de Luís de Almeida Braga e as principais coordenadas da sua formação. Num segundo capítulo, “Aprendizagens em exílio”, abarca-se o tempo vivido no exílio belga e o confronto entre a imagem do “outro” e a de si próprio, numa análise que tenta perscrutar a percepção que se passará a ter da essência de nação, de onde resulta o fermentar de um ideário, o do Integralismo Lusitano. Lugar ainda para a análise da recepção e incidências do pensamento nacionalista francófono, mormente a partir de dois daqueles que constituíram as suas grandes referências intelectuais e literárias, Charles Maurras e Paul Bourget. Termina este capítulo com uma visão, agora de âmbito nacional, tendente à compreensão da maturação de um projecto político-cultural de conjunto



relatando as ligações à escrita camiliana, a António Sardinha e a Afonso Lopes Vieira.

Numa segunda parte, “Para uma cultura portuguesa enraizada: alguns módulos segundo Luís de Almeida Braga”, no seu capítulo primeiro, averiguam-se noções específicas de “portugalidade” que suportam o temário, nomeadamente as de “pátria”, de “tradição”, de “família”, de “terra”, de “unidade territorial” e de “fé e sua dimensão religiosa”. No capítulo segundo aborda-se a depuração e restituição dos mitemas literários à cultura portuguesa, num tempo em que se impunham novos modelos de interpretação desse sentir lusíada, o que nos abre caminho ao capítulo de remate da dissertação, agora em torno de uma interpretação do aproveitamento e consequente subversão dos princípios integralistas por parte Salazar e do regime estadonovista.

Face aos objectivos propostos, a investigação tem como lastro o *corpus* da produção bibliográfica de Luís de Almeida Braga, recorrendo-se pontualmente, quando necessário ao entendimento pormenorizado dos conceitos abordados pelo autor, a colaborações suas em periódicos ligados ao movimento integralista lusitano e/ou a discursos publicados.

Para concretização do desiderato anteriormente enunciado, foi ainda de grande importância a pesquisa no fundo do espólio pessoal do Autor, à guarda do Arquivo Municipal de Sintra, sobretudo a parte do acervo que contempla documentação atinente à sua actividade literária. Destaca-se também a consulta levada a cabo no núcleo de espólios da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, além de várias outras pesquisas efectuadas na Biblioteca Pública Municipal do Porto, nomeadamente na sua hemeroteca, na Biblioteca Nacional, onde se realça o riquíssimo acervo bibliográfico sobre a temática estudada, e na Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto, Colecção da Biblioteca Ferreira de Almeida.

No ensejo, deixamos aqui um reconhecimento público a todos quantos nos ajudaram, nomeadamente à Prof<sup>a</sup> Doutora Ana Paula Coutinho Mendes, a quem agradecemos de forma desvanecida a orientação da presente dissertação e as gentilezas com que nos contemplou ao longo de todo este processo formativo. Os nossos agradecimentos estendem-se também ao Dr. Eugénio Montoito, do Arquivo Histórico Municipal de Sintra, pelo acesso franco que nos proporcionou ao fundo onde se reúne o espólio pessoal de Luís de Almeida Braga e por nos ter instruído na boa consulta daquele acervo documental.

Entre as bibliotecas que frequentamos impõem um agradecimento à Dr<sup>a</sup> Paula Bonifácio da

Biblioteca Pública Municipal do Porto pela colaboração e ajuda na pesquisa efectuada, mormente no sector de hemeroteca; das outras bibliotecas consultadas destaca-se a recepção e ajuda colhida na Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

A todos o nosso bem-haja.

## **I PARTE**

### **CIRCUNSTÂNCIAS E PERCURSO DE UM INTELLECTUAL NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX**

## 1. Contextos biográfico e epocal

O ano de 1970 iniciara, havia pouco tempo, marcado por um acelerado ritmo de desagregação do regime, quer pela radicalização das oposições, quer pela agitação estudantil e pelo recrudescer do activismo operário nos grandes centros. No plano externo, o regime e a sua política colonial são severamente desprestigiados quando Paulo VI recebe em Roma os dirigentes dos movimentos independentistas da África portuguesa.

Por essa altura, Luís de Almeida Braga vinha regularmente a Lisboa, onde se fixava em casa de sua filha, em cadência cada vez mais apertada a partir dos finais dos anos 60. Numa dessas estadas, uma segunda feira, dia 2 de Março de 1970, o “grande advogado Dr. Almeida Braga”, político e escritor, um dos últimos sobreviventes da parte da “geração moça” inconformada com a mudança das instituições tradicionais, em 1910, co-responsável pela formulação do movimento doutrinário do Integralismo Lusitano, “figura de raro destaque mental e moral, de todos respeitado, falecia serenamente”, assim o noticia o *Diário de Lisboa*<sup>(1)</sup>.

Luís Carlos de Lima de Almeida Braga, nascido em S. João do Souto na cidade de Braga, em 20 de Novembro de 1886<sup>(2)</sup>, era filho do causídico bracarense Carlos de Almeida Braga e de Ana Maria Fernandes de Lima<sup>(2)</sup>, esta com raízes familiares em S. Pedro de Gondarém, no concelho de Vila Nova de Cerveira, de onde era natural.

Tendo iniciado os estudos preparatórios no Colégio dos padres da Congregação do Espírito Santo, em Braga<sup>(3)</sup>, o nosso Autor vem a matricular-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 5 de Outubro de 1907, contava vinte anos de idade. E é aqui que se fará notar, desde logo, pelas posições políticas de apoio à Monarquia, cada vez mais fustigada pelos avanços do republicanismo e periclitante pelas suas próprias fragilidades, vindo a

---

(1) [Não assinado], 1970 – “Morreu o advogado e político dr. Luís de Almeida Braga”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, 4 de Março, p. 12

(2) A. H. M. S. – *Espólio de Luís de Almeida Braga*. AMSNT/001 Cx. 96/001.  
Baptizado na freguesia de S. João do Souto, na cidade de Braga, em 25 de Novembro de 1886, era neto paterno de Luis António da Costa Braga e de D. Maria do Patrocínio Torres de Almeida Braga e materno de António Joaquim Fernandes Lima e D. Rosa Joaquina Pereira Lima, proprietários, naturais do concelho de Coura.

(3) CASTRO, Aníbal de, 1995 – “Braga (Luís Carlos de Lima de Almeida)”. In *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, vol.1, col. 743-744. Para outras nótulas biográficas ver ainda: CASTRO, Aníbal Pinto de, s.d. – *Luís de Almeida Braga*. Conferência na Academia Portuguesa de História. Lisboa: APH; MALPIQUE, Cruz, 1975 – “Luís de Almeida Braga: comentários marginais, sobretudo à sua obra literária”. *Bracara Augusta – Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, Braga, Vol. XXIX: 67-68 (79-80), p. 191-248; [Não assinado], 1990 – “Braga, Luís Carlos de Lima de Almeida”. In *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, coordenação de Eugénio Lisboa. Men Martins: Publicações Europa-América, vol. III, col. 327-328; CARVALHO, Teresa M. Martins de, 1978 – “O tio Luís [Luís de Almeida Braga]”. *Consciência Nacional*. Nº 137, Junho, p. 1-3; ROCHA, Pinto da, 1922 – *Luís de Almeida Braga*. Lisboa: Portugalíia.

fundar e dirigir com o seu condiscípulo Lúcio Ângelo Casimiro o periódico universitário *Pátria Nova*, cuja linha de acção pretendia afrontar o órgão dos estudantes republicanos, *A Revolta*. Aguardava-o uma “geração sem mestres”, como refere Aníbal Pinto de Castro<sup>(1)</sup>, uma geração a um tempo aliciada pela “deliquescência finissecular de decadentistas e simbolistas” e embebida em leituras de filosofismo positivista que a propaganda republicana ia disseminando<sup>(2)</sup>.

Ora, por altura da implantação da República, os meios estudantis de Coimbra aglutinavam-se em três grupos bem definidos, o Centro da Democracia Cristã (CADC), o Centro Académico Republicano e o Centro Monárquico Académico. Nesse contexto, o mais antigo e pujante daqueles grupos era, com efeito, o CADC, estimulado pelo Professor Sousa Gomes que prosseguia um sólido programa de doutrinação que tinha como lastro as encíclicas de Leão XIII. Desse modo, ao redor da revista *Estudos Sociais*, militava uma plêiade de jovens auto-intitulados “democratas cristãos” que viviam “de acordo e em relações com os neo-monárquicos e com muitos deles facilmente confundíveis<sup>(3)</sup>, os casos de Pacheco de Amorim, José Pequito Rebelo ou Guilherme Braga da Cruz. Por sua vez, o Centro Académico Republicano teve também alguma adesão estudantil, mormente até ao regicídio<sup>(4)</sup>; pouco depois, cria-se o Centro Monárquico Académico, “agremiação da mocidade mais limpa e engomada” coimbrã<sup>(5)</sup>. Numa minuciosa descrição de António Cabral, dos “cerca de 1100 alunos, que nesse tempo cursavam a Universidade de Coimbra, andava por 600 o número dos monárquicos [...]”<sup>(6)</sup>. Porém, lembra com ironia o integralista Hipólito Raposo que “[...] todos os rapazes (daquele tempo) eram sentimental e mentalmente republicanos, porque aqueles mesmos que se apregoavam monárquicos, quando o Rei passava, não tinham, para o ser, justificação aceitável, e até eram suspeitos da hipocrisia de ocultar num idealismo falso, as mais verdadeiras ambições [...]”<sup>(7)</sup>.

Porém, com a República, alguns daqueles jovens transformam-se em opositores ao novo regime e, em momentos vários, trocam a batina preta e o cenário policromo do Choupal

---

(1) CASTRO, Aníbal Pinto de, *op. cit.*, col. 743.

(2) CATROGA, Fernando, 1990 – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: FLUC, pp. 442-443.

(3) MONSARAZ, Alberto de, 1959 – *A verdade monárquica*. Lisboa: Editorial Restauração, p. 152.

(4) GUEDES, Armando Marques, 1957 – *Páginas do meu diário*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

(5) RAPOSO, Hipólito, 1945 – *Folhas do meu caderno (1911-1925)*. Lisboa: Edições Gama, vol. I, XV-XVI.

(6) CABRAL, António, 1923 – *Alexandre Cabral. Memórias políticas – Homens e factos do meu tempo*. Lisboa: Editores J. Rodrigues, pp. 60-61.

(7) RAPOSO, Hipólito, *op. cit.*, p. 28.

pela “fardeta de soldado improvisado” a calcorrear os caminhos da Galiza seguindo o lendário capitão Paiva Couceiro na demanda de uma restauração monárquica, agora acalentada. Com efeito, neste contexto, em de Maio de 1911, o jovem monárquico Luís de Almeida Braga interrompia os estudos em Coimbra rumando a terras galegas para se alistar nas forças comandadas por Couceiro. Em carta de 6 de Agosto de 1912 dava nota a António Sardinha da sua passagem por Paris: “Jantei hoje com o Alberto Monsaraz. Precisarei de dizer a saudade com foste lembrado?”. Em Outubro fixa-se na Flandres, como o notifica a missiva de 28 de Outubro para Sardinha “pondo-me às tuas ordens, abraço-te muito afectuosamente, Luís. 36, Rue Guillaume Tell, Gand – Belgique”.

Monárquico e “católico fervente”, Almeida Braga oferecia “a vida debaixo de fogo nas duas incursões monárquicas do Norte”(1) a partir da Galiza, isto enquanto o governo provisório da República reorganizava a arquitectura jurídica do país a que ia dando marca acentuadamente jacobina, encetando paralelamente uma série de iniciativas que visavam a Igreja Católica, mormente através do decreto sobre a questão religiosa que repunha a legislação liberal de António de Aguiar, a mesma que extinguiu, em 1834, todos os estabelecimentos religiosos das ordens regulares. Aliás, ao longo de 1911, algumas estruturas-chave do movimento católico foram assaltadas e destruídas, os casos das instalações do Centro Académico da Democracia Cristã, em Coimbra, bem como da Associação Católica do Porto e as redacções de alguns dos principais jornais católicos e monárquicos como *A Palavra*, *o Correio da Manhã*, *o Liberal* e *o Ilustrado*(2). Acresce ainda a publicação, a 21 de Abril de 1911, da Lei de Separação das Igrejas e do Estado e a legitimação, no mês seguinte, da Assembleia Nacional Constituinte através do sufrágio.

Por conseguinte, a participação na segunda incursão de Couceiro acaba por conduzir Almeida Braga ao exílio, na Bélgica, entre 1912 e 1914, onde prosseguiria estudos nas Universidades de Lovaina e Bruxelas. Pese embora goradas, de facto, as incursões, Almeida Braga irá reforçar as suas convicções num ambiente de grande fervilhar intelectual que lhe propiciará a concepção e publicação de *A Alma Portuguesa*(3), anunciada como “órgão do Integralismo Lusitano”. Com Domingos Gusmão Araújo, Francisco Rolão Preto, Ramos Ribeiro, Mariotte e outros, Almeida Braga liderava o “grupo de Lovaina” que, na “hospitaleira

---

(1) CRUZ, Manuel Braga da, 1980 – *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Presença/GIS, p. 242-251.

(2) RAPOSO, Hipólito, 1929 – *Dois nacionalismos: L’Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, p. 33.

(3) BARREIRA, Cecília, 1982 – “Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da ‘Nação Portuguesa’, 1914-26”. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XVIII: 72-74, pp. 1421-1429.

Bélgica”, entrara em contacto com “a viragem reaccionária” de uma certa intelectualidade europeia, mormente a oriunda de França expulsa pelo Combismo, tal o caso do célebre beneditino Dom Besse<sup>(1)</sup>, não passando despercebido o recrudescimento da predicação do ideário tradicionalista como *Le Père* de Valois ou o *Enquête sur la Monarchie* de Maurras, obras inscritas nos programas de estudo de Lovaina<sup>(2)</sup>.

Em carta enviada a Sardinha, o nosso Autor explica o sentido do seu projecto “Amigo: pretendo com o Integralismo Lusitano levantar o grito de alarme contra a literatura artificial e desnacionalizada da Renascença de *A Águia*”<sup>(3)</sup>. Mais tarde acrescenta ainda, a propósito de uma conferência de Teixeira de Pascoaes subordinada ao título *O espírito Lusitano ou o Saudosismo*, proferida em 1912, que considerou “[...] o mais alto monumento que ao dislate e hipocrisia se levantou na terra infeliz de Portugal. Como se começa a sentir nas nossas letras a falta de Camilo! Que boa carga, Amigo, não daria ele”<sup>(4)</sup>.

Almeida Braga é também um dos fundadores de *A Nação Portuguesa*, o grande órgão de imprensa do movimento integralista lusitano, revista surgida em 1914, onde passou a colaborar regularmente. Ainda sem um sentido ideológico bem definido no seu arranque, a revista propunha acalentar as ideias do regresso a um tradicionalismo literário e político, muito bem manifestadas através da expressão Integralismo Lusitano. Demais, em termos de imprensa, o movimento integralista irá ser complementado com mais dois projectos editoriais de fôlego em que o nosso Autor participará, respectivamente os periódicos *A Monarquia* e *Aqui d’El-Rei*, cujo núcleo duro redactorial aglutinará ainda Hipólito Raposo, António Sardinha, Alberto de Monsaraz, Pequito Rebelo e João Ameal. Em 1916, Almeida Braga acaba por regressar a Coimbra, depois de amnistiado, para concluir nesse mesmo ano a licenciatura em Direito, altura em que o movimento integralista lusitano ganha corpo com um ideário político que vai haurir o cerne da sua essência “numa convicta compreensão poética

---

(1) WEBER, Eugen J., 1985 – *L’Action Française*. Paris: Arthème Fayard, p. 84.

(2) *Ibidem*.

(3) U. C. P. Biblioteca João Paulo II – *Espólio de António Sardinha. Pastas de correspondência e documentos vários de: Luís de Almeida Braga*, Carta nº 4, 1912.

(4) U. C. P. Biblioteca João Paulo II – *Espólio de António Sardinha [...] Luís de Almeida Braga*, Carta nº 10, 1912.

dos factos, das pessoas e dos sistemas”(1). A partir deste “fenómeno de espiritualização ou verificação afectiva das ideias pela tradição”, tal como o preconizado no seu livro inaugural, *O culto da tradição*(2), publicado em 1916, é que o nosso Autor irá desenvolver todo um constructo literário oposto ao princípio estetizante da “arte pela arte” tentando, ao invés, cerzir um sistema de pensamento coerente tendo como lastro a verdade e a beleza, a ciência e a arte.

Com a perspectiva de participação de Portugal na Grande Guerra, os integralistas lusitanos anunciam a assumpção de uma matriz organizativa política do movimento, materializada em forma colegial pela Junta Central do Integralismo Lusitano(3) que Almeida Braga também integrou, tendo sido, então, reafirmada obediência a D. Manuel II e a confiança na aliança anglo-lusa.

Em 1919, Almeida Braga volta ao exílio por ter participado no movimento monárquico conhecido pela “Monarquia do Norte”(4) que, na sequência do assassinato do Presidente da República, Sidónio Pais, pugnou pela restauração do Trono, pese embora os combates pela bandeira azul e branca pretendessem, então, restaurar a Carta Constitucional. Nesse ano os integralistas desfazem a aliança com os “manuelistas” e assumem a integralidade do seu ideário. Pondo a acção cívica e política ao serviço das convicções em que acreditava, Almeida Braga irá percorrer diversos países da Europa e América Latina, nomeadamente o Brasil, o Uruguai e a Argentina, colhendo franca receptividade nos meios nacionalistas e grupos de emigrantes portugueses com quem ia contactando. Neste périplo proferiu conferências em S. Paulo e no Rio de Janeiro. Aliás, em 1922, depois de ter regressado de uma permanência mais alargada na Argentina, onde casara em 1921, em Buenos Aires, com Concepción Buenaventura Pascual(5), Almeida Braga representará o Integralismo

---

(1) CASTRO, Aníbal de, *op. cit.*, col. 743-744.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1916 – *O culto da tradição*. Coimbra: França Amado.

(3) Além de Almeida Braga, a Junta Central do Integralismo Lusitano integrava Xavier Cordeiro, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz e Rui Enes Ulrich. ASCENSÃO, Leão, 1943 – *Integralismo Lusitano*. Lisboa: Gama.

(4) Dos autores coevos, veja-se: MAGALHÃES, Luís de, 1925 – *Perante o tribunal da nação: a Monarquia do Norte e o julgamento da junta Governativa do Reino*. Coimbra: Coimbra Editora; MARTINS, Rocha, 1922 – *A Monarquia do Norte*. Lisboa: Oficinas Gráficas ABC.

(5) De nacionalidade argentina, de quem Almeida Braga terá três filhos, Carlos Luís (1924), Maria do Patrocínio (1926) e Maria do Carmo (1929), todos nascidos em Tadim, Braga, onde residiram entre 1922 e 1943.



Lusitano nas reuniões que buscavam a conciliação entre os dois ramos da Casa de Bragança que levou à assinatura do “Pacto de Paris”, mas que desentendimentos larvares originarão a materialização da ruptura no movimento monárquico.

Em Portugal, Almeida Braga irá exercer a advocacia, essencialmente em Braga, onde tinha escritório, no Campo da Vinha, nº 105, a par de intensa actividade de escritor, tradutor e conferencista. Como publicista da causa integralista irá ainda fundar e dirigir com Hipólito Raposo, entre 1932 e 1934, a revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, revista que é lançada com o intuito e esperança do reerguer das ideias defendidas anos antes pela primeira geração integralista de que foram peças fundamentais. Ambos serão dos poucos integralistas sobreviventes que, de forma intrépida, se irão opor ao salazarismo.

Como jurista marcou lugar no foro português, em especial no Minho, onde foi presidente da Associação Jurídica de Braga e delegado da Ordem dos Advogados nesta cidade. Além disso, no exercício da advocacia, teve intensa intervenção na defesa de opositoristas na barra dos tribunais, cujo momento alto é protagonizado como advogado de defesa no julgamento de Henrique Galvão. Na acção política ao longo do Estado Novo, Almeida Braga destacou-se também como apoiante da candidatura de Norton de Matos à presidência da República, nos anos 40, bem como membro da Comissão de Honra da candidatura de Humberto Delgado ao mesmo cargo, agora em 1958. De resto, ao contrário da generalidade dos seus correligionários, Almeida Braga já não havia apoiado a situação advinda com o 28 de Maio de 1926, facto desde logo revelador da relação que iria manter com o regime estadonovista.

Monárquico por convicção e integralista por doutrina, Almeida Braga manter-se-á fiel aos seus princípios e, à guisa de encerramento de um ciclo, a 8 de Abril de 1950, de novo ladeado por Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Alberto Monsaraz, irá assinar o último manifesto integralista, *Testamento Espiritual da Grande geração da Cidade Nova*, fundada em Coimbra, no ano anterior.

## 2. Aprendizagens em exílio

### 2.1 Vivência na Bélgica: entre *Pão Alheio* e *Alma Portuguesa*

Desfeitas as esperanças restauracionistas postas na vaga de incursões monárquicas lideradas por Paiva Couceiro contra a 1ª República<sup>(1)</sup>, restava o exílio a uma plêiade de jovens monárquicos seus seguidores, grupo em que se incluía Luís de Almeida Braga.

Interrompendo, pois, os estudos de Direito em Coimbra, Almeida Braga ruma à Bélgica juntamente com vários “moços que as aventuras de Paiva Couceiro tinham forçado ao exílio”<sup>(2)</sup>, em 1911, onde se manteve até 1914<sup>(3)</sup>, com outros companheiros, tal como Domingos Gusmão e Francisco Rolão Preto, jovens que prosseguiriam os seus estudos em Lovaina.

Já por essa altura, parte da juventude parisiense estava “conquistada” para a ideia monárquica pelo furor que então derivava do pensamento apresentado pelo periódico *Action Française* em alguns círculos intelectuais da capital francesa. Na Bélgica, para onde confluíram, de resto, inúmeros “realistas” franceses proscritos, o entusiasmo pelas ideias veiculadas pelo movimento encimado por Charles Maurras, director daquela publicação e líder do emergente movimento nacionalista francês, estava ali bem patente, sendo este considerado como um “maître à penser”. Era este ambiente de viragem reaccionária que caracterizava alguns focos da intelectualidade europeia dos anos 10 do século XX, proporcionando o fermentar de ideias e de convicções que serviriam de lastro ao enformar do movimento integralista e à consequente concepção e publicação da revista *Alma Portuguesa*<sup>(4)</sup>, com edição e redacção em Lovaina. É também neste ensejo que Almeida Braga escreve *Pão Alheio*, assumindo-o quase como um registo de diário de exílio, volume dado ao prelo já no regresso a Portugal.

---

(1) MAGRO, Abílio, 1912 – *A revolução de Couceiro*. Porto: Imprensa Moderna, p. 1-2.

(2) RAMOS, Rui, 1994 – “A traição dos intelectuais”. In *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 6, p. 541.

(3) ASCENSÃO, Leão, *op. cit.*, p. 24.

(4) *Alma Portuguesa*. Lovaina. I Série: 1-2, Maio e Setembro 1913.

Através da obra *Pão Alheio*, verifica-se que o exílio é aproveitado por Almeida Braga numa dupla vertente, ora enfatizando-se o aspecto da maturação intelectual, ora realçando-se o carácter, quase iniciático, de um processo que se revela semelhante ao percorrer de uma *via crucis* acompanhada da dor, da saudade e da mágoa provocadas pela separação da Pátria<sup>(1)</sup>. O exílio representa, em qualquer dos casos, o terreno ideal para a descoberta, um passo imprescindível para o evocar de novas aprendizagens de onde derivam os desejos de franquear mundos e de alargar horizontes, já patentes na referência com que Luís de Almeida Braga inaugura o seu livro “E foy muyto deseioso de vêr terras ... & segundo a vida que naquela terra fazem, ali nos folgaremos de ficar[...]”<sup>(2)</sup>.

Metamorfoseado em “Peregrino do Silêncio”<sup>(3)</sup>, Almeida Braga parte então “sósinho, sob o céu sem calor que o Sol abandonou, por uma longa estrada êrma e saudosa onde o outôno entrava, resando o rosário das folhas derrotadas”<sup>(4)</sup>, concluindo-se esta passagem com a sugestiva reflexão “Rimava a paisagem com o meu desejo”. Embora se detecte aqui uma forte nostalgia presente logo no momento da chegada a estes novos lugares, apercebe-se de imediato na escrita a vontade de desvendar terras e gentes, estando bem latente no texto a busca de um *ethos* matricial, de aspectos novos ou pouco conhecidos sobre a cultura daquele povo estrangeiro, o que proporcionará ao autor a oportunidade de “tratar da vida [...] e excelentes costumes e modos dos Flamengos [...] que se revelam capazes, como ele mesmo assume, de “acordar em minha alma alguém que eu não conhecia ainda”<sup>(5)</sup>. Esta perspectiva pode muito bem ser plasmada na noção de alteridade<sup>(6)</sup> que Guillén tão bem sublinha quando refere “a consciência [...] de tensões entre o local e o universal [...], a circunstância e o mundo (ou mundos); entre o presente e o ausente; a experiência e o seu sentido; o eu e o tudo que lhe for alheio; o percebido e o desejado; o que há e o que deveria haver; o que está e o que é”<sup>(7)</sup>. É o “outro” quem neste passo se revela, é já um olhar diferente aquele que agora é lançado à Flandres, na tentativa

---

(1) A este propósito veja-se SMITH, 1997 – *Identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, p. 23. Com efeito, a “Pátria” surge-nos, assim, como extensão da ideia de “Nação”, da “Terra natal”, “depósito de memórias e associações históricas, o local onde viveram, trabalharam, oraram e lutaram os nosso sábios, santos e heróis”, elementos que a tornam nesta interpretação “única”.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1916 – *O culto da tradição*. Coimbra: França Amado, portada inaugural.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, *op. cit.*, p. 3.

(4) *Ibidem*.

(5) *Ibidem*.

(6) GUILLÉN, C., 2001 – “Entre o uno e o diverso: introdução `literatura comparada”. In *Floresta Encantada – Novos caminhos da literatura comparada*, organização de Helena Buesco *et alli*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 387.

(7) *Ibidem*.

de a transformar numa “Ilha-não-achada”<sup>(1)</sup>, num espaço criado para permitir um perfeito enquadramento pessoal e, sem dúvida, a almejada afirmação intelectual, algo que está patente ao longo de todo o livro. Parte, então, Luís de Almeida Braga, também ele e à semelhança dos seus antepassados quinhentistas, à conquista de novos espaços e à descoberta de novas experiências que lhe permitam repensar e redimensionar a sua própria cultura.

Neste encaço, revelar-se-á o seu pensamento no que respeita à identidade própria e à vontade de descoberta do “alheio”, mormente para irrigar aquilo que acreditava poder ser a unidade e singularidade da cultura portuguesa. Fica claro, porém, que Almeida Braga acreditava profundamente na concepção de Nação como um território, um povo, uma língua, embora rejeite liminarmente alguns conceitos oitocentistas de Nação e do modo como se formou Portugal. Vão neste sentido críticas certas a Oliveira Martins e à sua conhecida teoria do “acaso”, defendida na *História de Portugal*, publicada em 1879, onde expande a doutrina, no fundo análoga à de Herculano, que liga as origens da nacionalidade à “revolução”, ou seja, a uma raiz eminentemente política. Ao invés, Almeida Braga considera a constituição da nacionalidade portuguesa “um facto histórico, natural e evolutivo, e de maneira alguma o resultado de circunstâncias de momento”<sup>(2)</sup>. De resto, enquanto lamenta a “doutrina suicida de Oliveira Martins”<sup>(3)</sup>, Almeida Braga beneficia da profunda revisão a que as teses martinianas foram sujeitas na transição para o século XX, nomeadamente as que radicam nos trabalhos de Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Alberto Sampaio e Ferraz de Macedo. Todos eles concorrem para o alargamento do horizonte descrito pelo francês Eliseu Réclus que, já na sua *Nouvelle Geographie Universelle*, tinha valorizado sobremaneira o factor geográfico como estruturante na formação da nacionalidade, e que Mendes Correia, em 1924, vem sublinhar com a tese de a alma portuguesa não ser mais que a continuação da alma lusitana, “robustecida” pelo elemento Romano, tal o que defende em *Os povos*

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, *op. cit.*, p. 4.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1918 – *Mar tenebroso*. Lisboa: França Amado, p. 17.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, *op. cit.*, p. 22.

*primitivos da Lusitânia*. Em suma, acentua-se, pois, a ligação do Portugal hodierno a um passado remoto, quer pela geografia e a antropologia, quer pelo “meio e a população”, ou finalmente pelo “território e a raça”.

A esse sentido evolutivo e singular de matriz historicista, acrescem múltiplas e complexas combinações de identidades<sup>(1)</sup>, dando origem a um multifacetado painel de índole caleidoscópica<sup>(2)</sup> onde a singularidade do olhar do autor derivará na construção e reconstrução de novos segmentos identitários, desvendando, num exercício de pura sensibilidade, a sua alma bem como a do “outro”. Tal noção passa, deste modo, a representar uma premissa a reter, um recorrente pretexto para se encetar a busca de uma essência de identidade que, pretendendo-se original, não pode deixar de estabelecer conexões com outros elementos. Estando “expatriado”<sup>(3)</sup>, o escritor acaba por transformar a circunstância disfórica do exílio numa oportunidade para compreender “enfim o sentido das coisas”, “para encontrar um tempo que morreu” e para, simultaneamente, achar um “mar bastante para o voo ambicioso das longas velas das suas naus!”<sup>(4)</sup>, ou seja, o terreno ideal para lançar à terra as sementes de um projecto que se pretendia enraizar.

Assumida a melancolia como bordão e a monotonia como parte integrante da sua “canção”<sup>(4)</sup> avança, então, Almeida Braga para a transfiguração da natureza (e do outro) à sua própria imagem, chegando mesmo a afirmar, a certo ponto do seu livro “sinto que olhando-a [a natureza] a transfiguro”<sup>(5)</sup>.

Descrevendo o que o rodeava, interessava-lhe, pois, registar tudo à sua volta, mesmo os aspectos mais recônditos, ou esquecidos, reter as várias imagens das coisas,

---

(1) Esta ideia enquadra-se na noção de identidade nacional expandida por Smith, tida como “fundamentalmente multidimensional, nunca [podendo] ser reduzida a um único elemento [...]”. SMITH, Anthony, *op. cit.*, p. 28. Sobre as várias abordagens do sentido de nação e nacionalismo, à guisa de exemplo, atente-se em DEUTSCH, 1996: Cap. I; RUSTOW, 1967: Cap. I; CONNOR, W., 1978 – “A nation is a nation, is a state, is a ethnic group, is a”... *Ethnic and Racial Studies*. 1: 4, p. 378-400.

(2) A este propósito, atente-se na noção de forma como o conhecimento é organizado, “uma espécie de mosaico cinético, um mosaico com movimento, composto não por uma parede plana e sólida, mas sobre muitos painéis transparentes, um atrás do outro, sobrepondo-se, interligados com as cores e as formas misturando-se, contrastando e mudando continuamente, [...] um mosaico multidimensional”. TOFFLER, Alvin, 2001 – *Os novos poderes*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, p. 250.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1942 – *Sob o pendão real*. Lisboa: Gama, p. 415.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1916 a. – *Pão alheio*. Coimbra: França, p. 4.

(5) *Idem*, p. 6.

“o sentido das paisagens”<sup>(1)</sup> como ele se lhes refere, o que o levará a integrar-se no seio dessa nova Terra de forma tão conscientemente assumida; ainda a este propósito, observe-se o que o autor refere “E assim integrado com a terra, cada uma das minhas meditações é só um pretexto para deixar livremente uma emoção vibrando”<sup>(2)</sup>.

Contudo, eram tantas as emoções e era tal a intensidade dessa vivência que era opinião do autor que “Nunca as palavras tiveram consciência bastante para exprimir os estados que eu queria que elas significassem”<sup>(3)</sup>.

É justamente a partir desta consciencialização da falência das palavras ou da aparente incapacidade que o escritor parece, momentaneamente, pretender assumir diante dessa plenitude existencial, dessa panóplia de sensações indescritíveis, que começam a surgir sentidos para a compreensão de passagens tais como “criando a imagem, na exaltação da forma, vi que se sente melhor o que não pode definir-se”, passando, deste modo, a dar primazia à sensibilidade<sup>(4)</sup>, realçando-se aqui a questão não apenas da visão, mas igualmente a do “olhar” interiorizado, perspectivado, pondo “debaixo dos olhos o que os olhos não alcançam ver”, “aquilo em que a maior parte das pessoas não repara”<sup>(5)</sup>.

*Pão Alheio* torna-se, assim, um hino à capacidade que a alma tem de buscar a identidade de um povo, “tão enraizado, numa tão perfeita conformidade com o céu e a terra de que [...] é produto”, sem o que torna impossível “apartar a paisagem da gente que a habita”<sup>(6)</sup>. A esta reflexão está subjacente o conceito de “terra histórica” como sendo aquela em que “terra e povo exerceram uma influência mútua e benéfica sobre várias gerações”, tornando “única a terra natal”. Traçada a partir da imagem que dá de identidade nacional, baseando-se no carácter constante de um povo,

---

(1) *Ibidem.*

(2) *Ibidem.*

(3) *Ibidem.*

(4) *Ibidem.*

(5) *Idem*, p. 7-8.

(6) *Ibidem.*

surge o Flamengo capaz de altos feitos“ de guerra e de amor, do amor de Deus, do amor da Mulher, do amor do Vinho!”, que fazem dele “ao mesmo tempo lascivo, glutão e místico [andando] a sua sensibilidade sempre exaltada ao contacto das almas e das coisas“(1). Estes e outros traços de carácter levam, pois, o escritor a concluir que “Mais do que observar, os flamengos sabem sentir”(2).

Esta estadia na Flandres revelou-se, pois, propícia ao estabelecimento de um clima de introspecção, de salutar recolhimento que levou o autor a repensar convicções, como quando refere “Absorvo-me na contemplação de mim mesmo”, ou, “Contradição do que fui!”(3).

Foi, então, neste ambiente de “Terra viçosa”, de “campos sem horizonte“, no meio de “silêncio feito de bondade e paz“(4) que Luís de Almeida Braga redimensionou o seu pensamento, reformulou as noções de “Pátria” e de “Alma” colectiva remetendo, deste modo, o leitor para o momento do regresso compassado pelas saudades de “casa” e a confirmá-lo encontram-se afirmações tais como “Nos vales da minha Terra ao meio-dia também há silêncio“, ou ainda, “Terra viçosa a que eu dei o nome de vergel, se a saudade não viesse diligente falar-me aos olhos , e abrir no coração a lembrança dos campos onde fica o meu casal [...]. Já nele não assisto e só recordo a vista das suas janelas”(5).

Assumidamente destituído do papel de actor, acresce-lhe, agora, a nova função de espectador de paisagens e de costumes, surgindo a Flandres para Almeida Braga, neste passo, como pano de fundo ou cenário capaz de reproduzir, embora apenas momentaneamente, uma realidade que lhe era tão querida quanto longínqua, sobretudo em termos espaciais. O exercício da memória e o apuramento de todos os sentidos visarão por conseguinte captar tudo o que pudesse lembrar a terra natal, ajudando-o a manter acordada essa chama de calor, de vida apelidada de “Pátria“. E são, então, pequenas coisas a espoletar as lembranças, veja-se, por exemplo “Anda

---

(1) *Idem*, p. 10.

(2) *Ibidem*.

(3) *Idem*, p. 16.

(4) *Idem*, p. 17.

(5) *Idem*, p. 19.

meu gosto cheio do sabor do vinho e do pão que lá recolho. Se agora me impressiona o aspecto tranquilo destes intermináveis prados, é que é outono, ouve-se respirar o silêncio, e aqui também o vento passa cheio de ouro”(1). É a partir deste tipo de analogias tão finamente recortadas do eco das recordações guardadas no espírito de Almeida Braga que este exílio resulta num retrato do pulsar do amor e do carinho pela terra que o viu nascer e crescer, rapidamente tomando novas proporções, estas últimas, mais disciplinadas e definidas, de contornos mais sólidos e seguros(2).

Percorrer a “Bôa Terra da Flandres”, reflectir ora sobre a sua fertilidade e o seu verde, ora sobre o seu cinzento soturno, visitar Gand “viçosa”, ou Bruges silenciosa “evocando o esplendor primitivo da cidade”(3), ou então Damne, “[...] a mais orgulhosa cidade de todo o país [...] mais triste que um cemitério”(4), ou finalmente Ypres “vasta e fértil”, contudo evocando “a tristeza das flores à beira das sepulturas”(5), tudo tendo em vista o levantamento aturado dos elementos que o levam mais directamente ao cerne do “alheio”. Seja qual for a imagem que nos chega da Flandres, o certo é que a ênfase recai posta sobretudo nos contrastes que servem sempre uma mesma finalidade, que mais não é do que actualizar Portugal, na distância e na ausência. Entre o relembrar do seu país e o reacender da identidade nacional, vagueia um homem que apenas sonha com “a volta do caminho” – título do capítulo de encerramento deste livro correspondendo ao final de uma viagem, nas palavras do autor “ por assim dizer romântica [mas] sem as certezas que buscam as almas atormentadas”, não restando dela “mais do que uma imagem e uma canção”(6). Falamos, talvez, da imagem de um povo e da canção da identidade nacional que ressoa aos ouvidos do leitor, no

momento em que o escritor afirma “o meu coração sonha e vê”(7).

---

(1) *Idem*, p. 19.

(2) A este propósito, saliente-se a procura do Autor por um posicionamento individual no mundo, sob a óptica de uma personalidade colectiva, um povo, sendo que essa cultura partilhada e que nos permite “saber quem somos no mundo contemporâneo. Ao redescobrir essa cultura, redescobrimo-nos a nós próprios, a pessoa autêntica [...]” Cf. SMITH, A., *op. cit.*, p. 31.

(3) *Idem*, p.45.

(4) *Idem*, pp. 89 e 92.

(5) *Idem*, p. 143.

(6) *Idem*, p. 247.

(7) *Idem*, p. 31.



Como em tantos casos, este exílio contribuiu para a consolidação de uma plataforma para o auto-conhecimento do “eu” viandante que reflecte e escreve sobre o que vê e, em simultâneo, para a consciencialização da necessidade de exaltar a identidade nacional de cada país, sendo essa a verdadeira alma de um povo que, de forma incansável, prosseguirá como uma referência ao longo deste livro. Esta noção reflecte-se ainda em “o amôr da terra” incessantemente evocado, como se de uma oração se tratasse. Observe-se a este propósito a passagem “Também eu a tomo agora [a terra] num punhado, e beijando-a faço a elevação lírica da boa terra da Flandres, em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo”<sup>(1)</sup>.

Na Flandres retratada por Almeida Braga, “o áspero catolicismo castelhano transforma-se [aqui] num naturalismo panteísta de larga e sã sensualidade”<sup>(2)</sup>, advindo, talvez, daí o carácter vincadamente sensorial da sua escrita, onde nenhum dos sentidos é negligenciado; ora se enfatizam aspectos olfactivos, como por exemplo, “Sobe da terra um perfume de candura e anda no ar incenso de inocência”<sup>(3)</sup>, ou então, “O vento que traz o perfume do mar”<sup>(4)</sup>, ora se coloca a tónica em aspectos auditivos, no ruído, ou na ausência deste, confrontem-se as passagens “Canta a matinas a cotovia que deixou as enramadas silvestres [...]”<sup>(5)</sup>, ou então, “Apagou-se o ruído dos passos [...] nada fala, nem voz, nem ave. Adormeceu o silêncio”<sup>(6)</sup>. Não olvidando o campo visual, registre-se o especial destaque dado aos recortes cromáticos que nos são fornecidos pelas descrições, de cariz pictórica ou mesmo cinematográfica, e a comprová-lo detenhamo-nos apenas, entre muitas outras, nas seguintes passagens “Cada cidade tem a sua cor própria: Bruges é lilás; Gand negra e vermelha; Antuérpia é de alabastro”<sup>(7)</sup>, ou ainda, “Pela linha cinzenta da estrada que vai tocar no céu, d’árvores caminham para o nevoeiro”<sup>(8)</sup>. Ainda de referir a especial atenção dada a pormenores de natureza táctil, observe-se, neste contexto, “E voluptuosamente amacia a relva [...]”

---

(1) *Idem*, p. 22

(2) *Idem*, pp. 190-191.

(3) *Idem*, p. 25.

(4) *Idem*, p. 15.

(5) *Idem*, p. 25.

(6) *Idem*, p. 29.

(7) *Idem*, p. 206.

(8) *Idem*, p. 15.

a luz tem a suavidade de um afago [...] (1), bem como o cuidado em reproduzir sensações gustativas, tal como em “Anda meu gosto cheio do sabôr do vinho e do pão que lá recolho” (2).

Neste sentido, torna-se evidente que a Flandres funcionou como exultante viveiro onde se desenvolveram e apuraram sensibilidades, resultando dessa estadia fora da terra natal um projecto que toma forma num tempo coevo, facto que leva o escritor a considerar, “Parei em Flandres como numa pousada; nada me pertence de aquilo que serviu para alimento do meu espírito; é antes da luz que me envolveu, do ar que respirei”. E como se este inebriamento dos sentidos servisse para colmatar o vazio provocado pela ausência da Pátria, parte daqui para a justificação do título da obra “D’ahi o nome *Pão Alheio*, porque ao dono d’ele não nego o foro nem o reconhecimento do senhorio” (3).

O sentimento que percorre o livro é, de resto, uma combinação de curiosidade e de necessidade de partilha das novas percepções do alheio com o leitor, facto que levam o escritor a intitular-se “Prisioneiro do destino” (4), e de forma paradoxal admitir que “contente aceito a prisão que ele me dá porque nele encontro a minha verdadeira liberdade” (5).

Da ideia recorrentemente apresentada do exílio enquanto cárcere, algo de vincadamente negativo, Luís de Almeida Braga lança ao leitor o repto de pressentir nas suas palavras a novidade e a ternura com que olha para esta “Terra”, sentimentos bem patentes em “Ao ver-me repatriado, sinto as razões poderosas que me prendem a estes ribeirinhos campos, sinto que é da sua vida que eu vivo, que neles nasci e à sua semelhança me formei [...]. Foi a exaltação em que vivi que deu vida e beleza ao silêncio que me envolvia” (6), desmarcando, inequivocamente, a terra que o recebeu de qualquer culpa, pois “[...] é no aconchego maternal de um berço que a minha alma se embala dentro desta terra” (7).

---

(1) *Idem*, p. 25.

(2) *Idem*, p. 19.

(3) *Idem*, p. 248.

(4) *Idem*, p. 253.

(5) *Idem*, p. 254.

(6) *Idem*, p. 252.

(7) *Idem*, p. 254.

Termina *Pão Alheio* com o assumir do fecho de um ciclo e o inicia de um outro, com a conclusão de uma aprendizagem e o arranque de uma nova fase da vida do Autor, expressos em “Cheguei ao fim do caminho [...] Vem amanhecendo. Sobe do Oriente uma ténue claridade [...]. Já todo o céu está claro [...]. O céu é pequeno para tamanha luz, é um deslumbramento”(1). Esse deslumbramento presente-se na concepção e publicação de *Alma Portuguesa* tendo como patrono D. Nuno Álvares Pereira, uma figura simbólica(2) intrinsecamente ligada ao desejo de afirmação do espírito de um povo e da vontade da restauração dos valores vinculados a um aceso sentido patriótico, em articulação directa com os princípios do Integralismo Lusitano(3).

*Alma Portuguesa* apresentar-se-ia como revista “de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades” sendo simultaneamente “órgão do Integralismo Lusitano”, nela participando uma juventude intelectual que plasmava, assim, um conjunto programático de ideais relacionados com o reavivar da “chama” do patriotismo que liga “um povo” à sua “terra”(4). Além de Ramos Ribeiro, Domingos de Gusmão Araújo, Rolão Preto(5) e Luís de Almeida Braga, outros se lhe juntam no embrião de um projecto que havia de se revelar a um tempo filosófico, político e literário, ansiosos por reactivar o desejo maior de restauração da “consciência Portuguesa” num tempo de “crise” e de “adormecimento” de um povo que, tendo as suas raízes mais profundas bem sólidas e consolidadas por séculos de História, deveria nelas rever-se e dessa forma procurar o seu norte e força necessária para superar todas as dificuldades, revalorizando noções como “Terra”, “Tradição”, “História” e “Costumes”, todos estes elementos integrantes de *Pão Alheio*.

Aquilo que estes intelectuais pretendiam na *Alma Portuguesa* era despertar num povo noções latentes que se encontravam como que adormecidas esperando apenas

---

(1) *Idem*, p. 249-251.

(2) “No campo dos movimentos cívicos europeus contemporâneos, a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira detém uma singular especificidade, orgânica à vida portuguesa [...]”. LEAL, Ernesto Castro, 1999 – *Nação e nacionalismos*. Lisboa: edições Cosmos, pp. 48-49 e 335.

(3) *Idem*, p. 111.

(4) BARREIRA, Cecília, 1982 – “Três nótuas sobre o integralismo Lusitano (revolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da ‘Nação Portuguesa’, 1914-26). *Análise Social*. Lisboa: ICS, vol. XVIII: 72-73-74, pp. 1421-1429.

(5) Todos eles correligionários de Almeida Braga no exílio belga, todos eles fundadores, então, da revista *Alma Portuguesa*.

um chamamento, um sinal para despertarem dessa letargia que parecia impedi-lo de “descer ao fundo das coisas” com a coragem e decisão reveladas por figuras de referência da nossa História. Em carta dirigida a Almeida Braga no exílio belga, Sardinha adverte: “Convence-te, querido amigo, que o Portugal novo irá connosco e que [...] seremos cavaleiros de resgate duma Pátria adormecida”<sup>(1)</sup>.

---

(1) A. H. M.S. – *Espólio de Luís de Almeida Braga*. Lab/II/A/052/ Cx. 7 – 0009.

## 2.2 Prelúdios do ideário integralista

### 2.2.1 Da recepção de Paul Bourget e Charles Maurras no meio literário português

A escrita de Almeida Braga, caldeada no contexto dos exílios, verte influências de autores de “carrément” francês, ampliando-se em torno de um projecto que se pretendia não só individual, mas, sobretudo, colectivo e de projecção nacional.

Dos nomes mais citados por Almeida Braga, a um tempo ilustrativos e legitimadores da sua escrita, relevam-se, entre outros, os de Paul Bourget e de Charles Maurras. Assim sendo, na busca de um eixo orientador que nos permita compreender o autor em estudo, no intuito de melhor interpretar a sua intervenção social e política, afigura-se indispensável uma articulação com as possíveis conexões entre os diversos autores e as noções que vão sendo elencadas ao longo das obras em análise. Por razões operacionais, focaliza-se a atenção em apenas alguns dos autores referenciados, isto por nos parecerem os mais adequados ao nosso estudo e, então, de leitura indispensável a um integralista. De resto, essas obras mereceram na época relativa divulgação entre nós, quer através de traduções, quer na própria língua de origem<sup>(1)</sup>.

---

(1) Ao contrário de Charles Maurras, cujas obras circulavam entre nós em língua francesa, Paul Bourget encontra-se muito traduzido, nomeadamente: BOURGET, Paul, 1910 – *O luxo dos outros*. Trad. de Carlos Bento Maia. Lisboa: Guimarães & Ca; BOURGET, Paul, 1911 – *A água profunda*. 2ª ed. Lisboa: Guimarães Editores; BOURGET, Paul, 192\_ – *Um idyllio trágico. Costumes cosmopolitas*. Lisboa: Aillaud e Bertrand; BOURGET, Paul, 192\_ – *Um crepúsculo*. Porto: J. Pereira da Silva; BOURGET, Paul, 1926 – *O fantasma*. Trad. Ana Castro Osório. Porto: Civilização; BOURGET, Paul, 1927 – *Um divórcio*. Porto: A. Figueirinhas; BOURGET, Paul, 1927 – *O dançarino mundano*. Trad. Domingos Guimarães. Porto: Casa Editora; BOURGET, Paul, 1928 – *Mentiras*. Lisboa: Tip. Moderna.

Porém, nos textos de Almeida Braga encontram-se igualmente numerosas referências a nomes oriundos da historiografia e do pensamento oitocentista e inícios do século XX, nomes essenciais para o esboçar de uma visão de conjunto, de um tempo e de uma sociedade coincidentes com o dito “Fin-de-Siècle”, uma época que “representava não tanto um fim como um princípio [...]”. Foi um fim apenas no sentido em que trouxe e expôs aos olhos do público certas vias de pensamento que se haviam formado ao longo de décadas. Era um mundo em revolução [...]”<sup>(1)</sup>. Assinalado neste grupo está, por exemplo, o historiador Fustel de Coulanges, que o nosso autor considera uma referência no amor pelo passado<sup>(2)</sup> e August Comte, cuja teoria positivista concorre, segundo Almeida Braga, para o reforçar da importância da tradição e do passado no presente e no futuro<sup>(3)</sup>, o que muito bem se articula com o que defende Armando Malheiro quando sublinha o facto do Integralismo resultar de uma “mescla de positivismo e de neo-escolástica”<sup>(4)</sup>, embora, desde logo, filiada na contra-revolução. Entre outros exemplos assinalados nos escritos de Almeida Braga saliente-se Frédéric Le Play<sup>(5)</sup>, autor de referência da sociologia cristã oitocentista, bem como La Tour du Pin, marco dos primórdios do pensamento social católico, ou ainda o expoente da filosofia política francesa da primeira metade do século XIX, teocrata e acérrimo defensor da contra-revolução, Louis de Bonald. A estes vem juntar-se o de Jules Soury<sup>(6)</sup> que, apesar do sua mestria no materialismo contemporâneo, se revela um defensor do respeito pelo passado. Acresce ainda toda uma plêiade de ideólogos, também eles filiados em correntes tradicionalistas, tais os casos de George

---

(1) BAUMER, F., 2002 – *O pensamento moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, vol. 2, p. 132.

(2) “O passado não morre nunca, admitiu o grande Fustel de Coulanges”. BRAGA, Luís de Almeida, 1918 – *op. cit.* p. 11.

(3) *Idem*, p. 10.

(4) SILVA, Armando Malheiro B. da, 2000 – “Tradicionalismo”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Azevedo, Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3, p. 303.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 96.

(6) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op.cit.*, p. 9.

Sorel e Maurice Barrès. Aliás, estes dois últimos nomes salientam-se pelas suas interessantes “panaceias” que eram, na reflexão de Baumer, as “mais representativas e que podem servir de exemplo de esforços feitos pela direita e esquerda políticas para curar a decadência”(1). O caso de Barrès, que “era muito típico, mostra uma desilusão inicial para com as crenças religiosas tradicionais, seguido pela formação de um *culte de moi* [...] expressando a centralidade do ego, ou *moi*, como única certeza sobre a qual se podia construir uma vida, e depois, ao descobrir a insuficiência do ego sozinho, através da crença do ‘egotismo nacional’ ”(2). Intérprete da filosofia de “L’Energie Nationale”(3), prosseguiu “delineando o novo culto da terra e dos mortos, que incluía um catolicismo renovado como personificação da cultura francesa(4)”, assumindo-se, desta forma, enquanto um dos principais defensores do “novo nacionalismo integral”, então em voga na Europa.

Em relação a Sorel, importa, pois, salientar que, embora de formação inicial ligada à engenharia, o seu pensamento estava próximo de Barrès, projectando-se mais como um visionário do que propriamente como um planeador social, interessando-se sobremaneira pelo estudo dos mitos “como força motriz da história”, a ser encarados como “expressões de vontade, os grandes sonhos de pessoas e de grupos”(5). De qualquer modo, quer Sorel quer Barrès encaravam a época em que viviam como um tempo de decadência e de incertezas. Era um mundo em mudança, questionando o positivismo, desvalorizando a ciência e a tecnologia, tal como irá defender Bergson na obra *L’évolution créatrice*, considerando que o mundo não era feito de leis e teoremas,

---

(1) BAUMER, F., 2002, *op. cit.*, p. 162..

(2) *Ibidem*.

(3) FRANDON, I.M, 1989 – *Maurice Barrès et la genèse du ‘Roman d’énergie nationale’: autour d’un dénouement abandonné pour ‘Leurs Figures’*. “Revue d’Histoire Littéraire de la France”. Paris: PUF. Vol. 89: 2, pp. 230-240.

(4) BAUMER, F., 2002, *op. cit.*, p. 162.

(5) *Ibidem*.

mas tão-só de movimento, devir – energia, por ele considerada o “élan vital”. São aquelas ilusões de progresso que Barrès irá também registar criticamente em *Mes Cahiers*<sup>(1)</sup>.

Por outro lado ainda, o mesmo Maurice Barrès focaliza a atenção naqueles “jeunes gens”, os jovens “desiludidos”, a quem Barrès apelidou de *Les déracinés*<sup>(2)</sup> fazendo deles tema central de ensaios, de novelas, dando-lhes o relevo de figuras do mundo da literatura francesa que, tal como ele, se sentiam simplesmente perdidos, e não conseguiam, senão, cultivar a personalidade.

Dois autores serão, contudo, alvo de uma análise mais pormenorizada e tal facto justifica-se por ambos influenciarem de modo particular a génese do integralismo lusitano que se pretendia constituir num movimento nacional empenhado no ressurgimento da “alma portuguesa” através da recuperação e renovação dos aparentemente esquecidos, ou frequentemente negligenciados, “valores nacionais”. É nesses valores que Almeida Braga buscará inspiração quando escreve passagens como “Camões, na vida de Portugal [...] é como a estátua de Apólo sobre as águas do Rhodes. *Os Lusíadas* são a poesia da nação enfeichada num livro. Nêsse livro vive a história e vivem as aspirações duma raça: há ali tudo o que foi e tudo o que é: o passado com as suas glórias, o presente com suas magoadas tristezas.”<sup>(3)</sup> Mais adiante, numa espécie de exortação capaz de acordar o povo português dessa letargia em que estava mergulhado, afirma “E das sombras densas, das ameaças sinistras, que enchem de pavores esta hora angustiosa, erguer-se há uma clara aurora de esperança sobre a terra santa de Portugal!”<sup>(4)</sup> Almeida Braga vai desvendando, assim, ao leitor o seu pensamento, partilhando com ele os seus mais genuínos receios e as esperanças acalentadas, apontando-lhe, simultaneamente, soluções para os problemas que mais

---

(1) BARRÈS, M., 1911 – *Mês cahiers*. Paris: Plon, vol. IX, p. 27.

(2) BARRÈS, M., 1897 – *Les déracinés*. Paris: Fasquelle.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 116.

(4) *Idem*, p. 146.



afligiam o país. As posições que vai defendendo ao longo dos seus escritos assume-as, de resto, com verdadeira paixão denunciando uma completa entrega aos ideais enunciados e a comprová-lo basta confrontar o sugestivo título escolhido para o seu livro, publicado em 1932, *Paixão e Graça da Terra*(1), um trabalho onde o autor não esconde o fascínio que sente pelas suas origens e o amor que o liga à terra que o viu nascer.

Com efeito, Almeida Braga recolhe em Paul Bourget marcas do patriotismo, e reflecte-as em obras como *O mar tenebroso*, onde os valores da tradição, da família, do passado, da fé ou da alma da raça, aparecem reflectidas no papel assumido pelos mitos, sejam eles de índole histórica ou literária. Através da leitura de Paul Bourget em *Nouvelles pages de critiques et de doctrine*(2) parte-se, então, em busca dos fundamentos para a recuperação e renovação das noções de Nação, de Pátria, simbolizando, assim, o “*volver a uma metrópole*, firme, compacta, forte [...] o que resta do velho Portugal [...] restaurada a forma tradicional do governo [...] numa palavra como proclama Paul Bourget, desfazer sistematicamente a obra mortífera da Revolução [...]”(3).

Parece, pois, pertinente determo-nos neste aspecto da recuperação e ulterior consolidação da “alma” de um povo a que Bourget, também ele, se refere no capítulo X das suas *Nouvelles pages critiques et de doctrine*, sob a epígrafe “Un soldat de Verdun” onde é abordado o tópico da guerra em articulação com noções tais como a tradição e a honra nacional projectadas na figura do soldado que, lutando e dando a sua vida pela Pátria incarna o papel de verdadeiro “escritor da raça”. Confronte-se, a este propósito, o que escreve Bourget “Et puis, il arrive que ce soldat qui témoigne

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1932 – *Paixão e graça da terra*. Porto: Livraria Civilização.

(2) BOURGET, s.d. – *Nouvelles pages de critique et de doctrine*. Paris: Le Plon. 2 vols.

(3) BRAGA, Luís de, 1918, *op. cit.*, p. 145-146.

pour ses frères de tranchée et pour lui-même, est un écrivain de race. [...] Alors, ces feuillets où il a consigné ses souvenirs [...] parfois entre deux assauts, sur une table d'hôpital d'autres fois, entre deux pensements, au dépôt entre deux citations, deviennent une oeuvre, au sens plein du mot, et qui prendra rang dans la série des beaux livres laissés par nos mémoralistes, une fierté aussi de notre tradition française ”<sup>(1)</sup>. Um pouco mais adiante, salienta ainda Bourget o tema da necessidade de encarar a guerra sem dramatismos, ideia partilhada pelos integralistas lusitanos, que a assumiam como algo natural para os homens, facto que fica bem claro em afirmações como “Connaissez-vous dans toute l’histoire militaire une harangue où fremisse plus douloureusement la grande âme d’un chef donnant à des gens de coeur ce simple mot d’ordre Faites-vous tuer! Et ils se sont fait tuer [...] Leur grandeur est là, dans cette ignorance de leur grandeur, leur splendeur dans cette obscurité où ils s’abiment [...]”<sup>(2)</sup>.

O tópico da guerra e da sua representação no imaginário colectivo, será, assim, trabalhado por Luís de Almeida Braga, remetendo o leitor para o significado da guerra no pretérito e no presente, projectando-nos, inevitavelmente, para o futuro, aliás como sublinha ao escrever “Eu só desejo para Portugal, se no Céu lhe está marcado fim, que a sua morte seja num campo de batalha, que tenha ao menos o destino heróico do sempre desejado rei D. Sebastião [...]. Eduquem-se as almas ao contacto salutar das nossas glórias e dos nossos poetas, dos nossos soldados, dos nossos arditos navegadores. [...] De mais, a guerra não é um mal para o género humano, como pretendia Voltaire; é antes sua mais segura ventura, porque sem êsse desejo de domínio e de força, que é a base do patriotismo, nada de belo e de grande se teria feito no mundo. É hoje uma verdade axiomática em sociologia, que foi a guerra que fez a civilização”<sup>(3)</sup>.

Desta forma, Almeida Braga reforça a sua posição relativamente a este temário considerando que “[...] devemos aceitar a ideia da guerra, não com tristeza, mas com

---

(1) BOURGET, s.d., *op. cit.*, p. 257.

(2) *Idem*, pp. 267-269.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 14.

amor”. Para ele a guerra “é bela, porque tem em si toda uma virtude moralizadora, porque é uma escola de sacrifício” e, então, propõe que a aceitemos “não como um duro legado dos tempos bárbaros, mas como uma missão reparadora que, exaltando os sentimentos, aumenta a civilização”(1).

De volta à recepção de Paul Bourget através da leitura das *Nouvelles pages [...]*, deparamos com todo um capítulo dedicado a Renan e Taine – “Renan et Taine après 1870” –, onde se evidencia a articulação dos nexos entre os dois pensadores, ressaltando-se, sempre, a necessidade de os manter como autores de referência para o pensamento do século XX, a despontar, tal como quando refere “Sachons un extreme gré à des maîtres qui étaient en pleine maturité de gloire et de talent, il y a un demi-siècle, M. Hippolyte Taine et M. Ernest Renan [...]. Ils se sont trompés souvent, mais ils ont toujours dit ce qu’ils pensaient. Peut-être n’ont-ils donné une preuve plus émouvante de leur sincérité qu’en osant, Taine dans ses *Origines*, Renan sa *Réforme Intellectuelle et Morale*, incriminer dans la Révolution la grande ouvrière du malheur français”(2).

Taine e Renan são também alvo de reflexão para Almeida Braga, nomeadamente a propósito das suas observações em torno do regionalismo. Sobre as origens da “França Contemporânea”, refere que Taine demonstra “nitidamente que a verdadeira, a forte autoridade política não reside na onnipotência do Estado, mas sim nos seus agregados particulares”(3), acrescentando sobre Renan a propósito do conceito de democracia: “Se Renan, – *Le Renan* d’un bom livre, como diz Paul Bourget – ao fim da vida se manifestava declaradamente anti-parlamentarista e anti-democrata, é que soubera ouvir e entender a lição do seu tempo [...]. A *Reforme intellectuelle et morale* é o testamento político de Renan. Nessas páginas admiráveis, austeras e ardentes, deixou êle o melhor do seu pensamento, as suas ideias, as suas dores, as suas esperanças [...].

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 130.

(2) BOURGET, s.d., *op. cit.*, pp. 30-31, vol.2.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 262-263.

As lições da guerra de 70 ensinaram Renan a ser profeta para a guerra de 14 ”<sup>(1)</sup>.

Passando a Maurras, com ele aprende Almeida Braga a interpretar o pensamento de Comte contrariando as correntes que adulteraram a raiz da sua filosofia, amputada e subvertida por alguns dos seus discípulos, tal o caso de Littré, posição esta que Maurras ilustra em passagens como “Douceur, tendresse, fermeté, certitudes incomparables, c’est tout ce que renferme pour l’élève de Comte ce terrible mot, si peu compris de Positivisme! Nous ne comprendrions rien au maître, si nous ne formions d’abord une idée nette de son disciple [...]”, acrescentando-se em nota de roda-pé “le positivisme passe, en général, pour n’admettre que ce qui se voit et se touche!”<sup>(2)</sup>. Coincidindo com esta opinião, recolhem-se também em Almeida Braga testemunhos dessa referida adulteração, bem exemplificada no capítulo dedicado a “Comte Reaccionário”, onde se explica “Os nossos positivistas só recolheram da filosofia de Comte, através das falsificações e das calúnias de Littré o que nela havia de grosseiro ou exagerado [...]. O Augusto Comte que os nossos escritores propagaram, não é o verdadeiro. A falsificação foi a ponto de se lhe atribuir precisamente o contrário do que ele disse”<sup>(3)</sup>.

São essas premissas comtianas, essas “syllabes sacrées” nas palavras de Charles Maurras<sup>(4)</sup> que religiosamente repetidas evocam, em Almeida Braga, a necessidade de reler Comte, de reabilitar o seu pensamento integrando-o numa ampla tessitura de autores que servirão de lastro ao complexo programa ideológico de índole político-social que o Integralismo Lusitano representou. De entre as fórmulas apresentadas por Comte, lembradas por Maurras e posteriormente trabalhadas por Luís de Almeida Braga, são de destacar “Ordre et progrès”, “Famille, Patrie et Humanité”, “Le

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 232-233.

(2) MAURRAS, C., 1928 – *Romantisme et révolution: l’avenir de l’intelligence*. Varsailles: Bibliothèque des Ouvres Politiques, p. 93.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 168-169.

(4) MAURRAS, C., 1928, *op.cit.*, p. 92.

progrés est le développement de l'ordre” e ainda “les vivants seront toujours et de plus en plus gouvernés par les morts”, por serem possivelmente as que melhor se adaptam à legitimação do imbricar do tradicionalismo com o progresso.

A proximidade entre o pensamento de Maurras e de Bourget, está latente, por exemplo, no relevo dado às palavras do autor de *Outre-Mer*(1), na abertura do último capítulo do livro *Romantisme et Révolution*, de Maurras, “Trois idées politiques” dedicado a três figuras referenciais da cultura francesa, Chateaubriand, Michelet e Sainte-Beuve, aí relacionadas, respectivamente, com as noções de anarquia, democracia e empirismo organizador(2). De resto, os conceitos subjacentes às noções atrás enunciadas reflectiam bem as preocupações que preenchiam o espírito de Almeida Braga e esse facto evidencia-se quando escreve “Supprimer l’anarchie sans en atteindre les causes, c’est fomenteur, en secret, une anarchie nouvelle et plus redoutable, dissera Octávio Tauxier, discípulo e companheiro fiel de Maurras em tanta hora exaltada”(3). Do mesmo modo, pensando a democracia e os seus princípios afirma “Os monárquicos constitucionais – nunca é de mais recordá-lo aceitam os princípios políticos dos seus naturais adversários, os republicanos. Todos eles partem e se confundem na teoria da soberania popular e do sufrágio. E esses princípios, ainda segundo Comte, são essencialmente destrutivos, incapazes de organizar coisa alguma, salvo a dúvida, a desordem e a degradação. Por isso, Maurras pôde dizer que a democracia é a inveja e a república é a divisão e o ódio.”(4).

Em consequência da repulsa de um regime político e concomitante adesão a um outro, releva-se uma proximidade de registos da escrita de ambos os autores. *Enquête sur Monarchie*(5), torna-se, assim, uma obra de referência para o pensamento integralista

---

(1) BOURGET, Paul, 1895 – *Outre-Mer*. London: T Fisher.

(2) MAURRAS, C., 1928, *op. cit.*, p. 237-263. Sobre a questão do empirismo organizador, Maurras escreve em *Més idées politiques*, volume publicado em 1937, tratar-se da “qualificação” atribuída ao método que tentou imprimir à concepção ideológica de ciência política assumida pela *Action Française*.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1969 – *Espada ao sol*. Lisboa: Biblioteca do Pensamento Político, p. 154.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 109.

(5) MAURRAS, C., 1920 – *Enquête sur la monarchie*. 9ª tir. Paris: Nouvelle Librairie National.

lusitano, especialmente para Almeida Braga, obra que representa uma das traves mestras do constructo político-ideológico integralista. Reflectindo a monarquia, a obra de Maurras encara este regime como o único capaz de conduzir o país a um “sonhado restabelecimento”, não representando “senão a conclusão prática do integralismo”(1).

*Sob o pendão real* (1942) e *A revolta da inteligência* (1944) são duas obras que reflectem a filiação a um regime que Almeida Braga considera não ser “uma simples máquina política, nem nunca [...] fechado sistema de combinações para compelir o homem às conveniências de quem se apoderou do mundo”(2). Sobressaem daqui as críticas lançadas à República e aos seus “vícios”, para tanto, observe-se o registado em “A republica é, essencialmente, a desordem [...]. Pretender uma republica honesta, sossegada e próspera é desejar o impossível, vale o mesmo que querer compor um triângulo com quatro faces!”(3) Imbrica aqui a necessidade, segundo Almeida Braga, de substituir a república pela monarquia, a única resposta eficaz aos problemas com que a sociedade se debatia, conclui. Aqui, como em França, delineiam-se as bases dessa monarquia, tal o indicado por Maurras “D’une manière générale, mais profonde, la France aspire, donc, à la monarchie héréditaire et traditionnelle, anti-parlamentariste et décentralisée, que nous ayons jugée lui être nécessaire. Cette monarchie est, donc, désirée inconsciemment”(4).

As expectativas partilhadas por Maurras e Almeida Braga resultam, assim, num conjunto de reflexões sistemáticas sobre os dois regimes, o republicano e o monárquico. Os ataques lançados às bases do primeiro seguem um percurso cuidadosamente gizado, visando primeiramente o parlamento, o que parece evidente em “É o Parlamento em globo que é soberano, é, pois, o Parlamento em globo que devia ser responsável, e que, no entanto, o não é [...]”(5) ou ainda “O Parlamento é um centro de defecções que empesta a vida nacional”(6).

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 328-329..

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1944 – *Revolta da inteligência*. Lisboa: Portugália, p. 12.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 336.

(4) MAURRAS, C., 1920, *op. cit.*, p. 501.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op.cit.*, p. 224.

(6) *Idem*, p. 114.

Na senda de Maurras, também Almeida Braga pensa a questão da hereditariedade no âmbito do regime monárquico, afirmando “Por certo, a monarquia não é o governo perfeito, mas é, sem dúvida, o mais competente, o mais forte [...]. A transmissão hereditária do poder é o meio único de escapar aos desmandos de César, consequência fatal da República”<sup>(1)</sup>.

Numa terceira linha é reflectida a tradição, encarada enquanto “continuidade – é o vínculo de unidade permanente [...]. Ora, o regime republicano veio precisamente destruir o que num naufrágio de 34 ainda se salvara dos valores morais da Tradição. Urge corrigir os erros cometidos”<sup>(2)</sup>.

Por último, no que à descentralização diz respeito, Almeida Braga sublinha “Voltará e tem de voltar transfigurada na monarquia orgânica, tradicional, mantendo o equilíbrio das classes, neutralizando as diversidades regionais numa vasta intenção descentralizadora, envolvendo-se de prestígio pelo respeito do espírito provincial, pela consagração das actividades particularistas”<sup>(3)</sup>. Por conseguinte, ainda articulada com a noção de empirismo organizador, considera que a reconstituição da Nação terá que passar pelas suas entidades autárquicas, mormente pelo município e pela “Província”, mas também pelas corporações profissionais, em ordem à construção de uma unidade “essencialmente orgânica do Estado”<sup>(4)</sup>. A um tempo, repudia o individualismo anárquico em que a sociedade tende a dissolver-se e o “pantaísmo estadista” que, por sua vez, “absorve” e “corrompe”, abrindo lugar, em alternativa, aos “organismos naturais e históricos da Nação”<sup>(5)</sup>. No ensejo, preconiza o programa de acção e de reforma legislativa, económica e social que Gama e Castro propusera nas suas laudas de *O Novo Príncipe*<sup>(6)</sup>.

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 205-206.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 19-191. Na expressão “naufrágio de 34”, Almeida Braga reporta-se á vitória definitiva das forças liberais encimadas por D. Pedro IV sobre as tropas de D. Miguel, ou seja, a vitória do constitucionalismo monárquico e liberal sobre a monarquia tradicional, momento que marca também o fim da guerra civil exarado na convenção de Évora Monte.

(3) *Idem*, p. 42

(4) *Idem*, p. 65.

(5) *Idem*, p. 65.

(6) *Ibidem*. A este propósito veja-se TORGAL, Luís Reis, 1973 – *Tradicionalismo e contra-revolução: o pensamento e a acção de José Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra

## 2.2.2 A maturação de um projecto político e cultural

Em Almeida Braga, cuja obra se desenvolve sobretudo numa vertente ensaística, as marcas da ideologia integralista surgem a par da vontade de inovação no domínio das ideias, pelo que é de salientar a abordagem actualizada com que são repensadas as origens da nacionalidade com vista à formação de um patriotismo ora renovado, ora renovador, capaz de avivar no leitor a “chama” de nacionalismo historicista, eminentemente lusíada. Trata-se, neste sentido, de um nacionalismo diverso de todos os outros<sup>(1)</sup>, sobretudo do francês que, durante décadas, se tinha constituído fonte de inspiração, mas, simultaneamente, uma sombra, sempre presente, no panorama literário português. Todavia, ao tempo de Almeida Braga, essa visão altera-se profundamente, até porque a ênfase posta na especificidade do dito “espírito lusíada” defendia que “Para achar as leis do renascimento nacional é preciso sempre procurar as leis da formação nacional. Tal é o pensamento do Integralismo Lusitano, que sendo já hoje uma força intelectualmente autónoma, é a mais límpida corrente de ideias que atravessa e fecunda a terra [...] a carne e o sangue da Pátria portuguesa”<sup>(2)</sup>.

Capazes de despertar no leitor o desejo de permanecer ligado às suas origens e de bem as sentir para melhor as compreender, vários serão os escritores a aderir a esta vontade que germinava a partir de raízes que se buscavam, que se desenterravam e se consolidavam, por fim, de modo a criar algo único, diferente e verdadeiramente genuíno. A este propósito, atente-se na imagem clara sugerida por Almeida Braga:

“É o homem semelhante à árvore; se as raízes andam fundas, a árvore é frondosa, e o homem será forte. Tanto mais um homem é do seu tempo e mais a sua sombra se alonga pelo futuro, quanto mais se mergulha nas entranhas da sua terra, da sua pátria, da sua história, da

---

(1) RAPOSO, Hipólito, 1929, *op. cit.*, .

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1932, *op. cit.*, pp. 317 e 319.



sua tradição. O homem grande, heróico, o verdadeiro homem é como o tronco arrogante que se alheia no cimo da montanha e a perfura com as raízes para absorver o suco dos escondidos mananciais”(1).

Os escritores associados ao movimento integralista lusitano, cedo compreendem, de resto, que era a partir dessa premissa de total compromisso com tudo aquilo que marca a nossa pertença que poderíamos, com segurança, decifrar o que fomos, o que somos e o que seremos ainda, marcando, deste modo, a diferença que cada povo deve ser capaz de revelar, numa dupla vertente, a si mesmo e aos outros. Neste encaço, é Almeida Braga quem segue propondo ao leitor exemplos de nomes que conseguindo desvincular-se, ainda que relativamente, de correntes ideológico-culturais oriundas do estrangeiro, souberam resgatar ao seu passado, à sua tradição e à sua cultura [e literatura] autênticos pedaços da vida do seu povo, pequenos fragmentos, por vezes com carácter eminentemente diacrónico, mas que, uma vez alinhados na memória colectiva, resultam em obras-primas do espírito nacional, modelos que se sagram por um inestimável valor enquanto testemunhos da vida de um povo. Ainda neste âmbito, relembrem-se as referências de Almeida Braga a Camilo Castelo-Branco:

“Se as obras de Camilo perduram ainda, é porque a todos comunicou o espírito vivo da nacionalidade [...]. O romance é o género literário que mais envelhece. Ter Camilo escapado à sorte comum, é já o índice de uma superioridade indiscutível [...]. Poucos livros, como esses, darão o sentimento dum contacto tão directo e imediato com a alma portuguesa. O que faz a beleza de tais romances, é sentir-se dentro deles viver e palpitar a luz e a voz de Portugal”(2).

Exemplo acabado desse espírito lusíada que os integralistas lusitanos evocavam, assim foi Camilo recuperado do passado e transportado, pela pena de Almeida Braga,

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1930 – *Ao serviço da terra*. Braga: Cruz, p. 14.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1923 – *O significado nacional da obra de Camilo*. Lisboa: Portugália, pp. 18-20.

até meados do século XX sobre o qual pairavam “nuvens“(1), de incerteza. Não parece, assim, despiciendo atentarmos ainda no volume que Almeida Braga dedica ao “fecundíssimo novelista” de Ceide sob a sugestiva epígrafe *O significado Nacional da Obra de Camilo*, publicada em 1923. Uma primeira questão que se coloca deriva da razão da escolha de Almeida Braga recair sobre Camilo, isto entre tantos outros escritores, alguns até mais valorizados no meio literário português da época, como o seu “eterne rival” Eça de Queirós. Almeida Braga fornece, então, a resposta à medida que avançamos na leitura, sendo que as razões desse seu critério vão-se tornando cada vez mais evidentes. Consequentemente e por imperativos metodológicos, optámos, tão-só, por seguir o fio condutor do texto e deixar que, naturalmente, fluam e se cruzem as características apontadas por Almeida Braga relativamente à escrita camiliana com os preceitos expostos no ideário Integralista verificando, assim, os pontos de vista confluentes.

De facto, Camilo surge aos olhos de Almeida Braga como um escritor da sua época, observe-se quando afirma “Camilo viveu integrado em perfeita harmonia com o seu tempo”(2), influenciado, pela força das circunstâncias, no movimento literário do Romantismo, estando a “Sua biografia [...] cheia de elementos românticos”(3). Do convívio literário com vários escritores românticos, tal o caso de Chateaubriand, de Rousseau ou de Saint-Pierre, derivou Camilo o seu próprio estilo, sabendo, sobretudo, manter-se fiel a si próprio, conservando, desta forma, a sua originalidade, não aceitando nunca adoptar modelos literários que não fossem os seus. A sua escrita, dotada de “uma exuberância maravilhosa“(4) serviu “tragédia, comédia, política, panfleto, história, lágrimas, risos, tudo se encadeia na sua obra”(5).

---

(1) Esta expressão foi usada por Almeida Braga para intitular uma das suas obras da década de 50 do século XX, *Nuvens sobre o deserto*, expressão com que reforça o miolo de um capítulo do seu livro *Sob o penão real*.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 12.

(3) *Idem*, p. 13.

(4) *Idem*, p. 14.

(5) *Idem*, p. 16.

Assinala-se, assim, um dos motivos porque convinha aos integralistas recuperarem Camilo, escritor cujas faculdades consideravam salientar-se ao recordar “as figuras esquecidas nas sombras vastas da História [...]. Quem deseje conhecer o nosso povo, seu modo de ser peculiar, seu estado social, seus hábitos e vícios, hade<sup>(sic)</sup> ir gostosamente enfronhar-se na leitura ardente das cem novelas de Camilo”<sup>(1)</sup>. Esta afirmação parece, de resto, estar em perfeita sintonia com o juízo avisado que virá a ser o de Prado Coelho quando este ensaísta sublinha o “verbalismo ultra-romântico, [o] mais adequado instrumento para a expressão do mundo camiliano, tão entranhadamente português nos sentimentos, nos temas, nas personagens”<sup>(2)</sup>.

A ênfase colocada no valor de Camilo reside, com efeito, nessa originalidade de pendor exclusivamente português, nesse modo peculiar de se assumir a nacionalidade, ou neste caso, a “portugalidade” que distinguirá e elevará o escritor, no parecer de Almeida Braga, ao estatuto de génio da nossa literatura.

O autor de *O significado Nacional da Obra de Camilo* prossegue, então, elencando as características que o atraem na escrita camiliana, ressaltando sempre o amor e a admiração pelas coisas portuguesas que fazem com que este autor ecoe no panorama da nossa literatura como um modelo a seguir, na senda da recuperação do orgulho e do amor pela terra natal, tal o evidenciado em passagens como “Poucos livros, como esses, darão o sentimento dum contacto tão directo e imediato com a alma portuguesa. O que faz a beleza de tais romances, é sentir-se dentro deles viver e palpitar a luz e a voz de Portugal”<sup>(3)</sup>. Prosseguindo a leitura deparamos, um pouco adiante, com a seguinte consideração sobre a matriz nacionalista do escritor, onde se adivinha uma projecção do nosso Autor, ou seja, ao falar de Camilo é como se estivesse a falar de si ou do seu

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 16.

(2) COELHO, Jacinto do, 1990 – *Dicionário de Literatura*. 4ª ed. Porto: Figueirinhas, vol. 1, p. 162.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 21.

próprio ideário de literatura, “outro horizonte senão o da sua terra, e a ela esteve sempre fervorosamente preso“(1).

Parece, pois, residir no binómio homem/terra o segredo da autenticidade da depurada escrita de Camilo, características a que Almeida Braga aludira já noutra contexto, então ao referir-se ao povo da Flandres escrevendo, “As regiões da Flandres teem um carácter extremamente marcado; e, resultando talvez duma longa coabitação ancestral, o povo guarda com elas tantas analogias, aparece tão enraizado, numa tão perfeita conformidade com o céu e a terra de que é produto, que não serei eu quem saiba apartar a paisagem da gente que a habita”(2).

Será igualmente interessante reflectir ainda neste âmbito, sobre a afirmação de Almeida Braga quando refere “A beleza da obra de arte está, mais do que em si mesma, na alma que deixa ver”, e a alma que aqui se antevê é, sem dúvida, a alma lusíada, a alma que anima cada português que se sinta verdadeiramente ligado à sua terra, às suas origens e às suas gentes.

Nada lhes ficando a dever, se confrontado com outros escritores da literatura portuguesa, da escrita vicentina herdou Camilo a ironia e o aguçado sentido crítico com que observa a sociedade, além de, na perspectiva de Almeida Braga, Camilo ficar a ganhar em vivacidade no confronto com o autor de *A Cidade e as Serras*:

“Como se o Diabo de Gil Vicente se lhe debruçasse ao ouvido [...]”, a Eça ultrapassando-o em autenticidade, pois se “Eça de Queirós dava às personagens dos seus romances a linha única da sua vida real; Camilo criava-as com as direcções infinitas da sua vida possível. Eça representa a vida; Camilo conta-a [...]. O que faz as delícias dos romances de Camilo , são os seus dedos infatigáveis, chamas de inteligência, dedos de fada inquieta, vistos sempre debaixo das roupas transparentes de seus figurins”(3).

Esta ideia de que Camilo “despe” as gentes, entrando no âmago de cada personagem, embrenhando-se na alma de cada uma, faz da sua escrita um veículo de

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 21.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1916, *op. cit.*, p. 8.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 20.

convergência e de inclusão. Enfatiza, deste modo, as “aspirações da raça” e as “mais ocultas vozes da sensibilidade lusíada, [...] tudo o que forma a trama da nossa existência nacional [...] todos os partidos e todas as bandeiras os bons impulsos e os maus sentimentos [...] fez ele [Camilo] atravessar dentro daquela lâmpada mágica que lhe alumia a alma os lances da vida”<sup>(1)</sup>. Tais características levam Almeida Braga a estabelecer agora conexões entre Camilo e Camões, salientando “E foi assim que o endiabrado Fialho se atreveu a escrever: ‘Por ventura virá um dia em que o espírito de Camilo se levantará do passado, como em 1880 viram os portugueses levantar-se o espírito de Camões’ ”<sup>(2)</sup>.

Exercício semelhante ao que acabamos de relevar, prosseguirá Almeida Braga a propósito de alguns autores estrangeiros de referência, nomeadamente Zola, mestre do naturalismo e exímio retratista da alma nos seus mais pequenos pormenores, ideia que Almeida Braga enfatiza em “Como Zola queria, os romances camilianos juntam à expressão pessoal o claro sentimento da realidade”<sup>(3)</sup>, mas irão mais além, “porque o naturalismo se debruçou apenas sobre a vida e a literatura perdeu a harmonia e a ordem porque os parnasianos se consagraram ao culto isolado da arte [...]. Alheio a todas as teorias, Camilo [...]”<sup>(4)</sup> tomou como regra as palavras de Maupassant, a observação em simultâneo do coração e da vida exterior. Para Almeida Braga, Camilo foi a um tempo “naturalista”, “clássico por educação” e “realista”, atente-se na sequência de trechos que patenteiam essa alternância de correntes “Foi naturalista, se bem que nunca professou a retórica nem a filosofia dessa doutrina”<sup>(5)</sup>, “Clássico por educação, Camilo é romântico pelo tempo e, como lei fatal das coisas, realista”<sup>(6)</sup>.

Demais, Almeida Braga aponta em Camilo a coexistência de múltiplas características oriundas de várias correntes literárias, o que poderia até resultar em situações de tensão na escrita, contudo, essa polivalência ou alternância de

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 32.

(2) *Idem*, p. 33. Aludindo às comemorações do centenário de Camões (1880), então aproveitadas como “recurso ao mito de uma idade de ouro perdida” para enfatizar um tempo de decadência e responsabilizar um regime por tal situação (CATROGA, Fernando, 1991, *op. cit.*, p. 45), também o centenário de Camilo poderia suscitar esse sentimento agora face à República.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 24.

(4) *Idem*, p. 33.

(5) *Idem*, p. 26.

(6) *Idem*, p. 37.

estilos, concorrerão de forma inédita para a génese de uma estética literária que potenciando o aparecimento de uma nova expressão do sentimento pessoal se revela capaz de traduzir uma visão original do mundo. Almeida Braga caracteriza igualmente a obra camiliana como “formada por duas correntes estranhas e pitorescamente associadas, uma de realismo material, vigorosa, seca, toda ela em tendões e nervos, outra, de poesia, lânguida, vaga, sentimental”(1), concluindo, “[...] harmonizavam-se, compensavam-se, não se combatiam”(2).

Outro aspecto abordado por Almeida Braga ao reflectir sobre o pensamento de Camilo, será a ênfase colocada numa antipatia face ao liberalismo, tornando-o num adepto da contra-revolução, pelo que, em tempos diversos, estes dois homens se conectam numa mesma linha de pensamento, tal como salienta Almeida Braga “ Não há guia mais completo e vivo da chaga do liberalismo, do que essas personagens de Camilo, movendo-se por entre os acontecimentos políticos, os sentimentos, as paixões que comoveram a anarquia adormecida da Regeneração [...]. Os livros de Camilo nasceram, deste modo, como movimento necessário de reacção nacional contra o constitucionalismo falazadeiro, que a Portugal ia roubando Portugal”(3), aqui se plasmando, na sua totalidade, o credo integralista de “creio em Portugal”, cujo método se encontra contido na expressão do poeta integralista Afonso Lopes Vieira “reaportuguesamento de Portugal “.

Ao invés, Camilo revela nas suas palavras uma simpatia tranquilizadora para com o regime monárquico, deixando transparecer ideais patrióticos profundos, salientados por Almeida Braga em “Camilo não deixa esquecer que fora soldado de El-Rei Dom Miguel [...] “, prolongando-se, deste modo, ao longo da sua escrita toda a nostalgia de um tempo que parecia esgotar-se, daí a imperiosa necessidade de constantemente o evocar, nas palavras de Almeida Braga, “Sob a influência de Herculano, mas com Chateaubriand a guiar-lhe a pena , desperta em Camilo o encanto pelo passado”(4). Do

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 27.

(2) *Ibidem.*

(3) *Idem*, p. 45.

(4) *Idem*, p. 33.

passado chega a saudade enquanto expressão dessa necessidade de “sonhar de novo”(1), é uma saudade interminável que Almeida Braga assinala “Nunca lhe passou [...]. Ninguém mais penetrantemente sentiu a dolorosa volúpia da saudade”(2).

Contudo, o conceito de identidade nacional na acepção integralista não é saudosista na significação de Pascoaes(3), tal o reafirmado por António Sardinha numa missiva enviada a Almeida Braga, onde defende “Também o folheto de Pascoaes me indignou. Escrevi umas coisas que depois não publiquei por entender que não valia a pena. Os Águias estão desacreditados, já ninguém os leva a sério...”(4). Além disso, a própria Renascença Portuguesa não propunha planos concretos de intervenção social e política, quedava-se antes, na sua essência, por uma postura socrática e maiêutica, “mas não ideológica”, daí resultando uma preocupação de “desideologização do pensamento político”(5). Pelo contrário, a identidade nacional é, para Almeida Braga e logo para os integralistas, de matriz “restauracionista”, de sentido oposto ao da “Renascença Portuguesa”, e recria, a seu modo, a nova imagem da “Casa de Portugal”, a unidade da lei e da grei sob o signo maternal do pelicano. Como ressalva Sardinha, num outro registo epistolar dirigido a Almeida Braga, “Resulta daí que a Esperança, – e não a Saudade, – é o grande renovador e mantenedor do génio lusitano”(6).

Em suma, a obra de Camilo é exaltada e adoptada por Almeida Braga como algo genuinamente português, como pode verificar-se em várias passagens do citado ensaio sobre o autor de Ceide:

“O segredo da originalidade consiste em transformar o estranho, em assimilá-lo com a nossa própria substância e em fundi-lo e combiná-lo tão intimamente com o que é apenas nosso. [...] Tudo em Camilo é português de lei [...]. Todos os sentimentos que atravessam a alma portuguesa e a chamam à vida, Camilo interpretou e sentiu primeiro. E nem houve tradição tradicional ou velho costume que pudesse esconder-se à sua curiosidade sempre vigilante”(7).

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, p. 41.

(2) *Idem*, p. 49.

(3) “N’ *A Águia*, em 1912, Pascoaes anunciou que vinha para ‘criar um novo Portugal, ou, melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa’, através da ‘criação na alma do Povo, dum ideal religioso, que lhe provoque os sentimentos de heroísmo e sacrifício [...]’. Religião tinha, para Pascoaes, um ‘sentido filosófico: o da ligação a uma comunidade na busca colectiva da forma de vida superior [...]’. Acabou, assim, por escolher a ‘saudade’ para simbolizar a nova religião”. RAMOS, Rui, 1994, *op. cit.*, pp. 533-534.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *Op. cit.*, p. 433.

(5) SOUSA, Maria José Alves Pereira de, 1998 – *O nacionalismo em Teixeira de Pascoaes*. Porto: [s.n.], p. 95.

(6) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 433.

(7) BRAGA, Luís de Almeida, 1923, *op. cit.*, 62, 69, 71.

Outro nome que surge associado a Luís de Almeida Braga, partilhando de todas as suas convicções e ideais é o de António Sardinha com quem se cruza em Coimbra, “a Lusa Atenas“, onde todo este núcleo de jovens se reúne: “Todos nós, rapazes do meu tempo, éramos moços cavaleiros duma ala estranha da cavalaria, assaltando em cada dia a Universidade armados de Guyan ou John Ruskin”(1). Desta convivência nasce entre ambos uma amizade cúmplice, motivo pelo qual não mais se afastam. Inseridos num ambiente de camaradagem académica, os temas das conversas recaem, invariavelmente, sobre o estado do país, revelando sempre o gosto pela novidade, transformado em vontade de marcar a diferença. Dentro desse núcleo de jovens “moços duma ala estranha de cavalaria“, salientavam-se Veiga Simões, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo e, claro, António Sardinha e Almeida Braga, entre outros. Como Ana Isabel Desvignes tão bem esclarece, “Com efeito, todos partilham as mesmas leituras [...], daí resultando uma proximidade ideológica que os mantinha unidos e fiéis aos seus princípios“(2).

De tal forma essa filiação num mesmo ideário político-ideológico se torna forte e incisiva que os escritos de uns serão alvo de reflexão e de análise por parte dos outros, leiam-se, nesse sentido algumas passagens que Almeida Braga dedica a Sardinha no Apêndice do seu livro *Sob o Pendão Real* ”Todos os sentimentos se confundiam no seu coração num só amor. As alegrias mais ternas, os afectos mais meigos, serviam sempre para justificar e exaltar a sua paixão nacionalista”(3). Assim define Almeida Braga a essência do espírito de António Sardinha, concluindo, “António Sardinha não sabia separar a sua vida da vida da Nação. E se tão cedo se extinguiu, não é errado dizer que lhe rasgaram a carne as feridas da Pátria!”(4). O modo como se dirigiam uns aos outros através das cartas que então escreviam, denunciava um sentido de

---

(1) SIMÕES, Veiga, 1912 – “Libro della mia memoria”. *Rajada*. Nº 4, p. 10.

(2) DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, 2006 – *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*. Lisboa: ICS, p. 56.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op.cit.*, p. 406.

(4) *Ibidem*.



comunhão de ideais que iam brotando à medida do convívio regular. Observem-se para tanto alguns excertos de cartas escritas por Sardinha a Almeida Braga: “Vi rimas tuas, Irmão, na *Alma Portuguesa*, que vem trazer uma nota viva de Esperança, à minha Esperança sempre viva“(1), ou então: “Eu trabalho, – não num poema, meu Amigo, mas num forte livro viril [...]”(2), ou ainda “Tu és o parente mais arrumado do meu espírito, âquele em que eu revejo tudo aquilo que eu sou[...]”(3).

De facto, para Almeida Braga a demanda da “Verdade Portuguesa” radicava na “sistematização do que se pode, em realidade, considerar como próprio e original, como progressivo e espontâneo na nossa maneira de ser colectiva [...]. É o misticismo da raça [...] é a revisão das possibilidades organizadoras do génio nacional, o minucioso exame de consciência da nossa época que já leva de vencidos cosmopolitismos e teorizações sociais para se reconciliar de novo com essas duas verdades que são o Catolicismo e a Monarquia”(4).

Almeida Braga e António Sardinha, além de companheiros de estudo foram também companheiros de projectos mais abrangentes. De registar a referência que o primeiro faz à revista que fundou: “A *Alma Portuguesa*, a que Sardinha alude nesta formosa carta, era uma revista de estudantes, onde alguns rapazes exilados na Bélgica depois de terem experimentado as armas contra os soldados da República, ousadamente se propunham modificar a mentalidade fósil da gente do seu país. Aí se abriu pela primeira vez o pendão do INTEGRALISMO LUSITANO e se proclamou a doutrina reparadora da Pátria em ruína”(5).

É de referir que mesmo perante uma tal conformidade de propósitos, assentes em ideais tão próximos, senão mesmo coincidentes, nem sempre estes homens estiveram de acordo. Por exemplo, será curioso notar que o título da revista anteriormente mencionado não foi imediatamente do agrado de António Sardinha, facto registado em carta a Almeida Braga: “Escuso de tornar a dizer que a *Alma Portuguesa* encantou-me e comoveu-me. O título é que não gosto dele”. Trata-se, pois, de uma divergência que

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 421.

(2) *Idem*, p. 422..

(3) *Ibidem*.

(4) *Ibidem*.

(5) *Idem*, p. 426.

Sardinha tem a preocupação imediata de esclarecer, como podemos conferir um pouco mais adiante “É a alma do António Zé – é a Alma Portuguesa de quantos meninos se lembram por esses liceus de deitarem à rua um jornaleco. Mas a impressão desvanece-se ante o artigo de entrada. Há ali uma firmeza de intenções, uma unidade de desígnios que denuncia da vossa parte uma admirável coesão – uma juventude forte e homogeneizada [...]”<sup>(1)</sup>.

Foi tal a importância dos escritos de Sardinha no desenvolvimento e consolidação da obra de Almeida Braga que este lhe dedicou um livro, *Posição de António Sardinha*, vindo a lume em 1943 na colecção “Cadernos Políticos”, onde expõe as ideias que considera serem as mais significativas do pensamento deste escritor, isto para além de as comentar e articular com as suas próprias convicções, procurando estabelecer uma ancoragem cada vez mais sólida para o pensamento Integralista, nas suas múltiplas vertentes .

Neste livro evidenciam-se, pois, as forças que congregaram estes homens em torno de um projecto a um tempo político, ideológico e cultural. Neste caso, ambos lêem Barrès, a quem Almeida Braga compara Sardinha “[...] tão semelhante a Barrès no modo de ajeitar a sensibilidade às exigências criadoras da Ordem”<sup>(2)</sup>. Muitas outras razões são, entretanto, apontadas para essa proximidade entre estes dois integralistas lusitanos, pois “Com ele [Sardinha] sofremos a dor sem nome de incompreendidos quando revelámos as raízes mais escondidas do nosso nacionalismo; com ele andámos por desoladas terras do exílio, para melhor merecermos o nome de portugueses, com ele nos abrasámos em todos os fogos de esperanças sobre a história e o cálice nos ajuramentámos, prometendo a vida pela vida da Pátria !”<sup>(3)</sup>

Explicando Portugal, aponta-se o caminho da sua regeneração definitiva colocando a Monarquia como solução para a construção de um sólido “edifício social [...], um meio indispensável para obter a grandeza, a ventura e a glória da Pátria”<sup>(4)</sup>.

---

(1) BRAGA, 1942: 426.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1943 – *Posição de António Sardinha*. Vila Nova de Famalicão – Lisboa: Ed. Gama: 12.

(3) BRAGA, 1943: 12.

(4) BRAGA, 1943: 15.

Encarado como paladino de um almejado reino, temporariamente adormecido, António Sardinha revela-se, assim, aos olhos de Almeida Braga como sendo capaz de chegar “à conclusão derradeira do Nacionalismo” o que leva o nosso Autor a assegurar “Podíamos agora partir com êle, os que regressávamos do primeiro exílio, para a guerra sem quartel aos mitos em plena exaltação da soberania popular, do liberalismo corruptor e da enganosa democracia”(1).

É a noção da Monarquia encarada como um princípio e não como um sistema que atrai os integralistas e que os leva a afirmar “ela concilia a unidade com a liberdade, a concentração com a descentralização”(2), o que faz dela uma “forma de govêrno superior”(3).

Inspirado no pensamento maurrasiano, Almeida Braga enfatiza o pensamento de Sardinha ao advertir para o que considera os “vícios“ de raiz da palavra democracia apelando, tal como o já havia feito Charles Maurras, ao seu esquecimento, pois “o homem vive de realidades, e a democracia só lhe oferece mitos, ideias abstractas, nuvens [...]”(4). De salientar aqui a (re)utilização do lexema “nuvens“ expressão recorrentemente utilizada por Almeida Braga para se reportar a realidades múltiplas, mantendo-se, todavia, como eixo comum a ausência de ordem e a entropia gerada pelo sistema político da época.

Esta incursão na escrita de Sardinha, companheiro integralista de Almeida Braga, regista algumas posições encaradas como testemunhos vivos do sentir de dois homens cuja maior preocupação incidiu na necessidade de repensar a noção de nacionalismo, de lhe atribuir novos significados, ou melhor de lhe reavivar significados aparentemente esquecidos, pois, como Almeida Braga tão eloquentemente afirma “Na sua manifestação primeira, nacionalismo é sentimento e é instinto. Significa amor. Vive da ternura, do encanto da terra e da graça, dos trabalhos em que por ela os dias se consomem [...]. Ganha o nacionalismo as serenas perspectivas de doutrina criadora de

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1943, *op. cit.*, p. 27.

(2) *Idem*, p. 17. Ver ainda: BRAGA, Luís de Almeida, *et all.*, 1951 – “Portugal restaurado pela monarquia”. *Cidade Nova*. Coimbra. 2ª Série: 6, Julho.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1943, *op. cit.*, p. 23.

(4) *Idem*, p. 44.

almas votadas ao bem comum se as disciplinas tradicionalistas contendo-o e completando-o, lhe transmitem a essência de tudo quanto o Passado elaborou”(1).

Também Afonso Lopes Vieira, tido por Alberto de Oliveira e outros como “neogarretiano”(2), irá explorar na sua escrita o ideário integralista, transformando-se, simultaneamente, segundo António Sardinha, no “preceptor seguro da sensibilidade portuguesa”(3). Com raízes na tradição nacionalista dos finais de oitocentos, desenvolve uma consciência crescente dos valores intrínsecos ao sentido da história, da cultura, da religião e, bem assim, da tradição e costumes, plasmada século XX adentro. A sua escrita revela-se, porém, mais liberta das posições demasiado programáticas assumidas pelos outros autores integralistas, isto sem deixar de salientar o especial gosto pelo retorno ao imaginário medieval e à tradição, a par e passo com a constante evocação dos valores fundadores do reino.

Na sua obra modelar *A Paixão de Pedro o Cru*, datada de 1943, Vieira parte da observação do túmulo de D. Pedro para então contar “[...] como o requer tal tragédia [...] a paixão de um homem que muito sofreu porque muito amou e, sôbre-tudo porque muito errou [...]”(4).

Confiando na intuição para dar voz ao passado, Vieira recorre ao postulado da crença no positivismo historiográfico oitocentista, oferecendo ao leitor a hipótese de descobrir “a verdade histórica” ou, tão-só, a “verdade acontecida”, inclusa em documentos manuscritos e únicos, cuja heurística, crítica interna e externa e ainda a hermenêutica rigorosa constituem o lastro da designada “escola erudito metódica”(5).

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1943, p. 53. A propósito, veja-se: BRAGA, Luís de Almeida, 1952 – “Evocação de António Sardinha”. *Reconquista*. III: 2-3, pp. 189-191; BRAGA, Luís de Almeida, 1935 – “A lição de António Sardinha”. *Gil Vicente*. Guimarães. Vol. XI: 3-4, p. 33-39; BRAGA, Luís de Almeida, 1944 – “Posição de António Sardinha”. *Gil Vicente*. Guimarães. Vol. XX: 11-12, pp. 209-210.

(2) FERREIRA, David Mourão, 1990 – *Afonso Lopes Vieira*. In “Dicionário de Literatura”, dir J. do Prado Coelho, 4ª ed. Porto: Figueirinhas, pp. 1172-1173.

(3) SARDINHA, António, 1925 – *Ao ritmo da ampulheta*. Lisboa: Lumen, p. 34.

(4) VIEIRA, Afonso Lopes, 1943 – *A paixão de Pedro o Cru*. Lisboa: Sá da Costa, p. 13.

(5) A este propósito, veja-se: BOURDÉ, Guy e MARTINS, Hervé, s.d. – *As escolas históricas*. Men-Martins: Publicações Europa-América.

Inerente, pois, ao conceito historiográfico em que Vieira se move está latente a “noção de “facto histórico“ como algo de único, verdadeiramente singular e atomizado – “l'événement” – e também o pressuposto de um tempo histórico que individual e voluntarista, revela o herói de uma história centrada sobre entidades nacionais na busca de uma ancoragem genealógica dos antepassados históricos e heróicos de que o presente não é mais do que o herdeiro. Esta concepção de facto histórico e de memória colectiva, alicerçada num quadro de evolução progressiva onde o presente corresponde ao ponto mais alto, torna-se numa forma de legitimação do discurso e de determinados valores, tal o caso do culto da pátria, da evocação dos antepassados heróicos e até mesmo de certos regimes políticos. Assim se justificará o recorrente retorno ao temário da tradição e dos seus valores alicerçado na voz do povo que ecoa num cenário de matriz medieva.

Da sugestiva forma como Afonso Lopes Vieira inaugura o romance, partindo da observação “desse livro de pedra“(1), até ao seu reaproveitamento no presente enquanto reflexo de um pretérito esculpido em pedra, envolto em memória e em mistério, toda a sua escrita terá na origem um mito que se foi reproduzindo geracionalmente e reinterpretado, “[...] como elemento fundamental da construção de um inconsciente colectivo nacional ”(2).

Alterando, por vezes, a imagem que o leitor poderia já ter sobre cada uma das personagens, visto, antes de mais, serem referenciais, Vieira atribuir-lhes-á, com uma invulgar destreza, novas valências capazes de facultar outras leituras onde, liminarmente se assumem os imprescindíveis elos que unem o pretérito, o presente e o futuro. A este propósito, Almeida Braga refere numa das suas obras “ Uma sociedade que evoluciona, desenvolve-se, não recomeça a vida em cada nova geração que desponta” (3).

Ainda dentro desta linha de análise, atente-se nas palavras com que Almeida Braga

---

(1) VIEIRA, Afonso Lopes, 1943, *op. cit.*, p.:14.

(2) MARINHO, Maria de Fátima, 2005 – *Um poço sem fundo. Novas reflexões sobre Literatura e História*. Porto: Campo das Letras, p. 323.

(3) BRAGA, Luís de Almeida,1942, *op. cit.*, p. 5.

prossegue o seu pensamento escrevendo “Nos fios do tempo nos prende a História. A Tradição que foi já definida como sendo a memória colectiva de um povo, vem assim constituir o precioso fundamento da nacionalidade. [...] Essas tradições são o tesouro espiritual por cada geração transmitido à que lhe sucede”(1). Os antepassados, actualizados por Vieira através de figuras como “o grande Rei Dom Denis”, ou “a santa Rainha Isabel“(2) vão surgindo, assim, inseridos numa galeria de micro narrativas desenvolvidas em torno de uma narrativa principal que conta a história dos amores de Pedro e Inês, articulando o enredo da história com o desejo de reforço da soberania de um povo. Ao revelar a vontade de independência do reino e a intenção de revalorizar o regime monárquico, Afonso Lopes Vieira aproxima-se de Almeida Braga quando este refere “Mais do que nos dotes pessoais do monarca, o valor da monarquia reside na própria instituição, que é o órgão da unidade e da continuidade na vida do Estado”(3).

De destacar igualmente a referência ao valor da terra e da tradição enquanto elementos constitutivos do precioso legado recebido por cada povo, paralelamente à noção de dever Real que exigia o apagamento do lado humano face à função de Rei, noções patentes nos escritos de ambos, basta para tanto ler o que Almeida Braga afirma a esse propósito “A realeza é uma força social; antes de ser aquêle que tem mais direitos, o Rei é aquele que tem mais deveres”(4).

De registar igualmente em *Pedro o Cru* a imagem da mulher, um elemento altamente desestabilizador e disfórico, quando afastado das tarefas a que deveria, por alegada natureza, estar ligado, capaz de se mostrar, por isso mesmo, inibidor da paz e da tão almejada tranquilidade do reino, excepto se restringido à sua vivência familiar, à função primordial de Mulher-Mãe zeladora da harmonia do lar. Esta será, portanto, a imagem plasmada no ideário integralista, atente-se no trecho “A vida da mulher deve ser inteiramente consagrada ao lar. Acima de tudo ela é a ama que guarda a casa e fia a

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1943, *op. cit.*, p. 190.

(2) VIEIRA, Afonso Lopes, 1942, *op. cit.*, p. 18.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 36.

(4) *Idem*, p. 27.

lã [...]. Cumpre restituir à mulher a consciência da dignidade das ocupações domésticas. É na família e pela família que a alma feminina irradia todo o seu fecundo esplendor”(1).

Consequência dessa visão, na obra *A Paixão de Pedro o Cru*, de Afonso Lopes Vieira, detecta-se um duplo registo da figura feminina, ora de matriz divinal, ora infernal, ou, em última análise na fronteira entre ambos; ilustrativo da primeira, basta olharmos para a figura da Rainha Santa Isabel, resignada à sua dor de esposa traída, de mãe sofredora ao verificar que os erros do marido se prolongavam nos erros do próprio filho, tudo sacrificando pela família; por antinomia encontramos a figura de D. Inês que, colocando os seus interesses pessoais acima dos do Príncipe, não hesitava em desafiar a segurança do reino.

Tempo ainda para reflectir sobre o enigmático remate gráfico dado por Afonso Lopes Vieira a este romance que, à semelhança de outros, termina com a mancha escrita em forma de pirâmide invertida o que desempenhando uma função icónico-simbólica, irá, simultaneamente, originar diversas interpretações, uma das quais poderá ser, em nosso entender, o assinalar do restabelecimento da ordem ameaçada, por oposição à pirâmide que patenteou todo o desenrolar da tragédia. De ressaltar ainda a importante mensagem deixada por Vieira no momento do encerramento do seu romance, referindo “Inês de Castro – Inês, formoso e danado instrumento de traição, perigo de morte para Portugal – o perigo de Castela, sempre, sempre vivo!”(2)

Quanto à ameaça à autonomia da nação, preocupação constante do pensamento integralista, é enfatizada na obra *Integralismo Lusitano*, do “cronista” do movimento, Luís Ramos Ascensão, onde se afirmam “as razões da nossa autonomia política, da independência da Pátria identificada com a Monarquia, da dualidade peninsular, enfim justificada superabundantemente pela lição da História e ainda imposta por diferenças étnicas e geográficas, tudo convergindo para demonstrar que Portugal

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida Braga, 1970 – *Espada ao sol*. Lisboa: Biblioteca do Pensamento Político, pp. 179-181.

(2) VIEIRA, Afonso Lopes, 1943, *op. cit.*, p. 295.

constitui uma individualidade nacional característica, definida e inconfundível”(1).

Demais, a problemática iberista constitui desde o início uma importante preocupação para os integralistas, mormente na primeira República e reflexo disso são as intervenções dos integralistas da primeira geração nas Conferências da Liga Naval(2) onde proliferavam os debates sobre a dita “Questão Ibérica“, inseridas numa conjuntura fortemente iberizante por parte da Espanha de Afonso III.

Será, sem dúvida, numa polivalência de sentidos que o reaproveitamento do mito dos amores de Pedro e Inês apresentado por Afonso Lopes Vieira deverá ser interpretado, articulado com o âmbito das noções basilares de “identidade” e “nação” à luz da doutrina integralista.

---

(1) ASCENÇÃO, Leão, 1943 – *Integralismo Lusitano*. Lisboa: Gama, pp. 46-47.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1916 – “A lição dos factos”. In *A Questão Ibérica*, António Sardinha et alii., Lisboa: Almeida, Miranda e Sousa. A este propósito atente-se em: SÉRGIO, António, 1914 – *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa.



## **II PARTE**

**PARA UMA CULTURA PORTUGUESA ENRAIZADA:  
ALGUNS MÓDULOS SEGUNDO LUÍS DE ALMEIDA BRAGA**

## 1. Noções basilares de “portugalidade”

### 1.1 Para uma noção de “Pátria”

“Despertar corações”<sup>(1)</sup> torna-se para Almeida Braga um importante objectivo, sobretudo quando se reporta à “Pátria” e aos mitos fundadores que, como elos de continuidade, servem de lastro para a “cruzada” empreendida na demanda da essência da alma portuguesa e do que ela tem de mais genuíno, logo, da sua identidade. Apoiando-se na intuição e no “ [...] afecto que sempre tinha às coisas pátrias”<sup>(2)</sup>, entendeu o Autor ser este o momento ideal para Portugal se relançar na busca dessa “alta chama de imortal fulgor” capaz de “dar sentido à consciência nacional”<sup>(3)</sup>. Esta era, justamente, a orientação do tradicionalismo defendido pelos integralistas, assente na transmissão de valores ancestrais de uma comunidade “individualizada pela sua identidade étnica e cultural”<sup>(4)</sup>, bem como por uma organização política, social e económica. Daqui à reabilitação do espírito lusitano e, conseqüentemente, à vontade de o defender, faltava apenas um pequeno passo e Almeida Braga deu-o, tendo como estímulo uma “segura e serena luz de patriotismo”<sup>(5)</sup>.

Neste ensejo, o escritor aventura-se num universo de matriz esotérica, evocando na memória colectiva lendas e mitos que, para ele, funcionam enquanto veículo indispensável para a interpretação de uma sucessão de factos encadeados no tempo, susceptível de explicar as razões da essência da nossa natureza enquanto povo. Isto mesmo se reflecte na afirmação “É êste o valor da História”<sup>(6)</sup>, contrariando, recorrentemente, a teoria do acaso e relembrando o esforço, a coragem que sempre demonstramos diante da adversidade.

Reportando-se ao contexto epocal da escrita de *O mar tenebroso*, nele se adianta

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. X.

(2) *Idem*, p. 1.

(3) *Idem*, p. 3. Já em 1915, perante um país submetido a um profundo “abalo político” por via da conjuntura criada pela República, Teixeira de Pascoaes veio a lume com *A arte de ser português* onde se reporta a um certo “esvaziamento” dos conteúdos nacionais e da nossa cultura e até instituições. De resto, inicia a obra com a afirmação de que “Ser português é também uma arte, e uma arte de grande alcance nacional, e, por isso, bem digna de cultura [...]. O fim dessa Arte é a renascença de Portugal, tentada pela reintegração dos portugueses no carácter que por tradições e herança lhes pertence, para que eles ganhem uma nova actividade moral e social, subordinada a um objectivo comum superior”. PASCOAES, Teixeira, 1978 – *A Arte de ser Português*. 3ª ed. Lisboa: Delraux, p. 17.

(4) MALHEIRO, Armando, 2000 – “Tradicionalismo”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Azevedo, Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4, p. 297.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. XI.

(6) *Idem*, p. 1.

uma resposta ao chamamento da Pátria numa altura de acentuada emoção, marcando uma fase conturbada da I República, sentimento plenamente assumido, de resto, por Almeida Braga ao referir-se aos “[...] momentos de apagada e vil tristêza, quando a vida da Pátria, como agora, é um grito de socorro, que ninguém quer ouvir [...]”<sup>(1)</sup>. Com efeito, quando traz a lume a obra referenciada, o país confrontava-se com a trágica morte do presidente da República Sidónio Pais que, através do golpe de Estado de 8 de Dezembro de 1917, iniciara uma fase bonapartista e cesarista da I República, abruptamente interrompida com o seu assassinato, em Dezembro de 1918. Considerado, já em 1925, uma “espécie de Mussolini ou de Primo de Rivera avant la lettre”<sup>(2)</sup>, Sidónio afasta, a um tempo, a linha Afonsista da República e intenta “implantar um regime novo em que monárquicos e republicanos possam viver”<sup>(3)</sup>. Na sua acção plasma-se, assim, um ideia de “República Nova”<sup>(4)</sup> que aglutinou “gente de todo o lado”, nomeadamente do integralismo, a quem coube, inclusive, a redacção da lei eleitoral<sup>(5)</sup>. Eleito através de sufrágio universal “chefe de todos os portugueses”, a 28 de Abril de 1918, Sidónio Pais reforça a “Ideia Nova” através do presidencialismo.

Porém, apesar de um esforçado entendimento entre as várias sensibilidades políticas, sobretudo das facções republicanas e monárquicas, para Almeida Braga este presidente não fez mais do que “organizar a Democracia, quando o que [era] necessário [era] organizar o país”<sup>(6)</sup>. A este propósito, observem-se as palavras críticas que o Autor nos deixa sobre a política sidonista “A sua obra está destinada à ruidosa falência”<sup>(7)</sup> ou então, “Os interesses do partido em que terá de apoiar-se o govêrno Sidónio Pais prevalecerão sôbre o interesse nacional”<sup>(8)</sup>. A esperança que muitos, certamente, depositavam neste governo, para Almeida Braga, não passava, assim, de uma ilusão, passageira que, mais tarde ou mais cedo, ruiria por terra arrastado consigo as expectativas de progresso e estabilidade nacionais. No intuito de melhor contextualizar

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 2.

(2) MAGALHÃES, Luís de, 1925 – *Perante o tribunal da nação. A monarquia do norte e o julgamento da junta governativa do reino*. Coimbra: [s.n.], p. 14.

(3) PAIS, Sidónio, 1924 – *Um ano de ditadura. Discursos*. Ed. por Feliciano de Carvalho. Lisboa: Biblioteca de Acção Nacionalista, p. 51.

(4) SILVA, Armando B. Malheiro da, 1997 – *Sidónio e o sidonismo*. Braga: [s.n.]. Tese de doutoramento policopiada apresentada à Universidade do Minho.

(5) DUARTE, Teófilo, 1942 – *Sidónio Pais e o seu consulado*. Lisboa: Portugalia, p. 196.

(6) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 336.

(7) *Ibidem*.

(8) *Idem*, p. 338.

o pensamento integralista preconizado por Almeida Braga sobre os destinos da “Pátria”, leia-se o registado em “Mudaram os homens, mas as ideias que os inspiraram e animaram continuam tendo fervoroso culto no enevado espírito daqueles que lhes sucederam no Poder ”<sup>(1)</sup>. Relativamente a este desencanto com a situação sidonista, traça o Autor um paralelo entre o pensamento integralista e o desalento experimentado por Théophile Gautier quando, reflectindo sobre a natureza da revolução, recorda as suas “palavras desiludidas [...] – ‘Qu’est-ce qu’une révolution ? Des gens qui se tirent des coups de fusil dans une rue: cela casse beaucoup de carreaux; il n’y a guère que les vitrines qui y trouvent du profit [...]’ ”<sup>(2)</sup>. Cultor de um ideal reformista, tal como Gautier, Almeida Braga repudia a revolução e aponta a democracia como uma mera falácia, não sendo, por isso, possível acreditar no seu poder aglomerador de homens e de vontades, convicção partilhada por outros já ao longo do século XIX, pois tal como Almeida Braga sublinha “[...] os mais notáveis pensadores do século findo, Comte, Le Play, Taine e Renan, afirmaram todos que a democracia conduz à ruína, inevitavelmente, as sociedades civis ”<sup>(3)</sup>.

É neste sentido que podemos interpretar o desencanto experimentado por Almeida Braga quando afirma “Eu cuido a hora de hoje a mais negra que a nacionalidade tem atravessado. Os órgãos políticos oficiais, – que apesar da sua orientação anti-patriótica, nefasta e criminosa, não quero acusar aqui, – envolveram em mais densas nuvens a esperança do Encoberto”<sup>(4)</sup>. A escolha do Autor no momento de fazer referência a aspectos disfuncionais da sociedade recai, novamente, sobre “nuvens “, relembre-se ainda, a este propósito, que este lexema vago e polissémico aparece, invariavelmente, relacionado com factores que, sendo diversos, mantêm como eixo comum a sua natureza disfórica, impeditiva do bom funcionamento da sociedade, logo, do seu harmonioso progresso.

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 338.

(2) *Ibidem*. Escritor e jornalista francês contra-revolucionário, Thèophile Gautier (1811-1872) reflecte na sua escrita uma profunda aversão à revolução, de que considera ter sido vítima ao longo da sua vida, desde as vicissitudes que atravessou no contexto da revolução liberal parisiense, de Julho de 1830, até à instalação da III República Francesa, já no dealbar da década de 70 do século XIX. GAUTIER, Thèophile, 2004 – *OEuvres Poétiques Complètes*. Préface d’Albertus. Paris: Bartillat.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 339. A este propósito, refira-se o ascendente que Renan teve sobre esta geração, nomeadamente através do seu texto “Qu’est-ce qu’une nation?”, título da conferência que proferiu na Sorbonne, em 11 de Março de 1882. Originalmente o texto foi publicado em RENAN, Ernest, 1887 – *Qu’est-ce qu’une nation? Discours et conférences*. Paris: Calmann-Lévy; para uma versão em português veja-se RENAN, Ernest, 1997 [1882] – *O que é uma nação?* In “Nacionalismo em questão”, organização de Maria Helena Rouanet, Rio de Janeiro: Instituto de Letras-Uerj.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 2.

Nestes moldes, prossegue-se com a ênfase da necessidade de reviver lendas emergentes da formação da nossa nacionalidade, a título exemplificativo referiram-se apenas as do “Encoberto”, do “Milagre de Ourique”, do “Milagre de Aljubarrota”, da “Crónica legendária da Rainha Santa” e do “Mar Tenebroso” encaradas, aqui, na perspectiva de promessas passadas, todavia, surgindo, agora, em versão actualizada. Observe-se, neste sentido, o referido pelo Autor “É a velha lenda revivendo ainda – que na alma portuguesa jamais se extingue a fé nos seus destinos”<sup>(1)</sup>. Aptas, por isso, a serem evocadas a qualquer momento, essas lendas em que se envolve a fundação da nossa nacionalidade surgem, agora, com o intuito de manter viva e acesa a fé na alma portuguesa. Ainda a este propósito, Almeida Braga afirma, um pouco mais adiante, “V. Ex<sup>as</sup> sentirão renascer a crença na volta do Rei-Desejado”, ou “A promessa de Ourique vai-se cumprir”, ou então, “Há quem cuide que só agora, verdadeiramente chegou a hora de Alcácer-Quibir”<sup>(2)</sup>.

Projectando, assim, a utopia que durante anos alimentou o expansionismo universalista português, o Autor tem no mito fundador da monarquia a marca do destino que embalou a nação ao longo das idades, desde logo no que Deus revelara na aparição de Cristo a D. Afonso Henriques nas vésperas daquela importante batalha ao vaticinar-lhe a vitória contra o infiel muçulmano, ou já no quimérico desígnio que D. Sebastião estava predestinado a tornar realidade.

Em suma, é esse reino messiânico para que apontavam os vaticínios de Bandarra, o sapateiro santo, que ressoa na obstinação daquele que se sente tocado pelo destino, eleito pela Providência Divina para “cumprir Portugal”. Almeida Braga perfilha com pertinaz convicção estas tradições oníricas ao sugerir a explicação da origem e da consolidação da nacionalidade de um povo. Essas lendas e mitos, passam, assim, a funcionar como “mitos de fundação heróica e cultural, que narram a origem dos bens culturais, materiais e espirituais [...], quando fazem remontar a fundação não a uma figura autenticamente divina, mas ao ‘herói cultural’ como protagonista mítico diferente das figuras divinas”<sup>(3)</sup>. Neste caso, é bem evidente que o Autor se reporta à questão dos

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 2.

(2) *Ibidem*.

(3) VÁRIOS, 1987 – *Mythos/Logos: Sagrado/Profano*. In “Enciclopédia Einaudi”, Lisboa: INCM, vol. 12, p. 214.

mitos culturais cuidadosamente delineada, por forma a permitir o retorno à génese da nacionalidade.

A vontade de reflectir sobre a origem de Portugal e sobre as questões abrangentes da “Pátria” e da “Nação”, aparece, de resto, aliada ao desejo de descobrir em que consiste o patriotismo, estando aquele binómio presente em “Nenhum outro povo tem, melhor que o nosso, uma iluminada noção de pátria. O português tem o instinto da pátria, como o instinto da própria vida, como quem tem o instinto da conservação“(1).

Patriotismo e nacionalidade serão, assim, duas noções fundamentais para Luís de Almeida Braga, tornando-se imprescindível, para um bom entendimento do seu ideário, observar ainda o que escreve sobre a segunda: “Torna-se necessário dar sentido à consciência nacional, aceitando humildemente a lei eterna que o sangue nos transmite”, ou seja, é defendido o vínculo sanguíneo para a nacionalidade que é um modo de transpor para o colectivo os laços de filiação. Contudo, o Autor vai mais além nesta cruzada, a um tempo nacionalista e patriótica, referindo-se, nomeadamente, a “um modo de sêr próprio, uma civilização característica, a que não saberemos furtar-nos, sem perder tudo o que em nossa alma havia de eterno “(2). Para Almeida Braga o patriotismo é um sentimento e o Integralismo é uma doutrina, ou seja, considera-se o Integralismo um “patriotismo dialéctico” que, tal como o sentimento religioso determina uma filosofia religiosa, de igual modo o sentimento patriótico pretende, através do Integralismo, determinar uma “filosofia da Pátria”.

Ressalta daqui uma imagem de amor incondicional de um povo a uma terra e o desejo de manter viva essa ligação ao passado de que somos, afinal, “naturais depositários”. O que a escrita de Almeida Braga espelha é, essencialmente, o orgulho nacional que faz com que “[...] mesmo oprimida e humilhada, [não queira] sêr senão portuguesa a gente de Portugal”(3).

Todavia, não se esgota nestas noções o esforço de Almeida Braga em desvendar “a Alma Portuguesa“, pois desta reflexão inicial sobre Pátria e Nação, deriva para a tentativa de esclarecimento das ténues cambiantes detectadas entre ambas, escrevendo

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 3.

(2) *Ibidem.*

(3) *Idem*, p. 5.

”A pátria não é apenas uma combinação de interesses materiais; é, principalmente, como de Maistre ensinava, uma associação, sobre o mesmo sólo, dos vivos com os mortos e com os que hão de nascer. Uma nação é sobretudo um individuo moral, como um homem é sobretudo uma força moral. Pátria quer dizer amôr; nação significa orgulho. A nação é o maior factor da História, porque é a unidade do maior número de homens, do maior número de consciências e de vontades ”(1).

A língua portuguesa surge também como um factor congregador da nação, reeditando a filosofia herderiana para a nação, ou seja, um território, um povo e uma língua, tal o confirmado nas reflexões que o nosso Autor deixa ao leitor “Basta a notável uniformidade da nossa língua na mais alta idade média [ ...] para explicar a unidade de interesses, de costumes de tradições, de aspirações que as condições geográficas aqui determinavam”(2).

Encarada, nestes moldes, a articulação entre os conceitos de nacionalidade e de patriotismo surge, sob o olhar de Almeida Braga, como “facto histórico, natural e evolutivo, e de maneira alguma o resultado de circunstâncias de momento”(3). De sublinhar, por último, que o conceito de nação em Almeida Braga pode inscrever-se na teoria de “perenidade” apresentada por Anthony Smith(4), sendo, pois, um fenómeno “recorrente” e “persistente” às épocas e aos seus contextos que, ao invés dos modelos voluntarista e modernista, radica numa concepção orgânica de nação enformada pela história e matizada pelo essencialismo do nacionalismo.

## 1.2 O valor da “Terra”

Acresce, assim, o elemento territorial, geográfico na dimensão de factor de consolidação do espírito nacional de um povo, sendo oportuno mencionar o nome de Victor Cousin, a quem Almeida Braga se refere quando conclui da importância do papel da geografia na história perfilhando a tese clássica do geógrafo francês Eliseu Réclus sobre a valorização do contributo do factor geográfico como “criador da

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 14.

(2) *Idem*, p.24.

(3) *Idem*, p.17.

(4) SMITH, Anthony D., 2000 – *Nacionalismo y Modernidad*. Madrid: Ediciones Istmo, pp. 55-62 e 262.

independência portuguesa”, contrariando, deste modo, as doutrinas da “exclusividade política” defendidas por Herculano. Neste ensejo, retoma-se a obra *Pão Alheio*, datada de 1916, onde Almeida Braga alude, recorrentemente, à relevância do factor geográfico na caracterização de um povo como se verifica em “As regiões da Flandres teem um carácter extremamente marcado; e, resultando talvez duma larga coabitação ancestral, o povo guarda com elas tantas analogias, aparece tão enraizado, numa tão perfeita conformidade com o céu e a terra de que é produto, que não serei eu quem saiba apartar a paisagem da gente que a habita”(1).

A “Terra” é encarada como espaço físico, como território, acrescida da dimensão afectiva que transparece das posições assumidas por Almeida Braga, que descobre na terra uma possibilidade de extensão espiritual do homem, concorrendo, nestes moldes, para a sacralização deste elemento, tal o detectado em *Paixão e Graça da Terra*, de 1932, onde o Autor elabora uma espécie de oração dedicada a essa entidade de matriz divina, propondo ao leitor o seguinte “Terra de Entre-Douro e Minho, Bendita sejas! Bendita pelos cuidados e pelos prazeres [...]. Bendita pela chuva benfazeja [...]. Bendita pelo bafo abrasador do estio e pelo inverno iroso. [...] Bendita pelo milho verde [...]. Bendita pela carrasca rasteira [...]”(2). Prossegue, entretanto, no mesmo tom, comovido e arrebatado, partilhando com o leitor as impressões sentidas no momento de comunhão telúrica homem/terra, registada, de forma claramente emotiva, em passagens como “Ao contacto da terra maternal a minha alma estremece. [...] Terra abençoada, macia como ribeiro de águas mansas e cheia de paz como ermida branca [...]. Terra amável de trabalho doce, que se faz cantando [...]. Terra heróica [...]. Oh, minha Pátria – mais puro sobe em mim o fogo generoso do meu sangue português e minhoto”(3).

Não poderíamos avançar sem fazer referência, numa articulação directa com o anteriormente afirmado, ao importante papel que o regionalismo desempenha no âmbito

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1916, *op. cit.*, p. 9.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1943, *op. cit.*, p. 3.

(3) *Idem*, p. 7.

(4) Esta posição vai no encalço do que defendera António Sardinha ao aludir ao “[...] fundo étnico, tipificado por diferenciais que, se o aproximavam das mais populações hispânicas, lhe imprimiam, todavia, um particularismo muito seu, que o não deixava, por outro lado, confundir-se inteiramente com elas”. SARDINHA, António, 1916 – “O Território e a Raça”. In *A Questão Ibérica*, Lisboa: [s. n.]. Neste seguimento, ampliando os estudos de Leite de Vasconcelos e Ricardo Severo, o Prof. Mendes Correia vem a lume com a obra *Os povos primitivos da Lusitânia*, em 1924, onde expande a tese de que a alma portuguesa não é mais que a continuação da alma lusitana, “robustecida”, porém, pelo elemento romano.



do pensamento integralista, sobretudo quando relacionado com a questão da recuperação do espírito e da alma lusitana<sup>(4)</sup>. Reportando-nos, agora à obra *Ao serviço da Terra*, datada de 1930, um pequeno livro resultado de um discurso proferido na sessão solene realizada pela Liga da Defesa da Região de Braga, em honra do Dr. João Antunes Guimarães, então ministro do Comércio e Comunicações<sup>(1)</sup>, nele se expõem, de forma clara e sistematizada, os princípios que deveriam orientar a regionalização, ressaltando as suas vantagens para o desenvolvimento harmonioso do país.

Introduzem-se, nesta passo, importantes noções tais como as de “consciência regional”<sup>(2)</sup>, “de (encorajamento) de iniciativas concelhias”<sup>(3)</sup>, por oposição a “uma organização centralista que suprimiu liberdades locais, embaraçou e sufocou a actividade portuguesa”<sup>(4)</sup>.

A descentralização e a regionalização surgem, então, aos olhos de Almeida Braga como algo de altamente desejável, leia-se a esse propósito “É indispensável descentralizar quanto possível as funções administrativas, entregando nas mãos dos povos os seus destinos”<sup>(5)</sup>.

Recuperando o exemplo do “municipalismo da Idade – média<sup>(sic)</sup>” defende-se a autonomia das regiões como “condição *sine qua non* da nossa restauração nacional”<sup>(6)</sup>, sendo convicção do escritor de que “Fóra da nossa terra somos apenas como a sombra na parede branca: mancha de um momento que o tempo e o sol apagam, e de que não fica traço!”<sup>(7)</sup> Apoiando-se em nomes como o de Clemenceau, caracterizado por Almeida Braga como um “estranho condutor de homens”<sup>(8)</sup>, para quem “la décentralization [...] c’est la création de foyers de liberté”<sup>(9)</sup>, ou de Barrès, cujo apostolado ardente apelava, igualmente, ao contacto de perto com o seu país, com cada

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1930 – *Ao serviço da terra*. Discurso proferido na sessão solene realizada pela Liga da Defesa da região de Braga em honra do Dr. João Antunes Guimarães, ministro do Comércio e Comunicações, em 29 de Junho de 1930. Lisboa: [s.n.]; o mesmo texto encontra-se reproduzido em livro editado no mesmo ano pela Livraria Cruz, de Braga.

(2) *Idem*, p. 7.

(3) *Ibidem*.

(4) *Idem*, p. 8.

(5) *Idem*, p. 9.

(6) *Ibidem*.

(7) *Idem*, p. 11.

(8) *Idem*, p. 9.

(9) *Idem*, p. 10.

parte que o forma inteiro, assumindo a responsabilidade pela parte que lhe corresponde, pela sua região.

O regionalismo surge, assim, como a única resposta eficaz para “os graves problemas que atarantam o mundo”(1). De salientar, ainda, que Almeida Braga recorre, neste aspecto, ao pensamento espelhado nas obras de autores como Garrett e Herculano, o primeiro porque, nas suas palavras, reflecte “Sem que a governação do Estado [...] assente sobre uma recta e regular administração municipal e provincial, como a pede a índole do nosso país, os seus costumes, as suas tradições, as suas necessidades e circunstâncias, nada pode melhorar e prosperar, nada pode existir de verdadeiro e sólido“, o segundo porque afirma “nenhum outro estudou e sentiu as instituições municipais da Idade-Média e as declarava inseparáveis de toda e qualquer organização verdadeiramente liberal, comparando a natureza do concelho moderno [...] e a dos municípios fundados nos primeiros tempos da monarquia [...]”(2).

### **1.3 A Família: “As pedras do lar”**

A família, não o indivíduo, configura-se para Almeida Braga como elemento de unidade nacional, transformando-a em modelo de “unidade social” cujo agrupamento deveria constituir os municípios detentores de autonomia administrativa. Estes, por sua vez, reunir-se-iam em províncias também com autonomia. Deste modo, chegamos à ideia de descentralização regional com câmaras autónomas a quem se admitia a “representação administrativa profissional”, não a política, o que conduz à concepção de monarquia integral baseada numa ideia corporativa(3). Não ficando, contudo, apenas pela elevação da regionalização a nível de uma filosofia, aquela será também encarada enquanto “Monumento da civilização portuguesa“(4). Assim, tendo como elemento basilar a família, o municipalismo surge como “a mais sólida garantia da nossa reorganização nem que para o provar tenhamos que, [assim o sugere Almeida Braga], recuar até Sá de Miranda e aos seus avisados conselhos de que ‘Ao reino cumpre em todo êle/ Ter a quem o seu mal doa,/ Não passar tudo a Lisbôa,/ Que é grande o pêso, e

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1930, *op. cit.*, p. 12.

(2) *Idem*, p. 13

(3) *Idem*, p. 14

(4) *Idem*, p. 15.

com êle/ Mete o barco na água a prôa”(1). Para Almeida Braga a constituição do Estado é, então, uma dilatação da família, sendo que “não se tocará numa sem alcançar a outra”(2), embora seja peremptório em defender o Estado ao serviço da Nação e não o contrário.

Repudiando a visão do casamento como forma de contrato puramente de direito e defendendo-o como “criação viva, e portanto, contínua”(3), aqui se alicerça a concepção social do casamento como um dos mais importantes pilares da sociedade de então. De resto, cumpre assinalar que, para o Autor, é através do casamento e já no seio da família que o homem realiza o sentido religioso da vida, tal as referências que buscou em Jorge Sorel “La famille se fonde sur un principe religieux [...]”(4). Demais, a sua reflexão expande-se a uma crítica ao “coletivismo da vida moderna”, destruidor, por sua vez, da “harmonia” familiar, daí advindo a necessidade de restituir a mulher à família, avivando-lhe a consciência imperativa de (re)ocupar o seu lugar de “esposa e mãe”. Radicando na “casa” o cerne agregador da instituição família, tal se patenteia até no título escolhido para um capítulo da derradeira obra *Espada ao Sol*, de 1970, “As pedras do lar”, onde regista “A casa, onde o fogo do próprio lar se acende, é o elemento coesivo da unidade familiar. Casamento vem de casa”(5).

#### 1.4 A Tradição como “força renovadora do país”

Para Almeida Braga a tradição constitui o princípio e a fonte das ideias e da verdade, embora a razão humana revele incapacidade de atingir o conhecimento certo da verdade a que só a fé dá acesso. Por conseguinte, denotando também alguma influência da “escola tradicionalista de Lovaina”, na linha de Gerard Ubaghs(6), o nosso Autor acompanha a redescoberta da tradição pela hermenêutica, e deste modo, valoriza-a como componente “constitutiva” da historicidade do homem e da compreensão.

Retomando o papel crucial que a História desempenha na vida de um país,

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1930, *op. cit.*, p. 15.

(2) BRAGA, Luís de Almeida Braga, 1970, *op. cit.*, p. 173.

(3) *Idem*, p. 177.

(4) *Idem*, p. 178.

(5) *Idem*, p. 183.

(6) Protagonista da Escola Ontológico-Tradicionalista de Lovaina. Dos seus escritos realça-se UBAGHS, G. Casimir, 1860 – *Essai d'idéologie ontologique*. Lovain: Vanlinthout.

prosegue, então, Almeida Braga, revisitando reis e dinastias em busca de uma reactualização do espírito de cada um deles, formando uma vasta galeria onde considera poder repousar a memória de um povo, aí se encontrando depositadas as mais profundas raízes da sua nacionalidade e a continuidade assegurada pela linhagem. De D. Afonso Henriques a D. Sancho I, passando D. Sancho II, D. Diniz, D. Pedro e D. Fernando, em todos eles se reflecte o conceito da instituição monárquica como “órgão de unidade e continuidade na vida do Estado”, referindo ainda o Autor, “com razão reconheciam os antigos no seu Rei o Pai da Pátria”(1), símbolo da perpetuidade desta. Por conseguinte, considera que em todos aqueles monarcas se desenvolve o mesmo espírito de dever e de sacrifício além da constante consciência de viverem não para si, mas para o reino, o que equivale a dizer-se que os deveres exigidos pelo cargo Real iam muito além da força e da energia requeridas para viverem apenas como qualquer outro ser humano, encarado no seu individualismo. Daqui advém a imagem que Almeida Braga atribui aos monarcas, e que gera afirmações tais como “Tocar no Rei é destroçar o feixe, romper os elos de uma corrente que encadeia as gerações, [uma vez que] mais do que uma pessoa, o Rei é uma família contemporânea da Nação inteira”(2).

Enquanto contrapunha ao pacto social de Rousseau a “criação divina da sociedade e da autoridade”, Almeida Braga reflecte a organização desta à luz do tradicionalismo, cujo significação do “poder-pessoal” do Rei é buscada na fórmula política de Gama e Castro(3), ou seja, “O Rei governa mas não administra”, na expressão de Sardinha. Deriva daí também a estratificação sociopolítica em forma piramidal em cujo vértice se encontra o monarca, pese embora os integralista rejeitarem qualquer tipo de mistura com o conceito de Absolutismo. A um tempo, o Estado preconizado pelo Integralismo pretendia-se tanto antidemocrático como anti-absolutista ou totalitarista. Como explica Almeida Braga, “O Integralismo pretende estabelecer um regime mais autoritário e ao mesmo tempo mais livre do que o adoptado pela Monarquia constitucional, ingloriamente deposta em 5 de Outubro. Mais autoritário, porque o Rei terá a iniciativa e a força de governo; o seu poder não será partilhado, saber-se-á sempre de quem emana o acto de autoridade. Entretanto, o regime será mais livre, porque esse poder, nem dividido nem aquinhado, será mais restrito e limitado”. [E o nosso Autor continuava a

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 27, 36 e 44.

(2) *Idem*, p. 27.

(3) TORRALBA, Luís Reis, 1973 – *Tradicionalismo e contra-revolução: o pensamento e a acção de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

argumentar] “Enquanto o Estado parlamentar, incapaz de grandes empreendimentos, se intromete em tudo, sem nunca responder por coisa alguma, o Estado integralista, mais vigoroso na esfera da sua competência imediata, verá a sua autoridade diminuir, até desaparecer para além dos limites que lhe marcam os municípios, as províncias, a organização local e geral das profissões e dos interesses”(1). Assim resume o Autor a articulação entre o patamar da autoridade central e a descentralização regional que deveria assentar numa almejada recuperação do municipalismo.

Ora, do conceito de “dever Real” Almeida Braga prossegue para o de Monarquia enquanto “organismo“(2) capaz de transformar a “realeza“ numa “força social“(3) de onde deriva a ordem e o progresso, por oposição à desordem e ao caos gerados pela República que “de tropêço em tropêço [...] tomba sempre desconjuntamente na fogueira da demagogia, por entre ingénuos e aflitivos apelos à espada do tirano “(4).

República, Democracia, Ditadura, Anarquia e Parlamentarismo são, pois, conceitos que se desenvolvem e fundem num eixo único e abrangente sendo o próprio Autor quem se empenha em demonstrar isso mesmo, cite-se a passagem “Penetremo-nos deste axiôma: a Monarquia é por essência construtora de ordem; a República naturalmente desorganizadora ”(5). De resto, quanto à ordem político-institucional, o tradicionalismo em Almeida Braga consubstancia-se na recusa de um “centralismo abstracto” que se lhe afigura “contrário à sobrevivência num só Estado” de múltiplas “comunidades” – da aldeia à região – que deveriam possuir certa capacidade de “auto-regulação”.

O tom irónico acompanha Almeida Braga nas referências ao Parlamento, fazendo suas as palavras do célebre contra-revolucionário, Pe. José Agostinho de Macedo, que “após os primeiros ensaios de balbúrdia constitucionalista, disse que o Parlamento era a Casa de Orates” onde abundavam as “impressões momentâneas“, “as incoerências“(6).

História e Tradição tornam-se noções imprescindíveis para o entendimento da vida de um povo e para a interpretação dos seus costumes e crenças. Tradição surge, então, como “[...] a memória colectiva de um povo, [vindo] assim a constituir precioso fundamento da nacionalidade [...], o tesouro espiritual por cada geração transmitido à

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, pp. 10-11.

(2) *Idem*, p. 27.

(3) *Ibidem*.

(4) *Idem*, p. 29.

(5) *Idem*, p. 28.

(6) *Idem*, p. 111.

que lhe sucede”(1). Entendida como elemento unificador, ela marca essencialmente a continuidade, leia-se o registado em “[...]é o vínculo de unidade entre as sepulturas e os berços”(2).

No que respeita à História, a ideia adoptada por Almeida Braga é a de que “É o homem quem faz a História, não é a História criadora do homem”(3), cabendo à História a função de “fortalecer o sentimento nacional para que os filhos se reconheçam na alma dos pais”(4).

Como tal, Almeida Braga encara a História como “a sincera busca da verdade”(5), pretendendo--se que seja o mais descomprometida possível, de forma a viabilizar a consolidação do puro espírito patriótico, daqui fazendo derivar a sua posição, no sentido de melhor concretizar a natureza do conceito de História apresentado.

Interessante será também reflectir nas palavras de Hipólito Raposo, um outro integralista muito próximo de Almeida Braga, que refere “Se os factores dos sucessos históricos são homens a viver em sociedade, homem é também o narrador, a quem cabe, além da função expositiva, a tarefa de apreciar, confrontar e julgar em cada caso, os autores dos acontecimentos e as verdadeiras consequências deles”(6).

### 1.5 A “Fé” e a dimensão religiosa

Ao retomarmos a função a desempenhar pelo Rei imbricada com o conceito de família, podemos perscrutar aí um dos importantes pilares onde Almeida Braga assenta a sua doutrina, assinalando, assim, a imperiosa “necessidade de firmar a união da família portuguesa”, reenquadrando-a no âmbito dos conceitos mais alargados de Fé e de Religião, conforme a orientação da “Santa Sé”(7). Urge, de resto, ainda segundo a perspectiva de Almeida Braga, corrigir os erros cometidos e tal vontade aparece, de facto, expressa em “Na hora angustiosa que nos abraça quando no mundo sepulto em

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 190.

(2) *Ibidem.*

(3) *Idem*, p. 111.

(4) *Ibidem.*

(5) *Idem*, p. 112.

(6) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 116.

(7) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 342.

fogo e sangue se ouvem apenas gritos de raiva, só de Roma partem palavras de bênção e de esperança”(1). Servem estas reflexões para levar o Autor a firmar o respeito pela autoridade papal e a condenar a Lei de Separação, de 1911, obra resultante do que considera ser o “sectarismo levado ao extremo da violência pela matilha democrática [...]”(2).

O espírito lusitano aparece também, frequentemente, ligado à vontade de alargar horizontes, de ultrapassar limites, de abrir “gloriosamente as suas fronteiras naturais”(3). Todavia, essa vontade de franquear mundos e, simultaneamente, de consolidar a noção de nacionalidade não surge de forma espontânea, mas antes organizada e bem enraizada na Fé e na crença numa Religião sólida e bem delineada, sobretudo, porque alicerçada em séculos de História à imagem do sistema político do “antigo regime” marcado pela “unidade católica” e pela “tradição religiosa”(4).

Longe de intentar reeditar uma “estafada” defesa do “poder divino dos reis”, Almeida Braga faz entroncar na tradição católica a natureza e limite do poder, apontando-a como “reforço” dos “organismos intermédios da Nação”. De resto, daqui deriva a ruptura com a Causa Monárquica, por altura da criação da Junta Central Integralista, isto porque a demarcação política não derivava da “questão do regime”, mas da marca ideológica conservadora e tradicionalista que os leva a defender a continuidade do “antigo regime” e o restabelecimento da “estruturação política da Nação”, mantendo-se irredutíveis face às suas reivindicações anti-constitucionais. Monarquia e Religião Católica surgem a par, como bem clarifica o Autor ao referir-se-lhes enquanto “dois caminhos da mesma verdade imortal; [...] dois caminhos que não só convergem, mas comunicam também entre si”(5). Paralelamente ao assumir este tipo de convicções, Almeida Braga fala sobre as causas da “irreligião” e da “descristianização metódica”(6) com que a República “espezinhava” o sentimento religioso da Nação(7).

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 349.

(2) *Idem*, p. 348.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 25.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 14.

(5) *Ibidem*.

(6) *Ibidem*.

(7) *Ibidem*.

Integralismo Lusitano e Centro Católico, uma importante estrutura política patrocinada pelo episcopado e participada pelo laicado católico, então apodados pelos republicanos de “catolaicos”, “encontram-se [...] do mesmo lado da barricada”<sup>(1)</sup>, cientes de que onde a acção do Centro Católico não conseguisse tocar, chegaria o Integralismo enquanto garantia dos destinos da pátria. Porém, pese embora esta relativa empatia que parece aproximar o Integralismo Lusitano do Centro Católico, Almeida Braga põe reservas, tal como o ilustra o seu lamento por não ter sido convidado para a primeira reunião promovida pelo Centro, supostamente devido a um mal-entendido, afiançou-lhe Monsenhor Mariz, que secretariou a reunião, pois o convite ter-lhe-ia sido enviado. Buscando uma explicação, o nosso Autor escreve, então, “Há quem afirme que o meu conhecido monarquismo, acusado de excessivo, irrequieto e audaz levara alguns monarcómonos [...] a apagar o meu nome da lista de convites”<sup>(2)</sup>. Todavia, os contornos da relação do Integralismo Lusitano com o Centro Católico são muito mais complexos. De resto, bastaria, pois, atentar no facto de o Centro Católico, retomando as principais orientações dos católicos constitucionais do movimento católico iniciado no Porto, em 1870<sup>(3)</sup>, assentar na clara separação das esferas dos poderes temporal e espiritual. Nessa linha, distinguiram o problema religioso do político e firmavam a desvinculação da religião de qualquer forma de governo, dispondo-se a colaborar com as autoridades legitimamente instituídas<sup>(4)</sup>.

As noções de crença e fé são recorrentes no discurso de Almeida Braga, sobretudo ao referir-se ao movimento Integralista, tal como em “Não é apenas a crença num mesmo ideal o que nos aproxima e liga. A mesma aspiração nos aquece, é certo, a mesma fé nos ilumina”<sup>(5)</sup>. Aliás, a luta por um Portugal renovado empreendida por Almeida Braga assume o significado de um autêntico “acto de fé num Portugal regenerado, purificado pelo martírio e pela dor, erguendo-se para caminhar seguro dos seus altos destinos, sob a égide firme e paternal do Rei [...]”<sup>(6)</sup>.

Acreditando verdadeiramente na predisposição natural dos portugueses para a luta e

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 249.

(2) *Idem*, p. 239.

(3) GONÇALVES, E. C., 2004 – *Católicos e política (1870-1910)*. Maia: Publismai.

(4) CRUZ, Manuel Braga da, 1998 – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, pp. 15-16.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 326

(6) *Idem*, p. 330.



para a vitória, o Autor não hesita em exortar a vontade e a determinação dos jovens de Portugal no sentido de se organizarem e crescerem em força, tornando-se capazes de tomarem em suas mãos os destinos do país. Incitamentos tais como “Lutemos! Lutemos!”<sup>(1)</sup> apelam à acção e enformam toda a doutrina implícita e explicitamente desenvolvida ao longo do capítulo “As razões da esperança” de *Sob o Pendão Real*.

É, justamente, nesta crença na invulnerabilidade de um povo gerada por uma fé intrínseca e indissociável ao próprio sentido da religião que o Autor assenta o seu discurso, reforçando-o, ainda, através da escolha do receptor, neste caso, a promissora juventude portuguesa que, devendo ansiar o final da degradação e da inércia que pareciam imperar na sociedade da 1ª República e no seu espectro, é assim exortada, de forma directa, em ordem à busca de soluções para o restabelecimento da Pátria, pois tal como o Autor refere “Portugal atravessa uma crise profunda, talvez decisiva, mas se os rapazes de Portugal quiserem, tudo será salvo”.

## 1.6 Elogio das Colónias

O elogio do espírito empreendedor nacional, da nossa alma aventureira torna-se, segundo Almeida Braga, uma força capaz de reavivar em cada português o sentimento de uma “ vaidade patriótica”, além do “alto ensinamento que sempre se colhe na recordação dos feitos heróicos”<sup>(2)</sup>. Para o nosso Autor, a época dos descobrimentos consolidou-se como a mais representativa da história do povo português, aquela que “[...] para todos os séculos havia de fazer da raça portuguesa a mais audaz de todas as raças”<sup>(3)</sup>, representando igualmente, mais um motivo de reflexão para Almeida Braga que não hesita em considerar o Adamastor “a mais alta criação da epopeia moderna [...], não uma alegoria [mas] um mito”<sup>(4)</sup>, a prova de que “a fama dos portugueses tinha dado volta ao mundo e, aumentava, doirava o velho continente”<sup>(5)</sup>. Sempre em torno desta ideia, Almeida Braga alude a problemática do movimento expansionista de Portugal “Ele vai a Ceuta, a Arzila, a Tanger; costeia toda a África, sonda todo o

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 330.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 125.

(3) *Ibidem*.

(4) *Idem*, p. 111.

(5) *Idem*, p. 139.

Atlântico, passa o cabo das Tormentas; toca em Sofala, em Melinde, em Mombaça; atravessa todas as tempestades, corre toda a Índia, dá a volta ao mundo!”<sup>(1)</sup> enfatizando, sempre, o desejo maior de um povo em se transcender, franqueando os horizontes do próprio conhecimento revelando “as feições proeminentes da sociedade portuguesa, no momento em que ela mais se elevou sobre todas as outras sociedades, impulsionada pelas tendências características da época”<sup>(2)</sup>.

Cientes da importância que a questão da expansão portuguesa representou no pretérito e continuava a representar no século XX para o país, os integralistas sentem-se compelidos a reafirmá-la “de importância essencial na vida da nação”<sup>(3)</sup>.

Subjacente, contudo, à noção do alargamento territorial estava uma outra ideia, a de unidade, apesar de admitir “uma Pátria espalhada por vários continentes [prosseguindo] um fim de alto imperialismo idealista, procurando estabelecer o cristianismo em África, na Ásia, na América e na Oceania”<sup>(4)</sup>, visão que se contrapunha à percepção do imperialismo materialista inglês. A tónica do discurso de Almeida Braga recai, invariavelmente, sobre aspectos positivos do paradigma de “viajar, descobrir e conquistar [que] foi a paixão de um século inteiro”, por oposição a outros aspectos marcadamente negativos, tal “a alucinação do ouro, a vertigem da conquista [que] fizeram esquecer o sol e as águas da Pátria [representando] a nossa ruína [...], porém o preço do maior acto de civilização dos tempos modernos”<sup>(5)</sup>.

A cuidada análise do decorrer dos acontecimentos relacionados com todo o processo expansionista que abarca a ida a Ceuta, em 1415, até ao tempo do Autor reporta isso mesmo, a falência de um sonho, a ruína de toda uma empresa, como explica ao referir “Um exame atento às condições actuais, em comparação com o estado em que se ficou por 1515, desde logo indicará a necessidade de retomar o caminho perdido no termo de Quatrocentos”<sup>(6)</sup>.

Também o Brasil, por exemplo, surge no olhar de Almeida Braga como um território

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 141.

(2) *Idem*, p. 115.

(3) ALMEIDA, Chaves de, 1924 – *Provincias ultramarinas: a política colonial da Nação*. In “A questão dinástica”, Chaves de Almeida, Lisboa: Junta Central do Integralismo Lusitano, p. 39.

(4) *Ibidem*.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 144-145.

(6) *Ibidem*.

por onde os portugueses passaram e deixaram as suas marcas, considerando-o uma nação “parente” de Portugal, um prolongamento natural do território nacional e tal deveria registar-se com todo o restante território de além mar. Atente-se nas seguintes palavras: “O Brasil é o herdeiro universal de Portugal, seu filho morgado, porque dele não só recebeu o sangue, a língua, os costumes, mas até Camões e o seu Poema pertencem agora ao vosso património”. E mais adiante esclarece ainda: “Os Lusíadas são [...] o poema da colonização, dos continentes remotos e por conseguinte são o poema da construção do Novo Mundo”<sup>(1)</sup>.

Portugal e Brasil passam, assim, a funcionar como um todo de partes complementares, constituindo a imagem que Almeida Braga pretende que o seu leitor retenha quando escreve “Se Portugal é o roussinol a suspirar na soledade do crepúsculo, o Brasil é a cotovia na luz da madrugada”<sup>(2)</sup>. Apesar de oficialmente independente, o Brasil continua a suscitar um sentimento de continuidade a um português: “E não me sinto estranho tendo só ondas e ondas à roda de mim, porque êste mar imenso me parece tão português que até cuida ver nele um linhar minhoto [...]. Deixo Portugal triste e abatido [...] mas vou achar, na outra banda do mar, um Portugal novo, florido e forte”<sup>(3)</sup>.

Sublinhando essa relação umbilical com o Brasil, “filho morgado de Portugal”<sup>(4)</sup>, o nosso Autor fundamenta-a com a partilha de “uma só raiz [...], tão forte que alimenta mil ramos”<sup>(5)</sup>, e faz questão de esclarecer, agora e em definitivo, que, se alguma ideia de rivalidade entre Portugal /Brasil existisse, ela só poderia servir, neste momento da vida do país, os mesquinhos interesses divisionistas republicanos, nada tendo, portanto a ver com os ideais dos integralista lusitanos que nele registavam uma extensão da Terra portuguesa, um espaço de lusofonia a que Almeida Braga se reporta como sendo a “primavera do nosso Outono”<sup>(6)</sup>.

De resto, estas posições podem ser caldeadas com o momento que, então,

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1932, *op. cit.*, p. 329.

(2) *Idem*, p. 328.

(3) *Idem*, p. 393. O nosso Autor recupera aqui partes de um texto que havia publicado no início dos anos 20, vazado de uma conferência que proferiu na Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo. BRAGA, Luís de Almeida, 1921 – *Integralismo Lusitano: conferência pelo sr. [...] na Faculdade de Direito de S. Paulo “Brazil”*. Porto: Editor A. A. Aguiar.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1932, *op. cit.*, p. 395.

(5) *Idem*, p. 396.

(6) *Ibidem*.

atravessavam as nossas relações com o Brasil, pautadas pelo acalantar de um movimento favorável a uma união luso-brasileira plasmada, por exemplo, na monumental obra do escritor brasileiro Gilberto Freyre que apresentou o conceito de “lusotropicalismo” patente nos livros *Casa Grande e Senzala* (1933) e *O Mundo que o português criou* (1940). Deste modo, defendia-se o fermentar de uma cultura luso-brasileira como elemento singular da vida das duas nações. Demais, o argumento nodal da obra de Freyre aponta “O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande”<sup>(1)</sup>, continuando “A história social da casa-grande é a história de quase todo o brasileiro”<sup>(2)</sup> e “Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o carácter brasileiro”<sup>(3)</sup>. Por sua vez, a própria comunidade portuguesa residente no Brasil, com o seu prestígio e influência, irá também contribuir, sobremaneira, na reabilitação do papel da colonização e cultura portuguesa no Brasil. Mas, Freyre irá ainda declarar a este propósito: “O velho elemento lusitano, cuja importância cedo se tornou clara para mim, não através de entusiasmo literário [mas do] estudo da nossa formação social libertado do preconceito anti-português que por tanto tempo dominou a muitos dos estudiosos brasileiros de assumptos de colonização e de história nacional”<sup>(4)</sup>. O mesmo ensaísta reconhecerá ainda que pela via do aprofundar do conhecimento mútuo se esbateria o preconceito anti-português no Brasil, e por isso remata “O critério histórico é o da formação luso-brasileira. O que for hostil a essa formação é contrário aos interesses essenciais do Brasil”<sup>(5)</sup>. É, pois, esta visão que incentivou a ideia de uma comunidade luso-brasileira que, do lado português, deixa bem vincada a “ideologia lusitana”, nomeadamente no que concerne ao seu império colonial, tal como conclui Freyre “Procuró mostrar como é possível defender e desenvolver aquela cultura por meio de uma solidariedade maior do Brasil com Portugal e com as colónias portuguesas”<sup>(6)</sup>.

Neste passo Almeida Braga é do parecer que “O mundo esqueceu que Portugal era pequeno, e Portugal esqueceu-se de si mesmo”<sup>(7)</sup>, introduzindo aqui um outro tópico de

---

(1) FREYRE, Gilberto, 1977 – *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. lxxii.

(2) *Idem*, p. lxxv.

(3) *Idem*, p. lxxv.

(4) FREYRE, Gilberto, 1940 – *O Mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: J. Olympio, pp. 40-41.

(5) *Ibidem*.

(6) *Idem*, p. 38.

(7) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 141.

discussão. Com efeito, o sentimento que passará a pautar o discurso de Almeida Braga, daqui em diante, será o de um profundo desencanto resultante da percepção de uma expansão territorial demasiado intensa e macrocéfala, recorrentemente mal conduzida, de tal forma que “a metrópole não a podia comportar”(1). Apontando falhas irremediáveis no processo expansionista português, considera, pois, “[...] tarde já para reparar o erro. Os perfumes da Índia tinham transformado a vida moral da Raça”(2).

Deste modo, para Almeida Braga, o que começara por ser um sonho desvanecia-se em pesadelo, senão atente-se na passagem que anuncia “A alucinação do ouro, a vertigem da conquista, fizeram-nos esquecer o solo e as águas da Pátria [...]. O mar devorou-nos”(3), concluindo “Os que primeiro partiram, iam levar a Fé e buscar a honra; agora levavam a cubiça (sic) e traziam riquezas”(4).

Aqui reside, em nosso entender, um justificado desejo que Almeida Braga revela de regresso às origens, tal como o próprio esclarece “Volver a uma metrópole firme, compacta, forte(sic) [e com urgência na demanda do] que resta do velho Portugal”(5).

Frente a uma política expansionista que aponta como eminentemente materialista, à semelhança da seguida pela Grã-Bretanha, por exemplo, Almeida Braga defende uma relação morigerada com os territórios coloniais de então, respaldando-se na ideia da necessidade do país prosseguir, de facto, uma política que havia já sido traçada há muitos séculos, uma política de marca iminentemente “idealista”(6).

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 141.

(2) *Idem*, p. 142.

(3) *Idem*, pp. 144-145.

(4) *Idem*, p. 142.

(5) *Idem*, p. 145.

(6) ALMEIDA; Chaves, 1921 – “Províncias Ultramarinas. A política colonial da nação”. In *A Questão Dinástica. Documentos para a História mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa: Empresa Nacional de Industrias Gráficas, pp. 39-43.

## 2. Depuração e restituição dos mitemas literários portugueses

Tomando a noção de mitemas como “unidades básicas e elementares da construção do mito”(1), capazes de gerar narrativas dinâmicas em que os diversos símbolos utilizados convergem para o desenvolvimento de mitogénias, pretende-se neste passo averiguar o impacto dos principais segmentos simbólicos apresentados e explorados por Almeida Braga, além de uma necessária leitura comparativa face a outros autores que utilizam esses mesmos mitemas. Mais ainda: atente-se em André Dabezies quando este adianta a ideia de mito como “*récit (ou un personnage impliqué dans un récit) symbolique, qui prend valeur fascinante (idéale ou répulsive) et plus ou moins totalisante pour une communauté humaine plus ou moins étendue à laquelle il propose en fait l’explication d’une situation ou bien d’un appel à l’action*”(2), concepção onde ancora a nossa leitura de Almeida Braga, em ordem a um reenquadramento nos vários contextos que perpassam o histórico, o cultural e o político-ideológico em que decorre a actualização desse imaginário mitogénico.

Assumindo como lastro o espaço convergente da história de um povo, que mais não é, afinal, do que o espaço da sua memória colectiva, ou seja, o enunciar de lendas, de narrativas simbólicas ou mitos inerentes à fundação da nacionalidade, recua-se até ao momento em que “a ideia de Pátria nasceu [ e a ] Raça [...] tomou consciência de si própria”(3).

Impelido pela vontade de exaltar na “alma portuguesa” a “fé nos seus destinos”(4), Almeida Braga inaugura um percurso marcadamente simbólico por onde se propõe conduzir o leitor, proporcionando-lhe uma espécie de visita guiada pelos momentos decisivos da história de um povo, desde os seus alvares até ao momento da escrita. Essa incursão através do imaginário depurado e a sua posterior descodificação, em que a nacionalidade e a especificidade de um povo se afirmam, resulta tanto mais reforçada quanto melhor nos vamos apercebendo do fermentar no espírito do Autor de um

---

(1) DURAND, Gilbert, 1984 – *Les structures anthropologiques de l’imaginaire*. 10ª ed. Paris: Dunod.

(2) DABEZIES, André 1992 – *Des mythes primitifs aux mythes littéraires*. In “*Mythocritique: Théorie et Parcours*”, Org. Pierre Brunel, Paris: PUF, p. 131.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 5.

(4) *Idem*, p. 2.

sentimento persistente da cruciante crise do país, propondo-se, pois, tomar um papel activo no curso da História, ciente de que se estava a perder muito da nossa essência cultural. É o próprio Autor quem lança um sinal de alerta quando escreve, em jeito de ultimato lançado ao povo português, “Portugal pode adormecer, não pode morrer!”<sup>(1)</sup>.

Neste enquadramento Almeida Braga anuncia ainda que “a promessa de Ourique vai-se cumprir. É a hora do milagre”<sup>(2)</sup>, passando esta ideia a funcionar como um compromisso de que a ordem vai superar a ameaça da revolução cerceadora do cordão umbilical de séculos de história. Procede-se, então, à rememoração de vários momentos decisivos na vida de uma nação, sendo o leitor convidado a tomar parte activa nesta representação da nacionalidade que, composta por vários actos, se vai estendendo através dos tempos até formar, no seu todo, uma obra completa que é a da fundação e da consolidação da consciência nacional à qual, ainda segundo Almeida Braga, “é urgente dar sentido”<sup>(3)</sup>. De resto, e à semelhança dos Antigos que souberam criar e venerar para a eternidade os seus heróis, o nosso Autor é levado a proceder de igual modo, o que ressalta de “A religião da Pátria cria um deus real com corpo e alma: vê-se, sente-se, apalpa-se na sua História, nas suas artes, nas suas paisagens cobertas de luz e murmúrios; ouve-se falar no claustro pleno dos seus heróis!!”<sup>(4)</sup>.

Esta orgulhosa proclamação da natureza de um povo será, ainda na perspectiva de Almeida Braga, facilmente alcançável, visto “o lirismo [ser], sem dúvida, das expressões melhor definidas do temperamento português [...], o lirismo lusitano [...] reflectido e ardente”<sup>(4)</sup>, bastando a quem ele recorre saber ampliá-lo e dele retirar o seu autêntico valor. Apresentando exemplos disso mesmo, Almeida Braga referencia nomes como os de António Sardinha, Afonso Lopes Vieira, além de Camões, eterno de Portugal, cuja “alma [...] resplandecia por vezes o fogo de conquista que abrasou Albuquerque, muitas outras envolve a candura antiga de Nun’alvares<sup>(sic)</sup> e a ternura amaviosa de Bernardino”<sup>(6)</sup>. Contudo, o caminho ao encontro da nossa essência é,

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, pp. 2-3.

(2) *Ibidem*.

(3) *Idem*, p. 53.

(4) *Idem*, p. 8.

(5) BRAGA, Luís de, 1954 – *Nuvens sobre o deserto*. Lisboa: Portugália, p. 31.

(6) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 115.

segundo Almeida Braga, percorrido no sentido inverso à do tempo que marca o pulsar da vida, incentivando o desgaste da nossa verdade e essência. É de registar, então, a constante preocupação relativamente à manutenção e, amiúde, à restituição da pureza dos textos-base, fonte de um conhecimento por onde perpassa também a necessidade do estudo da língua mater, ao tempo considerada excessiva na instrução secundária<sup>(1)</sup>.

Ora, para o nosso Autor, apesar de dever ser preponderante o estudo do português, “suprimir o estudo do latim nas escolas portuguesas representaria a irreparável mutilação do passado literário [e histórico] de Portugal, comprometendo-se, assim, o futuro de uma língua e do seu génio”<sup>(2)</sup>. Do mesmo modo, refira-se a crítica que o Autor tece com pertinência aos que fazem da aprendizagem do latim uma actividade baseada em “exercícios mecânicos, em fatigante e habilidosa ginástica de memória, como se a memória valesse mais do que a inteligência”<sup>(3)</sup>.

Neste mesmo quadro integram-se também as críticas que Almeida Braga deixa relativamente aos estudos que, então, se faziam dos escritos de Camões, aludindo à despicienda valorização dos elementos de picaresco biográfico atribuído ao poeta, pois, considera que [...] o que vale são os versos que deixou [e] exaltar a pura beleza viva das suas composições líricas ou épicas”. A figura do poeta assume, segundo o nosso Autor, um estatuto semelhante ao de um mitema, para isso contribuindo a incerteza de boa parte da sua própria biografia. A tudo isto acrescenta “*Os Lusíadas* são nas aulas menores simples pretextos para caçar solecismos, sineses, anástrofes, anacolútiás, como se o evangelho da vocação heróica de Portugal fosse coutada de antiquários e de gramáticos”<sup>(4)</sup>. De facto, o que importa, sublinha o nosso Autor, é o espírito da obra na sua totalidade, é a mensagem nela contida.

Na questão dos mitemas, vários são ainda os episódios da História de Portugal a que Almeida Braga recorre numa tentativa de transmitir ao leitor uma mensagem de esperança no futuro da “Alma Lusitana” servindo-se, para tal, dos mais diversos momentos simbólicos, sugerindo novas interpretações em ordem ao desenvolvimento de mitogenias específicas.

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1954, *op. cit.*, p. 93.

(2) *Idem*, p. 96.

(3) *Idem*, p. 100.

(4) *Idem*, p. 82.



Na esteira de George Sorel e do conceito de mito por ele preconizado, Almeida Braga amplia-o passando a explorar um campo de significações muito mais vasto, pois, como afirma “[...] nada impede que se alargue o alcance da definição o que perfeitamente se justificaria visto Sorel não considerar o mito senão relativamente à acção económica e material dos agrupamentos humanos”<sup>(1)</sup>.

Ultrapassada, assim, a questão dos mitos funcionarem meramente como instrumentos de explicação da formação e desenvolvimento social, será pela mão de Almeida Braga que se transformarão em “expressão da vontade da Raça, a Grei afirmando um fundo desejo de viver”<sup>(2)</sup>, reflectindo um profundo desejo por parte do Autor para que aqueles possam assumir a representação de “uma ansiosa adivinhação do futuro”<sup>(3)</sup>.

De facto, da leitura das diversas obras de Almeida Braga, mormente *Mar Tenebroso* e *Nuvens sobre o Deserto*, ressalta uma quantidade significativa de lendas e de narrativas carregadas de simbolismo capazes, por isso, de exaltar, em qualquer altura, as qualidades, as virtudes do que considera ser a “Alma Lusa”. Da lenda do “Milagre das rosas da Rainha Santa”<sup>(4)</sup>, à do “Mar Tenebroso”<sup>(5)</sup>, passando pela “crença nas ilhas misteriosas perdidas nas solidões do Oceano”<sup>(6)</sup>, ou ainda pelo “mito das sete cidades ou da Antilia”<sup>(7)</sup>, chega-se sempre e inevitavelmente à “crença no Encoberto [que] constitui a principal característica do género ocidental que, dominado pela paixão de prender o Tempo, na ânsia de viver deu à pedra, formando a ogiva, a exaltação das chamas”<sup>(8)</sup>. Neste encaço, Almeida Braga recorda a “legendária ilha de ouro do nosso ciclo marítimo, de lá viria o Encoberto, na manhã sagrada das profecias”<sup>(9)</sup>, aspecto que nos remete para Sampaio Bruno, em cuja obra referencial do pensamento português *O Encoberto*, de 1904<sup>(10)</sup>, se questiona, de forma avisada, a génese de uma antropologia lusíada elevando o culto do sebastianismo a um estatuto de “filosofismo”<sup>(11)</sup>.

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 70.

(2) *Idem*, p. 77.

(3) *Ibidem*.

(4) *Idem*, p. 111.

(5) *Idem*, p. 68.

(6) *Idem*, p. 74.

(7) *Idem*, p. 77.

(8) *Idem*, p. 76.

(9) *Idem*, p. 62.

(10) GONÇALVES, Eduardo C., 2004 – “Tendências esotéricas do pensamento português sob o signo de O Encoberto de Sampaio Bruno”. *Perspectivas XXI*. Maia. 2ª Série: 1, pp. 51-53.

(11) BRUNO, 1904 – *O Encoberto*. Porto: Livraria Moreira, p. 87.

Salvaguardando diferenças de convicções e de pensamento, em Almeida Braga, à semelhança de Bruno, regista-se uma partilha de interesse em indagar e reflectir as temáticas subjacentes ao carácter mitogénico assumido pelo Desejado no quadro da literatura e da cultura portuguesas. Enquadrado numa possível moldura para uma “filosofia da portugalidade”, como refere António Quadros, o Desejado assume aqui contornos de mito antropológico porque, sendo-lhe impossível um regresso físico, o que se destaca é a “simbologia do homem português adormecido e alienado de si próprio, agora chamado a um despertar segundo a sua essência verídica e segundo o seu projecto universal interrompido”(1). Com efeito, Bruno leva ao extremo este conceito do mito do Desejado ao considerar que o herói não é propriamente um príncipe predestinado, nem tão-pouco um povo, mas antes o “Homem”(2). Já Almeida Braga trabalha em torno de um conceito que, não deixando, todavia, de apresentar a mesma marca antropológica, com raízes celtas, judaico-cristãs, românticas e ainda as “aspirações nacionais” e as “lendas arcaicas” numa representação do próprio “consciente colectivo”(3), é para o nosso Autor o reflexo das aspirações e da vontade de um povo, “ a Grei afirmando um desejo fundo de viver”(4).

Mas, como questiona Sampaio Bruno, se o Desejado não morrera, “onde estava então, que não volvia ao seu suspiroso paiz?”(5) Note-se, todavia, que tal lucubração atravessa várias sensibilidades estéticas e de pensamento, e uma resposta poderá chegar, de resto, através da voz de Fernando Pessoa(6), que regista “Por isso onde o areal está/Ficou o meu ser que houve, não o que há”(7), fórmula já anteriormente sugerida por Almeida Braga no seu *Mar Tenebroso*, “Sumida a Pátria no areal distante, não era o filtro da saudade que alheava as almas: era uma labareda de esperança que as abrasava!”(8)

---

(1) QUADROS, António, 1989 – *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, p. 74.

(2) BRUNO, 1904, *op. cit.*, p. 379.

(3) QUADROS, António, 1982 – *Poesia e filosofia do mito sebastianista*. Lisboa: Guimarães Editores, p. 21.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 77.

(5) BRUNO, 1904, *op. cit.*, p. 137.

(6) “ Ninguém suspeita do meu amor patriótico, mais intenso do que o de todos aqueles que encontro ou que conheço. Não o atraíçoo [...]. Jamais saberei exprimir o fervor, a intensidade [...] do meu patriotismo”. PESSOA, Fernando, 1966 – *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Com introdução de Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática, p. 5.

(7) PESSOA, Fernando, 1934 – *A Mensagem*. 15ª ed. Lisboa: Edições Ática, p. 44.

(8) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 76.

É, pois, esta “labareda de esperança”, capaz de despertar almas, de transmitir vontades de “uma Raça” que conduz Almeida Braga à conclusão de que o sebastianismo não foi um sonho, tornando-se, sim, urgente afirmá-lo como uma realidade. Podemos, de facto, constatar um elo de progressão a nível da exploração desta mitogenia presente nas obras de escritores oriundos e defensores de universos literários, culturais e políticos tão diversos, mas que se aproximam pelo ressaltar da sublimidade de um “ser português”<sup>(1)</sup> com potencialidades para reinventar uma ideia de Portugal.

De referir igualmente as alusões de Pessoa a essa noção de “sublimidade” inerente à natureza de ser português ao escrever “[...] a nossa grande raça partirá em busca de uma Índia nova que não existe no espaço, em naus que são constituídas daquilo que os sonhos são feitos”<sup>(2)</sup>. De igual modo, Almeida Braga enfatiza na sua obra essa capacidade maior de sonhar, de aspirar à transcendência do tempo e do espaço, o que está bem patente em “Como seria estranho o mundo, se nêle não houvesse senão a razão agindo!”<sup>(3)</sup>, concluindo um pouco mais adiante “A figura levantada pela imaginação portuguesa fantasiava, para além das ondas, um mundo novo”<sup>(4)</sup>.

---

(1) A este propósito relembre-se a brochura de Teixeira de Pascoaes, vinda a lume em 1915, com o sugestivo título *A arte de ser português*. Como refere António Quadros, trata-se de uma “data-chave”, não só pelo lançar dos “fundamentos” teóricos da Renascença através daquela obra de Pascoaes, a que se junta o livro *O pensamento criacionista*, de Leonardo Coimbra, como também acaba por coincidir com a publicação da primeira obra doutrinária do Integralismo Lusitano, *O valor da Raça*, de António Sardinha. Lembra ainda Quadros que é neste mesmo ano que Pessoa com Mário Sá Carneiro lançam o *Orpheu*, rematando “[assim se] inspira a diferença qualitativa do primeiro modernismo português, em relação aos demais modernismos europeus”. QUADROS, António, 1982, *op. cit.*, p. 84.

(2) PESSOA, Fernando, 1944 – *A nova poesia portuguesa*. Prefácio de Álvaro Ribeiro. Lisboa: Editorial Inquérito, p. 86.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1918, *op. cit.*, p. 77.

(4) *Idem*, p. 97.

### 3 – *Sob o pendão real, A revolta da inteligência e Espada ao sol: dos equívocos entre o ideário integralista e o Estado Novo*

Os equívocos das tentativas de colagem ao Integralismo Lusitano por parte do sistema político ditatorial levam os homens de *A Nação Portuguesa* a uma constante demarcação dessas investidas de instauração de poderes através da força, desde logo com uma demarcação relativamente ao golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. Pese embora a interpretação distorcida a que, então, foi sujeita a carta aberta divulgada pela Junta Central integralista, onde se afirma “[...] nesta conjuntura extremamente grave da vida nacional, nós não abdicamos da nossa reivindicação política, mas queremos suspendê-la, para que o País e a História possam claramente atribuir a quem devam, a glória de um ressurgimento ou o opróbrio de uma catástrofe”<sup>(1)</sup>. Estas palavras foram interpretadas como uma “adesão” do integralismo à designada “República de Gomes da Costa”. Todavia, parece que não terá sido essa a intenção dos integralistas que, sistematicamente, passaram a vir à estacada repudiar tal colaboracionismo. Nessa altura, é Hipólito quem avança com um desmentido demarcando a distância entre os seus ideais e a linha de acção política seguida pela ditadura militar instaurada.

Durante o Governo da ditadura militar, por altura do Manifesto Político de apresentação da União Nacional<sup>(2)</sup>, em 1930, aí se inscrevem alguns princípios próximos do ideário integralista, mormente o que concerne ao poder do Estado que deveria estar contido pela moral e pela lei, à família, elemento primordial da conservação, disciplina e progresso da nação, bem como a ênfase de “um nacionalismo histórico, racional, reformador e progressivo, afastado do socialismo e do liberalismo sistemático”<sup>(3)</sup>.

---

(1) *Nação Portuguesa*. 3ª Série: 12, 1926, p. CCLVIII.

(2) CRUZ, Manuel Braga da, 1988 – *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 38-40.

(3) CRUZ, Manuel Braga da, 1982 – “O Integralismo Lusitano e o Estado Novo”. In *O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, em Março de 1980, Comissão Organizadora António Costa Pinto et alli.*, Lisboa: A Regra do Jogo, p. 131.

Contudo, é de registar que vários factores irão assinalar o afastamento entre a sustentação de um e de outro ideário que, embora coincidentes em certos pontos, são aplicados de forma subvertida por Salazar ao serviço de uma política que pretendia implementar. Desde logo, quanto ao regime adoptado adensa-se o fosso entre as duas, isto porque o Estado Novo manteve a forma de regime republicano, enquanto que para os integralistas o único regime viável para a regeneração do país era a monarquia sem quaisquer restrições. Neste sentido, Almeida Braga sublinha “Quem diz Monarquia, diz governo de um só, chamado Rei, cuja pessoa é certa e prolongada na pessoa de um sucessor certo, prosseguindo o seu pensamento num ataque cerrado ao regime vigente, afirmando “Uma república de contrabando, mascarada e sorna, é talvez ainda mais perigosa do que aquela que doidamente agita no tablado os guizos da demagogia”<sup>(1)</sup>.

A acusação de apropriação de soluções e ideias adoptadas noutros países, de um seguidismo de ideias políticas exteriores ao nosso país, em particular da francesa, inspirada nos preceitos maurrasianos, ia subindo de tom à medida que Salazar aproveitava e adulterava, em seu proveito, as ideias de Charles Maurras, a exemplo do que foi feito com as dos integralistas, colocando-as ao serviço de um Governo e de um Regime ditatoriais a que estes últimos se opunham inequivocamente. Demais, o nosso Autor lembra, de igual modo, os motivos pelos quais, quer Salazar, quer Maurras, aceitavam com naturalidade a República, “Voluntariamente estranho à parte mais preciosa na tradição nacional francesa – a tradição cristã, que lhe dava na Europa o prestígio da ordem e da cultura latina – não admira que terminasse por escapar a Carlos Maurras o sentido da genuína tradição monárquica”<sup>(2)</sup>.

Das críticas dirigidas quer a Salazar, quer ao regime, Almeida Braga propõe ao leitor reflexões tendentes a explicar a gravidade da concentração do poder num só homem, deixando ao leitor considerações que buscam em Maurras a fundamentação dessa “[...] mística feroz do poder pessoal sem medida e sem alma”, concluindo, então, “A ninguém escapa que o regime é apenas um indivíduo em fatal declínio, e que tudo se dissolverá com o seu desaparecimento”<sup>(3)</sup>, uma vez que, tal como acrescenta o nosso

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 42.

(2) BRAGA, Luís de Almeida, 1944, *op. cit.*, p. 17.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 64 .

Autor, “Morto o Ditador, mortas estão as suas promessas, e desfolhadas e murchas, como flores na pedra triste de um sepulcro, as esperanças que porventura pudesse ter despertado algum dia”(1). Insinuando que o problema maior não era o ditador ou a ditadura, mas a sua sucessão, Almeida Braga pretende explicitar a noção de que Salazar, ao esforçar-se por concentrar em si todo o poder, pretendia também assegurar o seu Governo em moldes autoritários, por isso mesmo não legítimos, pelo que baseados numa atitude radicalmente oposta à almejada pelos integralistas que sempre pretenderam destrinçar todas as formas de “autoritarismo do absolutismo e o exercício pessoal dessa autoridade da sua corporização institucional”(2).

Outra justificação dessa antipatia para com o regime estadonovista advinha da convicção integralista de que “Em República, o poder é um acidente; na Monarquia é uma obrigação. Sempre provisório e precário, o poder é na República um meio de satisfação pessoal; na Monarquia, estabelecida a ordem sucessória em razão da tranquilidade nacional, o poder é uma força definitiva, superior à pessoa que o exerce”(3).

Afigurando-se, assim, a divergência entre o pensamento integralista e o regime salazarista, propõem-se ainda novos esclarecimentos sobre os equívocos dessa colagem do Estado Novo a parte da doutrina integralista, tendo cabimento a reflexão sobre problemáticas não suficientemente debatidas, sobretudo quando imbricam em questões tão relevantes como a do “pessoalismo presidencialista”(4) assumido por Salazar, na figura de Presidente do Conselho, tal como o período sidonista o tinha brevemente ensaiado. Em ambos os casos, este tipo de assumpção do poder revela, para Almeida Braga, uma tendência claramente tiranizante, porquanto afastada da verdadeira natureza dos valores integralistas que, embora aceitassem a autoridade, esta deveria centrar-se numa política de localismo municipalista e corporativista de cariz altamente descentralizada, por isso, alheia a qualquer forma de força, de censura ou cerceamento das liberdades individuais, por eles consideradas intocáveis. De resto, Almeida Braga

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 64.

(2) CRUZ, Manuel Braga da, 1982, *op. cit.*, p. 136.

(3) BRAGA, Luis de Almeida, 1944, *op. cit.*, p. 16.

(4) CRUZ, Manuel Braga da, 1982, *op. cit.*, p. 136.

testemunha inequivocamente esta posição no seu derradeiro livro *Espada ao sol*, onde colige uma série de arrojadas intervenções críticas do regime, mormente a demolidora entrevista que concedeu ao *Diário de Notícias*, em Maio de 1958: “Confundindo liberdade com desordem, força com brutalidade, o Estado Novo há muito se revelou incapaz de conciliar a autoridade e a liberdade [...]. Tendo começado por ser uma ditadura administrativa, manhosamente se transformou em ditadura policiaca<sup>(sic)</sup>, contrária ao destino moral e pessoal do homem”<sup>(1)</sup>.

A questão da fragilidade deste projecto político centrado em Salazar tinha, na perspectiva de Almeida Braga, tudo a ver com a natureza do próprio conceito do regime que lhe estava subjacente, um “híbrido sistema político, tirânico e vingativo, que estava a arrastar-nos para a pior catástrofe da nossa História”<sup>(2)</sup>. O nosso Autor centra as suas críticas na ditadura imposta pelo Estado Novo que, como sublinha, “principia por ser uma necessidade nacional, que rapidamente se transforma em perigosa aventura política [perdendo o Estado] o sentido humano para se tornar uma poderosa máquina em constante labor, desesperadamente acelerado”<sup>(3)</sup>, criticando, deste modo, a figura do ditador que, “Por maior que seja o génio de um homem, é sempre insuficiente para, por si só e para além da sua vida, manter a ordem e a segurança do Estado”<sup>(4)</sup>.

No ensejo, as críticas estendem-se igualmente ao regime republicano “essencialmente a desordem [esgotada] em perseguições e repressões sangrentas. Pretender uma república honesta, sossegada, próspera, é desejar o impossível, vale o mesmo que querer compor um triângulo com quatro faces”<sup>(5)</sup>. Também não poupa críticas à democracia, apresentando-a como “A mais prostituída das palavras em todas as línguas, nos tristes dias de agora!”<sup>(6)</sup>, rematando com ironia, “São democratas os comunistas, são democratas os fiéis aos decaídos princípios da Revolução Francesa de 89, são democratas os jacobinos totalitários: Hitler e Mussolini”<sup>(7)</sup>. Em suma, para Almeida Braga, a democracia assume-se como “uma aspiração, não uma realidade”

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 197.

(2) *Idem*, p. 196.

(3) BRAGA, Luís de Almeida, 1944, *op. cit.*, p. 16.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 196.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 336.

(6) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 222.

(7) *Ibidem*.

pois, tal como explica ao leitor, “sendo a democracia a igualdade das condições sociais, não há, nem houve nunca, exemplo de uma sociedade assim”(1).

Noutro ponto, o nosso Autor critica com a mesma dureza a organização e funcionamento do sistema político estadonovista, relevando com ênfase a questão da liberdade que, neste caso, considerava apresentar-se “divorciada de todas as realidades da vida”, pois como justifica, “Um regime de recta e sã liberdade seria a morte da República, e ela não evitará cuidados para salvar e prolongar a sua existência”(2). Desta forma, para Almeida Braga, a liberdade é inconciliável com a República que considera facciosa, assente num individualismo redutor dos interesse do todo da nação,

Ora, os reparos ao regime encabeçado por Salazar e aos métodos governativos utilizados, de forma a legitimar o poder e a consubstanciar a sua continuidade, tomam o carácter de ataques certamente dirigidos à figura do chefe do Governo e à sua máquina política, caracterizando-a como “a expressão política de problemas mal resolvidos”(3). E os problemas apontados por Almeida Braga são diversos e, em seu entender, de séria gravidade para a nação, senão observe-se o rol de questões elencadas “O Estado Novo tornou os ricos mais ricos e fez mais pobres os pobres. A lavoura está exânime [...]. O salário médio nos campos [...] desceu [...], enquanto a capitação do rendimento nacional subiu 32% [...], a carga tributária excede as possibilidades do povo português [...], as contribuições, e taxas, e percentagens, e descontos, e quotas, vão pedir-se todos os anos milhar e milhares de contos”(4). A tudo isto contrapõe Almeida Braga o descontrolo do Estado, a onda de despesas públicas que “alastra assustadoramente e o custo de vida [atingindo] preços de fome. Não temos pão nem trabalho para toda a gente. A emigração é sangria continuada [...]. Descuram-se obras modestas, para gastar à larga em coisas de espantosa propaganda de ocasião, em banquetes e bailes, em cortejos de mil cores”(4).

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1942, *op. cit.*, p. 337.

(2) *Idem*, p. 278.

(3) *Idem*, p. 197.

(4) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 198. Sobre o problema levantado, da redistribuição equitativa da riqueza e da anquilosada forma de regenerar o país, escrevia anos antes, ainda em plena Primeira República, outro integralista, Pequito Rebelo: “[Só] á Monarquia será possível fazer a política das economias, dispensando as clientelas [...], que lhe são inúteis, fazer a justa tributação da Riqueza nacional e a justiceira Restituição das expropriações republicanas, fazer política financeira livre de pressões plutocráticas(sic), fazer um orçamento equilibrado e com previsões a longo praso(sic) [...], donde resultará também o crédito; pôr a Nação no regimen do trabalho de restauração, obrigando o país á suficiênciã agrária pelas sesmarias; organizar as almotaçarias ou regulamentação moderada dos preços durante a crise alimentar”. REBELO, José Pequito, 1922 – *Pela dedução à Monarquia*. Lisboa: Typ. da Livraria Ferin, p. 73.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 97.



Reportando-se ainda a este tipo de manifestações revertidas ao serviço da propaganda do Estado Novo, o nosso Autor acrescenta ainda em *Nuvens sobre o deserto*<sup>(1)</sup> as mais duras críticas à “Política do Fado”. Com aguçada ironia, refere-se, pois, a Amália Rodrigues como “a apageada cantadeira” elevada a ícone da “fadistolatria” ou “fadistocracia” que, somando êxitos internacionais, se apresentava ao mundo como “a mais alta expressão da harmonia entre os povos”, alcandorada pelo regime “a embaixatriz do sentimento português”<sup>(2)</sup>. Ainda no intuito de reforçar essa conotação negativa do fado, Almeida Braga recorta da visão de Malhoa a imagem do fado, “num quarto sujo, de esvaída luz, [mostrando] a rameira os seios murchos”; mais ainda, dá notícia de Luís de Freitas Branco, também ele integralista, a defender que “um integralista não poderá portanto conceder foros de nacional a uma canção popularizada nestes últimos cinquenta anos, visto ela ter nascido e se ter desenvolvido exactamente quando nós nos desnacionalizava-mos”<sup>(3)</sup>. Esta tese é, de resto, reforçada por Almeida Braga quando afirma: “Não deveria consentir-se que lhe fosse agrilhado o temperamento português”<sup>(4)</sup>.

Passando agora a um relance retrospectivo sobre as divergências do integralismo com a Causa Monárquica, mormente pela recusa do constitucionalismo por parte dos primeiros, perante a Ditadura Militar patenteavam, uns e outros, uma certa “expectativa política”<sup>(5)</sup>, isto sem se olvidar a tensão larvar aberta em plena Primeira República entre o Integralismo Lusitano e D. Manuel II<sup>(6)</sup>. Porém, com o avançar da Ditadura e a institucionalização do Estado Novo, aquela “expectativa” vai esboroar-se, nomeadamente a partir da morte do último monarca português, em 1932, altura em que o Governo, já formado por Oliveira Salazar, endossou os bens remanescentes do monarca à administração da Casa de Bragança<sup>(7)</sup>, ignorando as pretensões da linha legitimista encabeçada por D. Duarte Nuno de se considerar herdeiro legítimo aos bens e títulos daquela Casa Real, personalidade a quem os integralistas apoiavam

---

(1) BRAGA, Luís de Almeida, 1954 – *Nuvens sobre o deserto*. Lisboa: Portugalíia.

(2) *Idem*, p. 167.

(3) *Idem*, p. 169.

(4) *Idem*, p. 172.

(5) CRUZ, Manuel Braga da, 1982, *op. cit.*, p. 132.

(6) Sobre o assunto, veja-se: JUNTA Central do Integralismo Lusitano, 1921 – *A questão dinástica. Documentos para a história* Lisboa: Empresa Nacional de Industrias Gráficas.

(7) A fundação foi criada pelo Decreto 23.240 de 21 de Novembro de 1932.

convictamente<sup>(1)</sup>. Com a afirmação do Estado Novo e a concomitante efectivação da União Nacional e promulgação plebiscitária da Constituição de 1933, a questão restauracionista foi subalternizada. Aliás, nas célebres “entrevistas a António Ferro”, Salazar apela aos monárquicos que “se disponham a ingressar na vida do Estado sem a ideia falsa e perigosa de que colaborar com a actual situação é dar um passo para a realização do seu ideal respeitável”<sup>(2)</sup>. Por conseguinte, enquanto uma boa parte dos monárquicos aderiu ao regime, os integralistas fixaram-se na oposição, embora a sua contestação se revelasse de matriz eminentemente teórica, excepção feita aos “Camisas Azuis” que deram corpo ao efémero Nacional Sindicalismo do integralista Rolão Preto<sup>(3)</sup>.

E se Almeida Braga, nos anos 40 adentro, demonstrou pela via da acção pública a sua discordância com o regime, acompanhando a candidatura à presidência da República de Norton de Matos, no rescaldo do “caso Santa Maria” acabou como advogado de defesa do general Henrique Galvão. Mas a oposição de Almeida Braga ao regime atingiu o pico nas eleições de 1958 ao aceitar o convite do general Humberto Delgado para integrar a Comissão de Honra da sua candidatura à Presidência da República<sup>(4)</sup>. De resto, a adesão à candidatura do general Delgado é assumida com firmeza por Almeida Braga, como se depreende das suas palavras: “Custe o custar, é preciso fazer de Portugal uma pátria livre para homens livres. Sinto que a minha vida não está mais em segurança. Vejo, e não tremo, que os idólatras buscam pôr-lhe termo. A seguir ao julgamento de Henrique Galvão muitas ameaças cobardes me foram dirigidas, a coberto de cauteloso anonimato. Agora as repetem enfurecidamente”<sup>(5)</sup>.

Em suma, os integralistas opuseram-se ao salazarismo não só por serem monárquicos ou contrários ao sufragismo – até porque houve realistas que alinharam com o Estado Novo sem renegarem esses princípios –, mas fundamentalmente por serem

---

(1) *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*. 2: 8, Novembro 1933, pp. 490-411; sobre o assunto, ver ainda: VAZQUEZ DE MELLA, Juan, 1931 – *Integralismo. Dom Manuel y Dom Duarte*. In “Obras Completas”, Madrid: [s.e.], vol. III, pp. 143-152.

(2) SALAZAR, A. Oliveira, 1961 – *Discursos*. 5ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, vol. 1, pp. 170-171.

(3) PINTO, António Costa, 1994 – *Os Camisas Azuis: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.

(4) A. H. M. S – *Espólio de Luis de Almeida Braga*. Cx. 7, 0015.

(5) BRAGA, Luís de Almeida, 1970, *op. cit.*, p. 207.

convictamente “nacionalistas e corporativistas integrais”(1). Por outro lado, o nosso Autor intentou sempre discernir autoritarismo de absolutismo, ou seja, o “exercício pessoal dessa autoridade da sua corporização institucional”(2).

---

(1) CAMPINOS, Jorge, 1978 – *O presidencialismo do Estado Novo*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.

(2) BRAGA, Manuel Braga da, 1982, *op. cit.*, p. 137.

## **CONCLUSÃO**

Considerando o ambiente cultural e científico dos inícios de Novecentos, de viragem de tempo e de convicções, numa época em que a Europa tinha tragado a árvore da ciência, ajudada a relativizar por Bergson em nome da intuição, a dita “geração moça” dos nossos anos de 1910 iria experimentar sobremaneira o fosso que a separava da geração de seus pais, pese embora se fazer ainda sentir entre nós uma certa deliquescência finissecular de “decadentistas e simbolistas” e um positivismo vulgarizado pelo republicanismo dominante. A esse forçado desenraizamento cultural, Almeida Braga e alguns dos seus contemporâneos irão contrapor um “sólido sentido de tradição” ancorado na recuperação dos cancioneros, do romanceiro tradicional, das crónicas, bem como de Garrett, Herculano, Castilho e Camilo, entre outros.

Neste encaço, firma-se um sentimento generalizado da necessidade de acção face a essa melancolia doentia e a um derrotismo que tinha invadido a sociedade dos finais do século XIX, ameaçando prolongar-se século XX adentro. Fosse através da ideia de “egotismo nacional” concebida por Barrès, apoiada no conceito de “L’Énergie Nationale”, fosse ainda através do visionarismo de Sorel que destacava o mito como expressão da vontade, dos sonhos de pessoas e de grupos, capaz, assim, de arrancar a sociedade a essa “anomie”, sugerida por Durkheim em *Le suicide* (1897), o propósito de regeneração moral, e logo social, impunha-se como algo inevitável face a um novo ciclo da história da Europa que se pretendia marcado, não pelo estigma da decadência, mas antes por uma abertura sem precedentes às questões da natureza humana.

Assim se explica, em termos gerais, o modo como Almeida Braga se envolve no seu tempo e espaço, nas circunstâncias que substancializaram e concretizaram os seus primeiros textos, concertando pensamento e acção registados numa escrita profícua, a um tempo pela temática, pela arquitectura ideológica preconizada, ou ainda pelo plano político, capazes de a enformar de modo consistente.

Apesar da recusa do cosmopolitismo, quando eventual sinónimo de seguidismo, Almeida Braga não hesita em lançar o olhar sobre outras culturas, em analisar o “outro”, facto bem patente nos seus livros inaugurais, nomeadamente *Pão Alheio*, escritos ainda durante um tempo de exílio. Desta altura resulta o contacto com uma certa intelectualidade reaccionária francófona, mormente com a predicação do ideário tradicionalista, de que são marcos as obras de Charles Maurras e de Paul Bourget, facto que, todavia, não o impedirá de delas fazer uma leitura crítica.

A par da vontade de desenvolver e assegurar as principais linhas da doutrina integralista, Almeida Braga não descarta o respeito pela tradição literária do classicismo doutrinário, repensando autores e temáticas de cariz eminentemente lusíada. Em Camilo Castelo Branco, por sua vez, descortina a beleza da alma portuguesa para lá da qualidade do próprio escritor, colocando a ênfase na sua originalidade de pendor exclusivamente nacional. Em articulação, considera o método do credo integralista “creio em Portugal”, cuja fórmula deriva da expressão “reaporteguesar Portugal”, vulgarizada pelo poeta integralista Afonso Lopes Vieira.

A obra de Almeida Braga cruza, pois, diversas fases da sua vida, espelhando, por isso, várias preocupações que se prendem com vivências também elas diferentes, sendo contudo constante a cumplicidade que o liga às suas origens, ao seu “berço”, daqui resultando uma escrita de carácter fortemente biográfico e de feição intimista.

O autor de *Sob o pendão real* apresenta-se, assim, como promotor de uma vontade de mudança com vista ao reenquadramento vital da tradição. A esta caberia o papel de transmitir, quer aos leitores seus contemporâneos, quer às gerações vindouras, a vontade latente de desvendar o código da sua escrita e de a interpretar como uma resposta à necessidade de afirmação de um povo e da dedicação de uma vida à descoberta da identidade, no sentido essencialista ou perene do termo. Sempre empenhado na reflexão sobre tal problemática, patente, de resto, no cerne do *corpus* literário analisado, somos levados a enveredar por domínios-chave relacionados com noções por ele bem definidas, tais como a de pátria, de tradição, de família e de terra, módulos onde se respalda a ideia de portugalidade enquanto sùmula identitária, e no contexto da qual a língua portuguesa se apresenta como um dos pilares essenciais. Não sendo, de todo, a portugalidade uma noção exclusiva dos integralistas, daqui se discorre uma série de tensões, quando não mesmo oposições, com o Saudosismo de Pascoaes, com a Renascença Portuguesa e com a primeira fase da *Seara Nova*.

Na origem do Integralismo Lusitano, Almeida Braga pretende patentear, como refere, um “grito de alarme” contra uma literatura que considera “artificial e desnacionalizada” dos “Águias”. A um tempo, propõe o regresso a um tradicionalismo literário e político, recolocando arquétipos estruturais da nossa literatura na sua autenticidade e pureza, reservando-lhes um lugar de destaque, de onde nunca deveriam ter sido retirados, sobretudo para ceder lugar a novos modelos

de sentir a “alma portuguesa”, a seu ver duvidosos. Aqui imbricam, já em pleno Estado Novo, os equívocos entre o ideário integralista e o regime de então. Aliás, a oposição integralista ao salazarismo, encabeçada por Almeida Braga, denuncia, desde logo, a diferença mais assinalável entre ambos, nomeadamente a proposta integralista de uma Monarquia orgânica, tradicionalista e anti-parlamentar, assente no lastro do nacionalismo tradicionalista e corporativista. Demais, preconizando uma estrutura municipalista, pretendia-se, assim, anti-absolutista; defendendo a instituição monárquica acima do rei, reafirmava, deste modo, o não pessoalismo político. De resto, as obras mais marcantes de Almeida Braga escritas durante o regime estadonovista, de que se destacam *Sob o pendão real*, *A revolta da inteligência e Espada ao sol*, apontam, oportuna e insistentemente, o sofisma desses equívocos axiais.

Depois de analisarmos os principais módulos da escrita ensaística de Almeida Braga, é de modo fundamentado que nos parece oportuno fazer reverdescer a obra literária, que continua a poder interpelar o leitor hodierno, pelo seu valor hermenêutico da História, mas também pela sua própria matriz literária, legadora de uma certa visão da “grei”, e tudo isso plasmado numa estética que conjuga delicada sensibilidade e ironia atenta.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## I – FONTES MANUSCRITAS E NÃO PUBLICADAS

### A – ARQUIVO MUNICIPAL DE SINTRA/ARQUIVO HISTÓRICO

#### 1. Arquivos Privados e Semi-Públicos

##### 1.1 Fundo Luís Almeida Braga

###### 1.1.1 Secção VI – Actividade Literária

Subsecção A – Textos literários e trabalhos poéticos

Subsecção B – Discursos , conferências, participações e efemérides

Subsecção C – Apontamentos, notas, cópias, artigos e reflexões

### B – BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – U.C.P.

#### 1. Espólio de António Sardinha

##### 1.1 Pastas de correspondência e documentos vários de Luís de Almeida Braga

## II – ESCRITOS DE LUÍS DE ALMEIDA BRAGA

### 1 – Monografias

BRAGA, Luís de Almeida, 1916 – *O culto da tradição*. Coimbra: França Amado.

BRAGA, L. A., 1916 – *Pão alheio*. Coimbra: França Amado.

BRAGA, L. A., 1918 – *Mar tenebroso*. Coimbra: França Amado.

BRAGA, L. A., 1921 – *O sentimento nacionalista*. S. Paulo: Dionysos.

- BRAGA, L. A., 1923 – *O significado nacional da obra de Camilo*. Lisboa: Portugália.
- BRAGA, L. A., 1930 – *Ao serviço da terra*. Braga: Cruz.
- BRAGA, L. A., 1932 – *Paixão e graça da terra*. Porto: Livraria Civilização.
- BRAGA, L. A., 1940 – *Grandeza e misérias do Bom Jesus do Monte*. Braga: Cruz.
- BRAGA, L. A., 1942 – *Sob o pendão real*. Lisboa: Gama.
- BRAGA, L. A., 1943 – *Posição de António Sardinha*. V. N. Famalicão – Lisboa: Ed. Gama.
- BRAGA, L. A., 1944 – *Revolta da inteligência*. Lisboa: Portugália.
- BRAGA, L. A., 1948 – *Dom João Valera e as letras portuguesas do seu tempo*. Coimbra: Coimbra Editora.
- BRAGA, L. A., 1949 – *Lunário sentimental*. Vila Nova de Famalicão: Minerva.
- BRAGA, L. A., 1954 – *Nuvens sobre o deserto*. Lisboa: Portugália.
- BRAGA, L. A., 1959 – *Loa do vinho verde*. Vila Nova de Famalicão: Minerva..
- BRAGA, L. A., 1970 – *Espada ao sol*. Lisboa: Biblioteca do Pensamento Político.

## **2 – Colaboração em obras de conjunto**

- BRAGA, Luís de Almeida, 1916 – “Lição dos factos”. In *A Questão Ibérica*, António Sardinha et alli., Lisboa: Almeida, Miranda e Sousa.
- BRAGA, L. A., 1947 – “Imagem e sentimento do Império em Afonso Lopes Vieira”. In *Afonso Lopes Vieira 1878-1946. In Memoriam*, vários, Lisboa: Sá da Costa, pp. 183-196.

### 3 – Colaboração em Periódicos

#### 3.1 *Alma Portuguesa*

BRAGA, Luís de Almeida, 1913 – “O Integralismo Lusitano I – Anunciação”. *Alma Portuguesa*. Lovaina. Nº 2, Setembro, pp. 53-57.

#### 3.2 *Cidade Nova*

BRAGA, Luís de Almeida, 1951 – “Primeiras e últimas lembranças de António Sardinha”. *Cidade Nova*. Coimbra. 2ª Série: 5, Maio, pp. 270-274.

BRAGA, Luís de Almeida, *et alli.*, 1951 – “Portugal restaurado pela monarquia”. *Cidade Nova*. Coimbra. 2ª Série: 6, Julho.

#### 3.3 *Reconquista*

BRAGA, Luís de Almeida, 1952 – “Evocação de António Sardinha”. *Reconquista*. III: 2-3, pp. 189-191.

#### 3.4 *Gil Vicente*

BRAGA, Luís de Almeida, 1935 – “A lição de António Sardinha”. *Gil Vicente*. Guimarães. Vol. XI: 3-4, pp. 33-39.

BRAGA, L. A., 1944 – “Posição de António Sardinha”. *Gil Vicente*. Guimarães. Vol. XX: 11-12, pp. 209-210.

BRAGA, L. A., 1948 – “Alegoria das danças minhotas”. *Gil Vicente*. Guimarães.

Vol. XXIV.

BRAGA, L. A., 1952 – “Invocação de António Sardinha”. *Gil Vicente*. Guimarães. 2ª

Série: 1-2, pp. 5-7.

BRAGA, L. A., 1952 – “Alberto Monsaraz no Jardim das Rimas”. *Gil Vicente*. Guimarães.

2ª Série: 3.

### 3.5 *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*

BRAGA, Luís de Almeida, 1932 – “Dos tempos áureos”. *Integralismo Lusitano*. 1: 6,

Setembro.

### 3.6 *A Monarquia*

BRAGA, Luís de Almeida, 1918 – “A política dos Reis Magos”. *A Monarquia*. Lisboa. 7 de

Janeiro.

BRAGA, L. A., 1918 – “As relações com Roma”. *A Monarquia*. Lisboa. 23 de Janeiro.

BRAGA, L. A., 1918 – “Reformas políticas”. *A Monarquia*. Lisboa. 20 de Abril.

### 3.7 *Nação Portuguesa*

BRAGA, Luís de Almeida, 1914 – “A lição de Olivença”. *Nação Portuguesa*. Lisboa. 1: 5,

Novembro, pp. 162-163.

BRAGA, L. A., 1914 – “Sindicalismo e República”. *Nação Portuguesa*. Lisboa.1: 5, Novembro, pp. 144-150.

BRAGA, L. A., 1915 – “Do espírito da democracia”. *Nação Portuguesa*. Lisboa. 1: 9, Outubro, pp. 279-285.

BRAGA, L. A., 1915 – “Tradição e nacionalidade”. *Nação Portuguesa*. Lisboa. 1: 10, Dezembro, pp. 316-321.

BRAGA, L. A., 1916 – “Da renascença do tradicionalismo na arte e na política”. *Nação Portuguesa*. Lisboa. 1: 12, Novembro, pp. 391-395.

BRAGA, L. A., 1923 – “Das Belas Letras brasileiras”. *Nação Portuguesa*. Lisboa. 2: 11, pp. 526-533.

### 3.8 *Política*

BRAGA, Luís de Almeida, 1930 – “Caridade de Pátria”. *Política: Revista Quinzenal, Órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano*. Lisboa. Nº 10, 10 de Janeiro, pp. 2-14.

### 3.9 *Tribuna de Petrópolis. Arte e Literatura [Suplemento]*

BRAGA, Luís de Almeida, 1951 – “Evocação de António Sardinha”. *Tribuna de Petrópolis. Arte e Literatura [Suplemento]*. Petrópolis. Abril, pp. 1-5.

#### **4 – Conferências Publicadas**

BRAGA, Luís de Almeida, 1916 – “A lição do factos. In *A Questão Ibérica*, vários,  
Lisboa: Tip. Do Anuário Comercial.

BRAGA, L. A., 1921 – *Integralismo Lusitano: conferência pelo snr. [...] na Faculdade de  
Direito de S. Paulo, “Brazil”*. Porto: A. A. Aguiar.

BRAGA, L. A., 1923 – *O significado nacional da obra de Camilo: [Conferência]*. Lisboa:  
Portugália.

BRAGA, L. A., 1930 – *Ao serviço da terra*. Discurso proferido na sessão solene realizada  
pela Liga da Defesa da Região de Braga em honra do Dr. João Antunes  
Guimarães, ministro do Comércio e Comunicações, em 29 de Junho de 1930.  
Lisboa: [s.n.].

BRAGA, L. A., 1943 – *Posição de António Sardinha. Conferência proferida no  
Salão de Estudos Portugueses da Câmara Municipal do Porto*. Lisboa: [s.e.].

#### **5 – Prefácios**

BELL, Aubrey F. G., 1934 – *O humanista Dom Jerônimo Osório*. Prefácio de Luís de  
Almeida Braga. Coimbra: Imprensa da Universidade, 11-124.

CASTRO, José da Gama, 1945 – *O Novo Príncipe*. Prefácio de Luís de Almeida Braga.  
4ª ed. Lisboa: “Pro Domo”.

COUCEIRO, Henrique Paiva, 1944 – *Profissão de fé*. Prefácio de Luís de Almeida Braga.  
Lisboa. Edições Gama, 3-32.

PRAZERES, Frei João dos, 1943 – *Abecedário real*. Prefácio de Luís de Almeida Braga.

Lisboa: Edições Gama, pp. i-xxxviii.

SARDINHA, António, 1931 – *Roubo de Europa*. Prefácio de Luís de Almeida Braga.

Lisboa: Valentino de Sá, pp. 7-34.

OLIVEIRA, António Correia de, 1946 – *Antologia. I – Líricas de António Correia de*

*Oliveira*. Prefácio de Luís de Almeida Braga. Porto: Tavares Martins.

OSÓRIO, D. Jerónimo, 1944 – *Da instituição real e sua disciplina*. Prefácio de Luís de

Almeida Braga. Lisboa: Prodomo, pp. 9-60.

### III – BIBLIOGRAFIA SOBRE LUÍS DE ALMEIDA BRAGA E SOBRE O INTEGRALISMO

#### LUSITANO

AMEAL, João, 1925 – *As directrizes da Nova Geração*. Coimbra: Lumen.

AMEAL, João, 1928 – *A contra-revolução*. Coimbra: Atlântida.

AMARAL, João, 1932 – *Panorama do nacionalismo português*. Lisboa: Ed. José Fernandes

Júnior.

AMARAL, João do, 1915 – “Três ideias políticas”. *A Ideia Nacional*. Lisboa. Nº 5, Março,

pp. 146-155.

ARAÚJO, Domingos Gusmão, 1913 – “Neo-romantismo”. *Alma Portuguesa*. Lovaina. 1,

Maio.

ASCENSÃO, Leão, 1943 – *Integralismo Lusitano*. Lisboa: Gama.

- BARREIRA, Cecília, 1982 – “Três nótulas sobre o Integralismo Lusitano (Evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da Nação Portuguesa, 1914-1926)”. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XVIII, pp. 1421-1429.
- BRITO, António José de, 1965 – *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- BRITO, António José de, 1996 – *Para a compreensão do pensamento contra-Revolucionário. Alfredo Pimenta, António Sardinha, Charles Maurras, Salazar*. Lisboa: Hugin.
- CARDOSO, M. Esteves, 1982 – “Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano”. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XVIII: 72-73-74, pp. 1399-1408.
- CAVALHEIRO, António Rodrigues, 1970 – “Na morte de Luís de Almeida Braga”. *O Debate*. 12 de Março.
- CARVALHO, Paulo Archer de, 1992 – *Nação e nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*. Coimbra: [s. n.]. Dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à FLUC, policopiada.
- CARVALHO, Teresa Maria Martins de, 1987 – “O tio Luís [Luís de Almeida Braga]”. *Consciência Nacional*. Nº 137, Junho, pp. 1-3.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, 1995 – “Braga (Luís Carlos Lima de Almeida)”. In *Biblos – Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 1, col. 743-744.



- CASTRO, Aníbal Pinto de, s.d. – *Luís de Almeida Braga*. Conferência na Academia Portuguesa de História. Lisboa: APH.
- COIMBRA, Artur Ferreira, 2000 – *Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)*. Braga: Universidade do Minho. Texto policopiado.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, 1988 – “António Sardinha e o movimento literário do Integralismo Lusitano”. *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre*. Nº 2, pp. 9-36.
- COURCOURAL, Paul, 1928 – *Le danger de l'Action Française: en réponse à monsieur Maritain*. 10 ed. La Rochelle: El Rupella.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1982 – “O Integralismo Lusitano e as origens do salazarismo”. *Análise Social*. Vol. XVIII: 70.
- CUNHA, Norberto Amadeu F. G., 1996 – *Tradição e tradicionalismo no Integralismo Lusitano*. Braga: Universidade do Minho. Prova de Agregação em Filosofia.
- DA VIDE, Fernão, 1923 – *O pensamento integralista*. Lisboa: Féris.
- DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, 2006 – *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*. Lisboa: ICS.
- FERRÃO, Carlos, 1964-1965 – *O Integralismo e a República. Autópsia de um Mito*. Lisboa: Inquérito e Editorial O Século. 2 vols.
- FERREIRA, Jacinto, 1991 – *Integralismo Lusitano: uma doutrina política de ideias novas*. Lisboa: Cultura Monárquica.
- FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha, 1983 – “António Sérgio e os integralistas”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Nº 5, vol, 1, pp. 427-469.

- GOMES, Pinhranda, 2001 – “Integralismo Lusitano”. In *Dicionário de filosofia Portuguesa*, direcção de Pinharanda Gomes, 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote.
- GUIMARÃES, Cláudio e OLIVEIRA, A. Correia de, 1933 – “Um livro de Luís de Almeida Braga – ‘Paixão e graça da terra’”. *Nação Portuguesa*. Lisboa. Vol. VII: XI-XII, pp. 276-282.
- GUIMARÃES, J. de Sousa, 1926 – *Lógica integralista*. Porto: Livraria Moreira.
- MAGALHÃES, Luís de, 1925 – *Perante o tribunal da nação: a Monarquia do Norte e o julgamento da junta Governativa do Reino*. Coimbra: Coimbra Editora.
- MAGRO, Abílio, 1912 – *A revolução de Couceiro*. Porto: Imprensa Moderna.
- MALPIQUE, Cruz, 1975 – “Luís de Almeida Braga. Comentários marginais, sobretudo à obra literária”. Braga: Sep. da revista *Bracara Augusta*, vol. XXIX.
- MARIOTE (pseud. do Pe. Amadeu Vasconcelos), 1917 – *O nacionalismo rácio do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- MARTINS, Rocha, 1922 – *A Monarquia do Norte*. Lisboa: Oficinas Gráficas ABC.
- MEDINA, João, 1978 – *O pelicano e a seara. Integralistas e seareiros juntos na Revista Homens Livres*. Lisboa: Edições António Ramos.
- MELLO, Gonçalo Sampaio e, 2000 – “Luís de Almeida Braga ou o elogio da derrota”. *Vária Escrita*. Nº 7, pp. 167-208.
- PIMENTA, Alfredo, 1922 – *Pretextos e reflexões: primeira série(1920-1922)*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

- PIMENTA, Alfredo, 1937 – *Nas vésperas do Estado Novo*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- PINTO, António Costa, 1999 – “Integralismo Lusitano”. In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto: Figueirinhas, vol. VIII, Suplemento F/Q, pp. 280-281.
- PINTO, António Costa, 1982-3º-4º-5º – “A formação do Integralismo Lusitano (1907-1917)”. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XVIII: 72-73-74, pp. 1409-1419.
- PROENÇA, Raul, 1921 – “Acerca do Integralismo Lusitano”. *Seara Nova*. Lisboa. Nº 5, 24 Dezembro, pp. 149-154.
- RAPOSO, Hipólito, 1929 – *Dois nacionalismos: L’Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Ferin.
- ROCHA, Pinto da, 1922 – *Luís de Almeida Braga*. Lisboa: Portugália.
- ROGEIRO, Nuno, 1985 – “Integralismo Lusitano”. In *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, pp. 626-630.
- VÁRIOS, 1921 – *A Questão dinástica. Documentos para a história mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Empresa Nacional das Indústrias Gráficas.
- VÁRIOS, 1987 – *A filosofia política no Integralismo Lusitano*. Lisboa: [s.e.].
- VAZQUEZ DE MELLA, Juan, 1931 – “Integralismo. Dom Manuel y Dom Duarte”. In *Obras Completas*, Madrid: [s.e.], vol. III, pp. 143-152.

## V – BIBLIOGRAFIA GERAL

BARREIRA, Cecília, 1981 – *Nacionalismo e Modernismo. De Homem de Cristo Filho a Almada Negreiros*. Lisboa: Assírio e Alvim.

BAUMER, Franklin L., 2002 – *O pensamento moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, vol. 2.

BARRÈS, Maurice, 1911 – *Mês cahiers*. Paris: Plon. Vol. IX.

BARRÈS, Maurice, 1897 – *Les déracinés*. Paris: Fasquelle.

BOURDÉ, Guy e MARTINS, Hervé, s.d. – *As escolas históricas*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

BOURGET, Paul, 1895 – *Outre-Mer*. London: T. Fisher.

BOURGET, Paul, s.d. – *Nouvelles pages de critique et de doctrine*. Paris: Le Plon. 2 vols.

BRUNEL, Pierre e CHEVREL, Yves [org.], 2004 – *Compêndio de literatura comparada*. Trad. Maria do Rosário Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BUESCU, Maria Helena Carvalhão, et alli. [org.], 2001 – *Floresta encantada: novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Dom Quixote.

CABRAL, António, 1923 – *Alexandre Cabral. Memórias políticas: Homens e factos de meu tempo*. Lisboa: Editores J. Rodrigues.

CATROGA, Fernando, 1991 – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*. Coimbra: Faculdade de Letras. 2 vols.

- CHEVREL, Yves, 2006 – “La littérature comparée et la quête d’un territoire”. In *Comparer l’Etranger: enjeux du comparatisme en littérature*, sous la direction de Emilienne Beneth-Nouailhetas et Claire Joubert, Rennes: Press Universitaires de Rennes.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1979 – *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1987 – *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote.
- FERRÃO, Carlos, 1963 – *História da 1ª República*. Lisboa: Terra Livre.
- FRANDON, I. M., 1989 – “Maurice Barrès et la genèse du ‘Roman d’énergie nationale’: autour d’un dénouement abandonné pour ‘Leurs Figures’”. *Revue d’Histoire Littéraire de la France*. Paris: PUF. Vol. 89: 2, pp. 230-240.
- GUILLÉN, Claudio, 2001 – “Entre o uno e o diverso: introdução à literatura comparada”. In *Floresta Encantada – Novos caminhos da literatura comparada*, organização de Helena Buesco *et alli*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GUSMÃO, Manuel, 2001 – “Da literatura enquanto construção histórica”. In *Floresta Encantada: novos caminhos da literatura comparada*, org. de Helena Buesco, *et alli*. Lisboa: Dom Quixote.
- LEAL, Ernesto Castro, 1999 – *Nação e nacionalismos*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LEONE, Carlos, 2005 – *O essencial sobre estrangeirados no século XX*. Lisboa: IN-CM.

- MARINHO, Maria de Fátima, 2005 – *Um poço sem fundo. Novas reflexões sobre Literatura e História*. Porto: Campo de Letras.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1980 – *A Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MAURRAS, Charles, 1920 – *Enquête sur la monarchie*. 9ª tir. Paris: Nouvelle Librairie Nationale.
- MAURRAS, Charles, 1928 – *Ronanisme et révolution. L'avenir de l'intelligence*. Versailles: Bibliothèque des Ouvres Politique.
- MOLES, A. M., 1974 – *Sociodinâmica da cultura*. São Paulo: Perspectiva.
- MOREIRA, Carlos Diogo, 2007 – *Pátria, Identidade e Nação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- PIMENTEL, Irene, 1998 – “A eugenia em Portugal na primeira metade do século XX. O aperfeiçoamento da raça”. *História*. Lisboa. Nº 3, pp. 18-27.
- PINTO, António Costa, 1994 – *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- QUADROS, António, 1989 – *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*. Lisboa: Fundação Lusíada.
- RAMOS, Rui, 1994 – “A traição dos intelectuais”. In *História de Portugal – 6. A segunda fundação*, direcção de José Mattoso. Lisboa: Circulo de Leitores.
- RUSTOW, Dan K., 1967 – *A world of nations*. Washington DC: Brookings Institution.
- SANTOS, Miguel Dias, 2003 – *Os monárquicos e a República Nova*. Coimbra: Quarteto.

- SARDINHA, António, 1925 – *Ao ritmo da ampulheta*. Lisboa: Lumen.
- SÉRGIO, António, 1914 – *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*.  
Porto: Edição da Renascença Portuguesa.
- SILVA, Armando Malheiro, 2000 – “Tradicionalismo”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, ir. Carlos Azevedo, Lisboa: Circulo de Leitores, vol. 3.
- SMITH, Anthony D., 1997 – *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- SOUSA, Maria José Alves Pereira, 1998 – *O nacionalismo em Teixeira de Pascoaes*.  
Porto: [s.n.]. Dissertação policopiada de mestrado apresentada à FLUP.
- TELO, A. José, 1980-1984 – *Decadência e queda da Primeira República Portuguesa*.  
Lisboa: Regra do Jogo.
- TORGAL, Luís Reis, 1973 – *Tradicionalismo e contra-revolução: o pensamento e a acção de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- TOFFLER, A., 2001 – *Os novos poderes*. Lisboa: Edições “Livros do Brasil”.
- VALENTE, Vasco Pulido, 1997 – *A “República Velha” (1910-1917). Ensaio*. Lisboa:  
Gradiva.
- VALENTE, Vasco Pulido, 1999 – *O poder e o povo*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- VIEIRA, Afonso Lopes, 1943 – *A Paixão de Pedro o Cru*. Lisboa: Sá da Costa.
- WEBER, Eugen J., 1985 – *L’Action Française*. Paris: Fayard.
- WHEELER, Douglas L., s. d. – *História política de Portugal de 1919 a 1926*. Lisboa: Dom Quixote.

## VI – PERIÓDICOS(\*)

*Alma Portuguesa*. Lovaina. 1: 1-2, 1913.

*Cidade Nova*. Coimbra. 2ª Série, 1951.

*Integralismo Lusitano: Estudos portugueses*. Lisboa. Vol. 1: 1-12, Abril-Março de 1932;  
vol. 2: 1-12, Abril-Março de 1933.

*Nação Portuguesa*. Lisboa. 1ª e 2ª Série, 1914-1923.

*Política: Revista Quinzenal, Órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano*.  
Lisboa. 1930.

*Revista de História das Ideias – História e Literatura*. Coimbra: Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra. Vol. 21, 2000.

---

(\*) Na lista dos periódicos apresentados, mencionamos apenas a espessura temporal a que se reporta a pesquisa aí efectuada.



